



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JAMILY MARCIANO FONSECA

RAÇA, NATUREZA E SOCIEDADE:
O PENSAMENTO EVOLUCIONISTA EM FORTALEZA NA DÉCADA DE 1880

FORTALEZA
2015

JAMILY MARCIANO FONSECA

RAÇA, NATUREZA E SOCIEDADE:
O PENSAMENTO EVOLUCIONISTA EM FORTALEZA NA DÉCADA DE 1880

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará-UFC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira.

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- F744r Fonseca, Jamily Marciano.
Raça, natureza e sociedade: o pensamento evolucionista em Fortaleza na década de 1880. / Jamily Marciano Fonseca. – 2015.
164 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza, 2015.
Área de concentração: História Social.
Orientação: Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira.
1. Intelectuais – Fortaleza (CE). 2. Evolução social. 3. Evolução humana. 4. Darwinismo social. I. Título. II. Autor. III. Oliveira, Almir Leal de, orientador. IV. Universidade Federal do Ceará. V. Programa de Pós-graduação em História Social.

CDD 305.552098131

JAMILY MARCIANO FONSECA

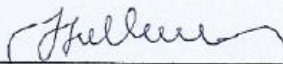
RAÇA, NATUREZA E SOCIEDADE:
O PENSAMENTO EVOLUCIONISTA EM FORTALEZA NA DÉCADA DE 1880

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará-UFC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

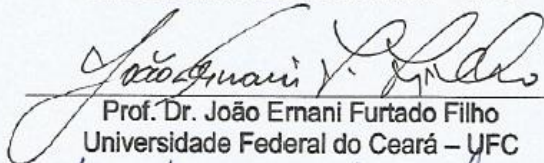
Orientador: Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira.

Aprovada em: 21, set, de 15

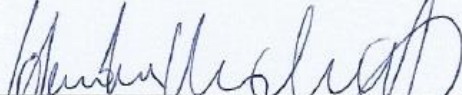
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof. Dr. João Ermani Furtado Filho
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Profª. Drª. Irenisia Torres de Oliveira (Suplente)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Com amor, aos meus pais, João (*in memoriam*) e Maria, e aos meus irmãos, Rafael e Daniel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, entendendo-O como uma força superior ao mundo terreno. A crença em Sua existência me deu força para prosseguir com este trabalho.

Aos meus pais, João e Maria. Agradeço o amor, a dedicação e a crença na minha capacidade em ser o que eu desejo e pelo esforço em me criar, educar e apoiar em todos os momentos. Infelizmente meu pai não pode acompanhar fisicamente a realização desta dissertação, mas ao fechar os olhos consigo visualizar seu contentamento com o resultado.

Aos meus irmãos, Rafael e Daniel, por me apoiarem, cada um à sua maneira. Agradeço até pelos momentos de estresse, que foram convertidos seguidamente em risadas, como só nós sabemos fazer.

Aos meus tios, José Maria e Francineide Fernandes e à minha tia Lúcia de Fátima, que ajudaram meus pais a me educar. Agradeço o amor e a satisfação com minhas realizações.

À minha amiga Rebeca Queiroz e seu esposo Robson Castro, que me incentivam sempre. Agradeço especialmente a Rebeca pela grande amiga que é, pelo amor e por acreditar em mim quando nem eu acreditava.

Ao amigo Sérgio Pontes e as amigas Gabriela do Vale e Juliana Pompeu, que acompanharam o processo de realização deste trabalho, dando dicas, incentivando e chamando atenção. Obrigada por nossos encontros felizes.

Agradeço também às amigas Luci Aguiar, Fernanda Lima e Iana Melo, que mesmo longe eu sei que enviaram energia positiva para mim.

Não poderia esquecer de agradecer à minha querida Virna Lise, uma prima-irmã-amiga, pelo amor, pelas risadas e boas conversas.

Ao meu amado Valério Jeferson, pelo amor e companheirismo, por sempre me consolar nos momentos de desânimo e desespero. Obrigada por acreditar em mim e por me encorajar a seguir em frente. Agradeço também à sua família que me acolheu e acolhe com muito carinho.

Ao Almir Leal de Oliveira por ter aceitado me orientar neste trabalho, mesmo sem antes termos tido contato relacionado à pesquisa. Suas dicas, sugestões, livros emprestados e chamadas de atenção foram essenciais para a

construção desta dissertação. Agradeço imensamente pela atenção, profissionalismo e conhecimento que ajudou a melhorar este trabalho.

À minha turma de mestrado: Sueli Freitas; Paula Machado; Cristina Aguiar; Adriana Oliveira; Anderson Sousa; Anderson Galvão; Renato Mesquita; Jucélio Régis; Camila Queiroz; Aterlane Martins; Neto Almeida; Igor de Menezes; Ana Carolina Rodrigues. Agradeço as observações feitas em sala de aula e fora dela, que me ajudaram neste trabalho, bem como os momentos de descontração e alegria toda vez que nos encontramos. Agradeço especialmente à Sueli, Paula e Cristina, que junto comigo lamentaram, choraram, sorriram e motivaram umas às outras.

Ao meu querido Grupo de Estudos Foucaultianos-GEF/UECE, no qual sempre fui bem recebida e onde fiz amigos e amigas. Foi a partir das leituras de Michel Foucault que tive o interesse em começar este trabalho, apesar de tê-lo abandonado no meio do caminho. Muito obrigada à professora Cristiane Marinho; Raquel Rocha; Alex Sousa; Kácia Natália; Elias Veras; Raquel Vasconcelos; professor Ursino Neto; professor Dorgival Fernandes; Emilson Lopes; Elitânia Costa; Tainan Garcia; Paulo Victor Fernandes e as demais pessoas que passaram pelo grupo e que, de uma forma ou outra, contribuíram para minha melhora pessoal e/ou profissional.

Agradeço a Nívia Marques e Paulo Ítalo, colegas do grupo de estudos de História da Ciência.

Aos professores Gleudson Cardoso e Irenísia Torres, que participaram da minha banca de qualificação. Suas críticas e sugestões foram valiosas para construção do meu trabalho.

Aos professores das disciplinas da pós-graduação Kênia Rios, Ana Rita Fonteles, Antônio Luiz Macedo, Clóvis Jucá e Marilda Santana por proporcionarem discussões, que algumas vezes transpuseram a sala de aula, e pelas considerações à minha pesquisa.

Aos professores da banca de defesa Gleudson Cardoso e João Ernani Furtado, por aceitarem participar da minha defesa.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP), da Biblioteca de Ciências Humanas (BCH/UFC), do Arquivo Público do Ceará (APEC), da Academia Cearense de Letras (ACL), do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará e da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Em especial: a Madalena, funcionária do setor de obras raras

da BPMP e da biblioteca da ACL; a Rosa, funcionária do setor de obras especiais da BCH/UFC; e a Paloma da FBN. A todos e todas meu muito obrigada pela atenção e por me ajudar a acessar as fontes que eu precisava.

Agradeço a UFC e a Funcap por proporcionarem esta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os discursos dos letrados do Ceará no decênio de 1880, visando compreender como o ideário evolucionista foi recebido e como influenciaram a forma de pensar a natureza, a raça e o progresso do Brasil e da província do Ceará. Os letrados do Ceará colaboravam em diversos periódicos que circulavam em sua capital, Fortaleza, por meio dos quais suas ideias eram divulgadas. Com a análise das fontes, notadamente os jornais, percebemos que Justiniano de Serpa, Antônio Martins, João Lopes, Pedro de Queiroz e outros letrados refletiram acerca da sociedade em que viviam, do meio físico e do homem em geral a partir de suas influências teóricas. Darwinismo, spencerianismo e racialismo foram algumas das teorias evolutivas que se popularizaram a partir da segunda metade do século XIX e contribuíram para o surgimento de uma visão de mundo que impulsionou diversos intelectuais do mundo a buscar explicações para as realidades que vivenciavam e a formular soluções progressistas para o melhoramento de sua sociedade. Nossa discussão baseia-se na análise dos textos veiculados pelos periódicos de Fortaleza nos anos 1880 em que visualizamos a influência do pensamento evolucionista, buscando perceber de que maneira as teorias evolutivas foram apropriadas pelos letrados, bem como compreender suas interpretações acerca da sociedade do Ceará, do homem e do meio.

Palavras-Chave: Natureza. Raça. Evolucionismo. Letrados do Ceará.

ABSTRACT

The present paper aims to analyse the speeches of the Ceará intellectuals in the 1880s, seeking to understand how the evolutionist ideas were received, as well as their influence on the way of thinking about nature, race and the progress of Brasil and the Ceará province. Ceará intellectuals worked together in several periodicals circulating in its capital, Fortaleza, through which their ideas were spreaded. With the analysis of the sources, namely newspapers, we realize that Justiniano de Serpa, Antonio Martins, João Lopes, Pedro de Queiroz and other intellectuals thought about the society they lived, environment and mankind in general, based upon their theoretical influences. Darwinism, Spencerianism and racialism were some of the evolutionary theories that became popular since the second half of the nineteenth century and contributed to the rise of a worldview that drove many intellectuals around the world to seek explanations for the realities in which they lived and to elaborate progressist solutions aiming the improvement of their society. Our discussion is based on the analysis of texts published in periodicals of Fortaleza in the 1880s, where we perceive the influence of evolutionist thought, seeking to realize how the evolutionist theories were appropriated by intellectuals, as well as to understand their interpretations of Ceará society, mankind and the environment.

Keywords: Nature. Race. Evolutionism. Ceará intellectuals.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A RECEPÇÃO DAS IDEIAS EVOLUCIONISTAS NO BRASIL	22
2.1	A recepção das correntes teóricas evolucionistas no Brasil a partir da década de 1870	22
2.2	A recepção do cientificismo e do evolucionismo no Ceará a partir de 1870	36
2.3	O ambiente social e intelectual em Fortaleza nos anos 1880	56
3	DETERMINISMOS CIENTIFICISTAS E EVOLUCIONISTAS – O DEBATE INTELECTUAL NO CEARÁ NA DÉCADA DE 1880	77
3.1	A ideia de progresso	78
3.2	O “verbo da redempção social”: a missão dos letrados, a abolição e o trabalho	90
3.3	Raça e natureza	104
4	O DISCURSO EVOLUCIONISTA EM FORTALEZA	122
4.1	Charles Darwin e Herbert Spencer: a luta contra as adversidades	122
4.2	Nação e evolução	134
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	LISTA DE FONTES	150
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é compreender o modo como os letrados do Ceará foram influenciados pelas teorias evolucionistas europeias – como o darwinismo e outros evolucionismos –, que disseminaram padrões de análise no campo científico e social a partir da segunda metade do século XIX. O debate acerca da evolução de todas as espécies vivas, incluindo o homem, foi profundamente marcado pela publicação, em 1859, do livro *On the origin of species by means of natural selection or the preservation of favoured races in the struggle for life* (*Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida*), do naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882), que se popularizou sob o título *The origins of species* (*A origem das espécies*).

As discussões em torno do evolucionismo mobilizaram cientistas europeus e norte-americanos e tiveram seu auge durante as décadas de 1870 e 1880, quando a visão cientificista de mundo decorrente da vulgarização das ideias evolucionistas tornou-se preponderante nas explicações acerca da sociedade. Assim, nossa análise pretende compreender, a partir do debate intelectual na imprensa nos anos 1880, como os letrados do Ceará receberam as ideias evolucionistas europeias e formularam discursos, que contribuíram para a construção de interpretações acerca do meio em que viviam e do povo local. O que nos interessa é entender o modo como os homens das letras do Ceará receberam as correntes de pensamento europeias para pensar a relação entre homem e natureza.

A recepção das teorias evolucionistas proporcionou novas reflexões acerca da realidade do Brasil por parte dos letrados, uma vez que vinha sendo interpretada sob a ótica do Romantismo (MURARI, 2009). A partir dos anos 1860-1870 ocorreu uma mudança de paradigma de análise, que possibilitou o abandono da visão de mundo decorrente do ideário romântico e do rompimento com o pensamento religioso, que se destacavam na maneira como os intelectuais explicavam o Brasil.

Os temas da natureza e do homem – que antes eram interpretados a partir da visão de mundo romântica – também estiveram presentes nas reflexões dos letrados, que foram influenciados pelo ideário evolucionista em todo o País. Da mesma forma, surgiu entre a elite intelectual e política um

desejo de modernização, que colocou em xeque a ordem política imperial brasileira.

No Ceará, entre os anos 1870 e 1880, os letrados passaram a produzir discursos acerca do povo e do meio físico local, que foram profundamente influenciados pelas novas correntes teóricas europeias em voga, notadamente, o cientificismo e outros evolucionismos. Dentre esses letrados, podemos citar João Lopes, Antônio Bezerra, Gil Amora, Antônio Martins, Justiniano de Serpa e Antônio Augusto de Vasconcelos, os quais tinham seus discursos veiculados pelos periódicos que circulavam principalmente em Fortaleza, capital da província. Com a análise das fontes percebermos que, em decorrência das escolhas teóricas e dos propósitos particulares e/ou coletivos, houve semelhanças e divergências entre as posturas dos intelectuais locais.

Por sua vez, as noções de recepção e de apropriação nos possibilitaram compreender como os letrados do Ceará deram sentido às leituras que realizaram acerca das ideias evolutivas e cientificistas sem necessariamente aderir a elas (CHARTIER, 1990). Compreendemos, desta forma, que os homens das letras que tiveram suas formas de pensar veiculadas nos periódicos na cidade de Fortaleza produziram reflexões semelhantes e/ou distintas a partir do contato que estabeleceram com a visão de mundo advinda do ideário evolucionista.

A popularização das ideias evolucionistas no Brasil ocorreu a partir da década de 1870. Nesse momento, no Ceará, também houve uma produção intelectual marcada pelo ideário evolutivo. Buscando a compreensão acerca do modo como o evolucionismo foi recebido e apropriado pelos homens das letras do Ceará a partir da década de 1870, primeiramente consideramos importante notar: quais ideias circulavam no ambiente intelectual brasileiro no período; como ocorreu o encontro entre as antigas ideias, que eram predominantes nas análises histórico-sociais realizadas pelos intelectuais e as novas ideias evolucionistas; de que maneira o cientificismo e o evolucionismo proporcionaram um novo modo de interpretar a realidade vivenciada pelos letrados, notadamente, por parte do grupo de letrados do Ceará durante a década de 1880. Buscamos ainda compreender de que maneira ocorreu a interação entre esses homens das letras, a fim de perceber suas concepções e

interesses particulares e/ou coletivos, que proporcionaram o acesso às novas ideias.

Esboçado esse percurso, analisamos os discursos dos letrados do Ceará nos anos 1880, entendendo-os como construções influenciadas pelo ideário do evolucionismo, com o objetivo de identificar o modo como a visão de mundo cientificista se afigurava em suas reflexões acerca do homem do Ceará e sua relação com a natureza. Vale ressaltar que, ao pretendermos compreender a apropriação do ideário do evolucionismo, não podemos subtrair o discurso abolicionista e os interesses de seus defensores, pois notamos que o debate acerca da abolição da escravatura no Brasil e no Ceará foi permeado por essas ideias.

O interesse em estudar o evolucionismo surgiu a partir da elaboração de um capítulo de livro didático de História, cujo tema escolhido foi o Imperialismo ou Neocolonialismo em fins do século XIX e início do XX (1870-1914). Neste estudo, realizado em parceria com Rebeca Moreira de Queiroz, tomamos conhecimento de que o ideário evolutivo havia sido apropriado pelos representantes dos países imperialistas na expansão de seus domínios para justificar a subjugação dos povos considerados inferiores e explorar os territórios que eles habitavam. Até então pensávamos que o evolucionismo se resumia à teoria da seleção natural de Darwin, segundo a qual o ambiente seleciona os indivíduos que possuem características que os tornam mais aptos a sobreviver nele, e que estava restrito ao campo da Biologia.

Nesse interim as leituras da historiografia sobre o Imperialismo (HOBBSAWM, 1988; BRUIT, 1988; COQUERY-VIDROVITCH, 2004) proporcionaram um novo pensamento acerca do evolucionismo, bem como o conhecimento de que esse ideário ultrapassou o campo das ciências naturais e permeou o pensamento social em diversas regiões do mundo. Surgiram, então, alguns questionamentos: de que forma as ideias evolucionistas foram recebidas no Brasil? Havia somente as ideias de Darwin? E, no Ceará, quem tinha acesso a essas ideias? Aqueles que liam obras de cunho cientificista e/ou evolucionistas se apropriaram desse ideário? De que forma as reflexões acerca da realidade vivenciada pelos leitores foram influenciadas pelas ideias evolutivas?

Assim, em um primeiro momento pesquisamos fontes a fim de perceber como as teorias evolucionistas eram apresentadas e/ou utilizadas pelos autores dos textos.

Nossa pesquisa adota a perspectiva da História Cultural, que toma a leitura e suas implicações como objeto de análise da história. Os estudos do campo da História da Leitura¹ questionam os hábitos de leitura, buscam interpretar as posições dos autores e suas apropriações de outros textos, bem como compreender os usos históricos das várias formas de impressos e a circulação de leituras entre diferentes meios e grupos sociais. Portanto, com a abordagem do campo da História da Leitura, pretendemos depreender a recepção das ideias científicas e evolucionistas no Ceará em sua historicidade, problematizando os discursos dos letrados influenciados por essas teorias.

Com Michel Foucault (1996) entendemos os discursos dos letrados como objetos de estudo que não são “naturais”, uma vez que o vocabulário é enganoso. Os discursos devem ser avaliados, questionados, consoante a época em que foram produzidos. Embora inicialmente tenhamos nos inspirado na abordagem do respectivo filósofo francês, não lançamos mão de sua abordagem, pois para Foucault os discursos são produzidos e utilizados dentro do esquema de execução de controle ou vigilância e são, ao mesmo tempo, controlados, selecionados, organizados e redistribuídos “por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Para nossa análise consideramos a perspectiva de que os discursos dos letrados do Ceará, nos anos 1880, foram resultados de apropriações de leituras científicas e evolucionistas, que contribuíram para a elaboração de interpretações acerca do homem, do meio físico e social do Ceará. Acreditamos também que os letrados se apropriaram do ideário evolutivo de um modo diferenciado para pensar a realidade do Ceará. O modo como realizaram suas leituras os fizeram expressar reflexões distintas sem que, necessariamente, objetivassem submetê-los a um esquema de vigilância. Suas

¹ No campo da História da Leitura, podemos destacar os trabalhos de Roger Chartier (1990) e (1996), Robert Darnton (1996), Michel de Certeau (1982) e (1995), Homi Bhabha (1998) e Bruno Latour (2000).

interpretações foram produzidas mais como formas de diferenciações, de identificarem a si mesmos, a sociedade, o povo e a natureza do Ceará.

Entendemos os discursos como construções de pensamentos realizadas por determinados sujeitos históricos a partir de suas influências sociais e teóricas em sua historicidade. Na nossa investigação, os discursos são as reflexões dos letrados do Ceará, os quais foram influenciados pelo ideário evolutivo e pensaram a sociedade em que viviam do modo como eles consideravam que ela era ou como gostariam que ela fosse.²

Acreditamos na possibilidade de associar a História da Leitura à História da Ciência, a qual abrange os estudos que historicizam a ciência, as instituições, as práticas dos indivíduos e a elaboração das teorias científicas. Deste modo, nosso estudo não aborda especificamente um grupo de cientistas, ou naturalistas, nem instituições propriamente científicas, mas parte para o entendimento acerca da maneira como as teorias evolucionistas, provenientes do campo da ciência, foram lidas e interpretadas pelo grupo de letrados que experienciaram a realidade da província do Ceará na década de 1880.

Existem diversos trabalhos que analisam a recepção e apropriação das ideias evolucionistas no Brasil. Dentre eles, dialogamos com o estudo *Natureza e Cultura no Brasil, 1870-1922* (2009), de Luciana Murari. A historiadora pretendeu perceber, em sua análise, como se apresentava a relação entre natureza e homem nos projetos e nas representações da nacionalidade nos discursos e narrativas da intelectualidade brasileira, especificamente na literatura naturalista, regionalista, abolicionista e pós-abolicionista, que abordavam o meio físico e as regiões que se encontravam excluídas do processo de modernização do País. A autora toma como pressuposto a ideia de que as representações produzidas acerca do Brasil estavam em intercâmbio com as teorias darwinistas e deterministas europeias.

Outro trabalho que nos ajudou a refletir sobre a questão do evolucionismo no Brasil foi *Evolucionismo no Brasil: ciência e educação nos museus, 1870-1915* (2008), de Regina Cândido Ellero Gualtieri. A questão da autora foi entender o modo e a intensidade em que os evolucionismos relacionados às ideias de Darwin – como o darwinismo, o spencerianismo e o haeckelismo – se apresentavam na definição e organização das práticas de

² CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990. p. 19.

pesquisas realizadas em importantes instituições científicas do Brasil, especialmente, nos museus de história natural voltados para a documentação e registro da flora, fauna e geologia tropicais.

Em seu trabalho, Gualtieri (2008) também faz uma revisão do estudo *Miranda Azevedo e o Darwinismo no Brasil* (1988), de Terezinha Alves Ferreira Collichio. A discussão de Collichio tem como ponto central examinar as reflexões de alguns adeptos das ideias darwinistas no Brasil, situando Miranda Azevedo nesse contexto e percebendo sua contribuição para a história do darwinismo no País. De acordo com Gualtieri (2008, p.16), apesar da intenção de Collichio (1988) não ser escrever a história do darwinismo no Brasil, a autora “não reconhece a incorporação desse ideário na vida científica do país no século XIX”, provavelmente por participar da visão da literatura especializada da década de 1980. Nessa literatura, Gualtieri (2008, p. 16) incluiu o trabalho *As ciências no Brasil* (1994), de Fernando de Azevedo, segundo o qual “não existiriam condições apropriadas para o cultivo das ciências no Brasil” e, por isso, “não reconhece a existência de práticas científicas regulares antes do século XX.”

Para justificar sua crítica a Collichio, Gualtieri baseou-se em trabalhos produzidos nas décadas anteriores a 1980, segundo os quais desde o século XIX, nas atividades desenvolvidas nas instituições científicas havia a influência das ideias evolucionistas. Regina C. E. Gualtieri (2008) destaca estudos que pontuam a contribuição de Fritz Müller (1821-1897) ao pensamento evolucionista.³ Para Gualtieri (2008), o trabalho de Collichio (1988) não traz elementos suficientes que justifiquem a sua generalização de que antes do século XX não havia a incorporação do ideário evolucionista na vida científica do Brasil. Todavia, apesar das ressalvas de Gualtieri, consideramos a importância da pesquisa de Collichio para a percepção das contribuições do evolucionismo darwinista para os intelectuais que fundamentaram seus desejos de mudanças no Brasil nesse ideário em fins do século XIX. Pois, ao situar Miranda Azevedo, a autora percebe os vínculos existentes entre o autor

³ Segundo Gualtieri (2008), Fritz Müller, naturalista alemão que veio para o Brasil em 1852 e foi naturalista do Museu Nacional, foi lembrado pelos seguintes estudiosos: Arthur Neiva, em *Esboço histórico sobre a botânica e zoologia no Brasil* (1929); Candido de Mello Leitão, em *A biologia no Brasil* (1937); e Fernando de Azevedo, em *A cultura brasileira* (1963). In: GUALTIERI, Regina C. E. **Evolucionismo no Brasil: ciência e educação nos museus** (1870-1915). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008. p.16.

estudado e outros intelectuais que se apropriaram das ideias evolucionistas para justificar a modernização do País.

Inspirados nesses estudos percebemos como os letrados analisados em nossa investigação construíram suas ideias pautadas nas leituras evolutivas, relacionando o meio físico e o homem do Ceará e buscando mostrar suas peculiaridades, assim como o seu lugar no processo de modernização do Brasil em fins do século XIX. Esses estudos também nos proporcionaram um melhor trato com as fontes, pois nos ajudaram a organizar nossa abordagem metodológica.

Destacamos ainda a importância do livro *Darwinismo, meio ambiente e sociedade* (2009), organizado por Heloísa Maria Bertol Domingues e Magali Romero Sá, que reúne estudos com visões divergentes acerca da recepção do darwinismo no Brasil e em alguns países americanos e europeus. Os estudos contidos nesse livro destacam as apropriações do darwinismo por estudiosos europeus e diversas interpretações de intelectuais da América Latina acerca do pensamento darwinista.

Dentre as pesquisas contidas nesse livro destacamos *Louis Agassiz: poligenismo, transmutação e a metodologia científica, uma reavaliação*, em que Jon Roberts foca no que ele denomina de “fase americana” da carreira do naturalista suíço, sustentando que a visão de ciência de Agassiz estava rigorosamente fundamentada em uma cuidadosa análise dos dados da natureza em contraposição aos historiadores que criticam seu modelo para a história natural.

Outra interessante pesquisa é a de Antonello La Vergata, *Darwinismo, evolução e guerra*, em que o autor faz algumas considerações entre darwinismo e guerra. Para La Vergata, as ideias de Darwin foram utilizadas para justificar conflitos bélicos, apesar de ele não tratar o tema da guerra em nenhum dos seus escritos. Do livro também podemos citar *Ideas biogeográficas em uma revista mexicana: La Naturaleza*, de Carlos Pérez-Malvárez e Rosaura Ruiz Gutierrez, em que os autores fazem uma revisão do total de trabalhos baseados nas ideias biogeográficas publicadas durante o período de vida da revista (1869 e1913).

A partir dessas pesquisas buscamos construir uma metodologia que nos ajudasse a selecionar e problematizar as fontes, pois os letrados do Ceará – cujos discursos produzidos e veiculados na década de 1880 são o objeto de

nossa investigação – não tiveram uma formação voltada para o campo científico, mas para as Ciências Humanas.

Em sua maioria, os sujeitos históricos investigados frequentaram o Liceu do Ceará ou o Atheneu Cearense. Nessas instituições de ensino secundário, localizadas em Fortaleza, os letrados estabeleceram os primeiros laços de interação intelectual. Posteriormente, alguns – como João Lopes, Justiniano de Serpa e Antônio Augusto de Vasconcelos – seguiram para o Recife, onde se bacharelaram pela Faculdade de Direito.

As fontes pesquisadas foram os periódicos. Predominantemente, analisamos textos de jornais que circularam em Fortaleza durante os anos 1880, como o *Gazeta do Norte*, o *Libertador*, o *Cearense* e *O Domingo*, bem como das revistas *A Quinzena* e *A Avenida*. Destacamos também as poesias abolicionistas do livro *Três Liras: poesias*, de autoria de Antônio Bezerra, Antônio Martins e Justiniano de Serpa.

A partir da análise desse material afirmamos que houve uma interpretação da sociedade do Ceará e uma reflexão acerca da relação entre homem e natureza por parte dos letrados. Então, diante destas fontes, partimos para enfrentar o desafio de delimitar o recorte histórico, uma vez que na nossa proposta inicial havíamos objetivado abarcar um período muito longo, dos anos 1870 a 1930, assim como saber quais critérios utilizaríamos para recortar e problematizar autores e os registros da recepção/leitura do evolucionismo no Ceará.

A partir do levantamento dos materiais impressos e veiculados na cidade de Fortaleza, observamos que houve muitas publicações de jornais e revistas na década de 1880. Alguns possuíram vida curta, como o jornal *O Domingo* e a revista *A Avenida*.⁴ Houve também aqueles que surgiram no início dos anos 1880 e que foram publicados até o início dos anos 1890, como o jornal *Gazeta do Norte*, e que mudaram de nome ao se associarem a outras

⁴ *O Domingo, folha literária, crítica e científica* foi um jornal que circulou em Fortaleza no ano de 1888. A princípio era uma folha literária chamada *A Revista* e a partir do décimo número mudou sua designação. *O Domingo* veiculou artigos voltados para a literatura, poesias e, principalmente, folhetins. *A Avenida, semanário crítico e litterario* foi uma revista de circulação semanal fundada em 1889, cuja publicação foi encerrada no mesmo ano, a qual seria voltada exclusivamente para “às letras e às artes”. In: NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006; BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. Edição fac-similar. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986; *A Avenida, semanário crítico e litterario*, Fortaleza/CE, Ano I, N. I, 9 jun. 1889, p. 1.

publicações existentes⁵, em decorrência da reorganização política e intelectual no Brasil com o advento do regime republicano em 1889. Isso porque, no Brasil no século XIX, grande parte dos periódicos eram órgãos de partidos políticos e continham propagandas, notícias e artigos em favor de seus partidários.

Iniciamos nossa pesquisa no acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel do Estado do Ceará. No entanto, tivemos de interromper nossas atividades devido a uma reforma geral da biblioteca, uma vez que teve de ser fechada para consultas. Por isso, continuamos nosso trabalho de investigação no acervo contido no site da Hemeroteca Digital Brasileira pertencente à Fundação Biblioteca Nacional, bem como no acervo que não se encontra digitalizado e que está disponível no acervo de periódicos microfilmados. Na análise das fontes hemerográficas, concernentes aos anos 1880, está a base do nosso estudo. Os textos aos quais tivemos acesso nos forneceram importantes indícios e informações, que despertaram inquietações acerca da construção dos discursos dos letrados do Ceará no período.

Tendo em vista a dificuldade de identificar as leituras realizadas pelos letrados do Ceará, e pautados nos estudos sobre as ideias darwinistas e evolucionistas, procuramos selecionar os textos com base no vocabulário influenciado pelo repertório de leitura dos letrados.

Assim, por meio de termos como “meio físico”, “natureza”, “evolução”, “seleção natural”, “luta”, “adaptação”, “progresso”, “raça”, dentre outros, selecionamos os artigos/matérias a serem analisados. Com esta pesquisa, encontramos referências a estudiosos como Charles Darwin, Herbert Spencer, Ernest Renan, Hippolyte Taine, Thomas Buckle, Ernst Haeckel e observamos a apropriação do vocabulário influenciado pelo ideário do evolucionismo, notadamente, nos discursos sobre a abolição dos escravos e sobre a reconstrução da sociedade do Ceará após a seca de 1877-1880. Podemos afirmar, portanto, que esses discursos concorriam para distinguir o território e o homem do Ceará a partir da sua composição racial mestiça e da sua relação com a natureza local.

Encontramos referências ao tema do evolucionismo na maior parte dos periódicos que tivemos acesso, como *Pedro II*, *Constituição*, *Gazeta do*

⁵ Com a Proclamação da República no Brasil em 1889, o jornal liberal *Gazeta do Norte* foi transformado em *O Estado do Ceará*. E, a partir de 21 de junho de 1890, com a fusão com o jornal abolicionista *Libertador*, esse periódico foi formado *A República*. In: BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. Fortaleza: Edições Instituto do Ceará, 1986; e NOBRE, 2006.

Norte, Cearense, Libertador, A Quinzena, A Avenida, O Domingo. Destes, abordamos com mais frequência os textos do jornal *Gazeta do Norte* em que notamos a frequência de discursos associados ao tema da abolição e da reconstrução social do Ceará após a seca, influenciados por Herbert Spencer, por sua ideia de evolução entendida como progresso. Os letrados do Ceará, nos anos 1880, acreditavam no desenvolvimento progressivo social, evidenciando a maneira como se apropriaram do ideário evolutivo.

A historiografia sobre a intelectualidade no Brasil e no Ceará nos auxiliou na percepção acerca do ambiente letrado a nível nacional e local em fins do século XIX, bem como a compreender o momento histórico em que o ideário do evolucionismo foi recebido pela elite letrada do País.

Por ambiente intelectual letrado entendemos que seja a experiência social e histórica de um grupo de pessoas letradas, cuja produção foi influenciada pelas peculiaridades históricas do período, pelo contato com determinados conhecimentos e práticas naturalistas, de pesquisa e de descrição do meio físico (vegetação, solo, quantidade de chuvas, etc.), da fauna, do povo e de seus costumes.

Para o nosso trabalho, alguns estudos contribuíram para entender os aspectos do ambiente intelectual ou letrado do Brasil e da cidade de Fortaleza a partir dos anos 1870 até as primeiras décadas do século XX.

Ressaltamos o subsídio que nos foi proporcionado pela leitura de *Contribuição à História das Ideias no Brasil* (1967), de Cruz Costa, em que o autor fez um ensaio acerca da história das ideias no Brasil e nos ofereceu elementos e informações sobre a recepção do ideário evolucionista no País na década de 1870. Cruz Costa afirma que o positivismo, o darwinismo e o spencerianismo foram ideias que despertaram na elite política e letrada o desejo de modernização do Brasil.

Em *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil* (1991), Roberto Ventura partiu do discurso de Sílvio Romero – crítico e historiador sergipano influenciado pelo naturalismo, evolucionismo e cientificismo e de suas polêmicas com seus interlocutores (Araripe Júnior e Manoel Bonfim, por exemplo) – para compreender a cultura letrada no Brasil entre 1870 e 1914, assim como o contexto social e cultural do Recife e do Rio de Janeiro.

Em relação à cultura letrada no Ceará, no final do século XIX, salientamos os seguintes trabalhos: *Saber-poder: o pensamento social cearense no final do século XIX* (1998), de Almir Leal de Oliveira; *As Repúblicas das Letras Cearenses: literatura, imprensa e política, 1873-1904* (2000), de Gleudson Passos Cardoso; *Banquete Literário: as ideias “científicas” do século XIX nas produções literárias de Fortaleza - O Club Literário* (2000), de Cláudia Freitas Oliveira. As referidas pesquisas junto ao contato com os perfis biográficos delineados por Guilherme Studart em seu *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*, publicado entre 1910 e 1915, proporcionaram novas percepções acerca do tipo de formação intelectual que os letrados do Ceará tiveram, assim como o meio de sociabilização entre os letrados, intencionando conhecer suas trajetórias intelectuais e políticas. O nosso objetivo não foi conhecer profundamente a história vida de cada letrado, mas traçar perfis que nos proporcionasse uma compreensão coerente das formas de pensamento associadas ao ideário evolutivo que se apresentavam recorrentemente em seus discursos. Ou seja, tais estudos nos ajudaram a compor a experiência social do grupo letrado em Fortaleza na década de 1880.

Dividimos este trabalho da seguinte forma: no primeiro capítulo, delinearemos o ambiente intelectual brasileiro a partir dos anos 1870, buscando compreender de que modo as interpretações acerca do Brasil e de suas peculiaridades eram construídas antes da recepção do ideário evolutivo, isto é, influenciadas pela visão de mundo advindo do Romantismo.

Ainda no primeiro capítulo discutiremos também como ocorreu a recepção das novas ideias evolucionistas no Ceará, no decênio de 1870, a partir da constituição da Academia Francesa e das reflexões acerca do homem e do meio por parte de seus expoentes, Capistrano de Abreu e Rocha Lima. E buscaremos compreender como o ideário evolutivo recebido passou a influenciar a maneira como o homem e a natureza locais passaram a ser interpretados na década de 1880.

Por sua vez, no segundo capítulo, enfocaremos o discurso dos letrados do Ceará produzido e veiculado pelos impressos na década de 1880, analisando a construção do debate intelectual e formas de apropriação dos evolucionismos e cientificismos. O objetivo é notar como os homens das letras associaram a natureza e o homem em meio às discussões sobre as raças humanas e as composições biológicas, ou melhor, à miscigenação das raças.

Pretendemos também entender de que forma a visão de mundo evolucionista contribuiu para as reflexões acerca do progresso do Brasil e da província do Ceará, principalmente no discurso abolicionista.

No terceiro capítulo, por fim, exploraremos a apropriação das ideias sobre o pensamento de Charles Darwin e Herbert Spencer a fim de entender como a teoria da seleção natural – ou da luta pela vida ou sobrevivência do mais apto – foi utilizada pelos letrados do Ceará na elaboração de discursos que pretendiam explicar a sociedade local e nacional. Intencionamos perceber, ainda, como os nacionalismos existentes no final do século XIX foram apropriados e/ou relacionados aos evolucionismos pelos letrados do Ceará, bem como a forma como eles construíram discursos, buscando dar impulso às modificações que acreditavam serem necessárias para inserir a sociedade em que viviam no mundo considerado civilizado.

2 A RECEPÇÃO DAS IDEIAS EVOLUCIONISTAS NO BRASIL E NO CEARÁ

2.1 A recepção das correntes teóricas evolucionistas no Brasil a partir da década de 1870

O ideário evolucionista europeu, que teve lugar no Brasil a partir de 1870, forneceu aos intelectuais do País modelos de interpretação da sua realidade social. A abordagem da cultura e da sociedade brasileira – pautada nas novas correntes teóricas – conferiu aos intelectuais uma nova maneira de pensar e novas formas de refletir sobre a natureza e o homem, elementos que foram utilizados para diferenciar a nação dos demais países. Assim, o contato com as ideias evolucionistas proporcionou a mudança das bases do pensamento brasileiro, contribuindo para a elaboração de interpretações acerca da natureza e do homem de um modo diferente de como vinha sendo feito, ou seja, pautados no ideário advindo da visão romântica de mundo.

No Brasil, até os anos 1860, as ideias românticas ofereciam o fundamento para diversos intelectuais, como literatos, estudiosos da história e pintores, na caracterização dos elementos que os ajudaram a expressar as particularidades da nação. Inicialmente, o Romantismo foi recebido em um momento que coincidiu com a emancipação do País, por volta de 1822, e se consolidou como interpretação da realidade brasileira nos decênios de 1850 e 1860, estando vinculado ao projeto de construção nacional empreendido pelo Estado imperial (SCHWARCZ, 2003). Na época da independência, o Romantismo foi aliado ao nacionalismo, despertando o interesse pelas características do País e de seu povo.

Os letrados, inspirados nas ideias românticas, buscaram engrandecer a nação por meio da criação de figuras, imagens e ideias, que se tornaram símbolos essenciais para a diferenciação do Brasil em relação aos outros países. O índio, a natureza tropical e a linguagem foram os elementos que se destacaram nesse profundo “senso de dever patriótico”, que utilizou as artes, principalmente a Literatura, para consolidar a independência.

Com o objetivo de construir uma nação com suas particularidades, e visando desvincular a imagem do Brasil da antiga metrópole portuguesa, os intelectuais da jovem nação brasileira buscaram dar outra forma para a criação de uma literatura “genuinamente” nacional e que valorizasse os “típicos”

aspectos físicos e humanos. Com os trabalhos dos estrangeiros – como o francês Ferdinand Denis (1798-1890) com seu *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (*Resumo da história literária do Brasil*) (1826)⁶ – o papel da natureza foi destacado como fator determinante das formas de expressão para a autonomia da literatura do Brasil. Denis contribuiu para despertar e incentivar o interesse “pelos aspectos pitorescos do meio tropical e de seus habitantes ‘naturais’, os selvagens e indígenas” (VENTURA, 1991, p.36). A partir do Romantismo, o Brasil foi pensado de acordo com princípios que buscavam mostrar a realidade da nação, a qual se construiria em um “movimento ambíguo entre a *identidade* e a *diferença*, entre a reprodução da experiência europeia e sua relativa diferenciação dos trópicos” (VENTURA, 1991, p. 43).

A visão de mundo romântica, que teve lugar no Brasil na primeira metade do século XIX, contribuiu para a construção de uma imagem da natureza atrelada ao exotismo tropical, considerado um valor positivo no discurso identitário. A exaltação da natureza nos diversos modos de expressão cultural tinha por objetivo salientar a originalidade e produzir um “retrato” do País. Assim, a natureza se constituiu como um elemento de organização do discurso que marcou a representação do exótico, onde, de acordo com Murari,

O exotismo não produziria uma compreensão perfeita de um objeto exterior, mas a imediata e exata percepção daquilo que não seria possível apreender: haveria uma insuperável sensação de que o observado não poderia ser entendido, e nisto consistiria o prazer da alteridade.

O sentimento de natureza é tido como a primeira experiência do exótico, nascendo de uma percepção da diferença de suas forças em relação ao mundo humano, ou seja, do reconhecimento da diferença entre o físico e o moral (MURARI, 2009, p. 60).

O exotismo fez emergir a noção do outro, adquirindo o mesmo significado da experiência colonial, dos trópicos, de climas e raças diferentes

⁶ Em seu *Resumo da história literária do Brasil* o estudioso Ferdinand Denis declara: “O Brasil, que sentiu a necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe havia imposto a Europa, experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença; e, na sua glória nascente, cedo nos dará as obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo. Se essa parte da América adotou uma língua que nossa velha Europa aperfeiçoara, deve rejeitar as ideias mitológicas devidas às fábulas da Grécia: usadas por nossa longa civilização, foram dirigidas a extremos onde as nações não as podiam bem compreender e onde deveriam ser sempre desconhecidas; não se harmonizam, não estão de acordo nem com o clima, nem com a natureza, nem com as tradições. A América, estuante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos como ela mesma; nossa glória literária não pode sempre iluminá-la com um foco que se enfraquece ao atravessar os mares, e destinado a apagar-se completamente diante das aspirações primitivas de uma nação cheia de energia”. In: DENIS, Ferdinand. **Resumo da história literária do Brasil**. Porto Alegre: Lima, 1968. p. 29.

dos que havia na Europa. Desta forma, concorreu para o louvor do Novo Mundo. Com o elogio das terras tropicais, a exuberância e a diversidade tornaram-se indicadores de sua grandeza futura, colocando em segundo plano sua formação colonial. Por meio do exotismo, os intelectuais brasileiros buscaram criar um Brasil combinando-o com a imagem que os europeus desejavam para o País. O sentimento da natureza, que é uma das características fundamentais do romantismo, fez com que os intelectuais exaltassem os aspectos naturais do país, pois

A atração da natureza americana, sua beleza, sua hostil e majestosa selvajaria exerceram verdadeira fascinação sobre a mente dos escritores, que se lançaram a sua conquista e domínio pelas imagens e descrições, ao mesmo tempo que se deixavam prender panteisticamente aos seus encantos e sugestões (COUTINHO, 1986, p. 26).

No entanto, Ventura (1991) em sua crítica acerca do pensamento romântico no Brasil afirma que

O nacionalismo literário do século XIX apresentava um componente eurocêntrico, apesar das reivindicações de autonomia e originalidade. A incorporação da ideologia civilizatória e de teorias climáticas e raciais levou à relação eurocêntrica com o meio local e à abordagem etnocêntrica das culturas populares. Os críticos brasileiros internalizaram a ambivalência do discurso europeu perante o mundo selvagem e as realidades exóticas, idealizando os padrões metropolitanos de civilização (VENTURA, 1991, p. 37-38).

A reflexão de Ventura se congrega com a análise de Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 162), para quem os intelectuais brasileiros – intencionando sua autonomia literária e inspirados no romantismo europeu – copiaram ou criaram um indianismo de convenção, servindo para que os intelectuais abandonassem a ideia clássica advinda da metrópole portuguesa, que fazia da “natureza tropical uma pobre e ridícula caricatura das paisagens arcádicas”. Ou seja, buscando construir uma imagem do País a partir da exaltação de elementos considerados tipicamente brasileiros, os intelectuais românticos não elaboraram interpretações originais, pois se pautavam nos modelos de civilização e modernidade europeus.

As ideias românticas fizeram parte do processo de consolidação da nação brasileira na tentativa dos intelectuais de criarem uma imagem própria para o País. Porém, tal processo tinha suas contradições. Ao mesmo tempo em que a elite intelectual do Brasil buscava criar um sentimento de

pertencimento e união entre os brasileiros, o País se constituía embasado em aspectos remanescentes da antiga condição colonial, como a força de trabalho escrava, a influência do catolicismo nas instituições e a propriedade fundiária. Portanto, o Brasil se encontrava em uma situação de ambiguidade: por um lado, aderindo aos modelos universais provenientes da Europa, civilizada; por outro, mantendo a tradição e os privilégios estabelecidos historicamente.

De acordo com Maria Odila Dias (2005),

entre nós, os ideais liberais não surgiram como um programa modernizador do conjunto das forças sociais: foram veiculados por uma minoria ilustrada e culta, que constituía uma porcentagem ínfima da população do país. Essa minoria de letrados, inspirada nos ideais do despotismo ilustrado do século XVIII, reservava para si a missão paternalista de modernizar e reformar o arcabouço político e administrativo do país, sem comprometer a continuidade social e econômica da sociedade colonial (DIAS, 2005, p. 128).

Em sua análise sobre o processo de construção do Estado Nacional brasileiro, Dias (2005) afirma que o Brasil não havia passado por mudanças que afetassem a estrutura da sociedade colonial, tampouco havia entre os grupos dominantes interesses capitalistas fortes o suficiente que concorressem para a integração do mercado nacional. Por isso, o processo de desenvolvimento econômico do País pautado nos moldes das sociedades capitalistas, como os Estados Unidos, não coincidiu com a Independência. Para a autora, as transformações no Brasil não resultaram de impulsos internos, mas da pressão externa, principalmente da Inglaterra, cujo interesse era integrar o Brasil como Estado independente ao sistema de comércio livre inglês.

A reforma das estruturas do Império brasileiro, que permaneceram depois da independência como reminiscência da sociedade colonial, ocorreu por meio de um lento processo de modernização econômica e social. Richard Graham (1973), em seu estudo acerca da influência da Grã-Bretanha no processo de modernização do Brasil entre 1850 e 1914, afirma que a aproximação do Brasil do mundo moderno se iniciou em 1850, o que gradualmente proporcionou as modificações. Graham nos mostra que a expansão da economia de exportação foi impulsionada pelo fim do comércio escravista em 1850, o que motivou o investimento de capitais em outras atividades, principalmente nos estabelecimentos bancários. Aos poucos, um pequeno grupo de brasileiros e estrangeiros promoveu a construção de

rodovias e estradas de ferro, que teria sido o primeiro passo para a modernização do País. O advento das estradas de ferro motivou a difusão da cultura do café e a formação de novos centros urbanos.

A Guerra do Paraguai (1865-1870)⁷ expôs as contradições internas do Brasil e estimulou a elite letrada a defender a modernização. De acordo com Graham,

A guerra contra o Paraguai, que se iniciou em 1865, consolidou as forças das cidades, preocupando a comunidade tradicional brasileira, que não podia deixar de ignorá-la. A elite governamental ficou desacreditada por causa da grande demora da vitória brasileira. O atraso tecnológico do país, a imensidão das áreas esparsamente habitadas do oeste e os frágeis meios de comunicação, que ligavam estes extremos com os centros do este mais desenvolvidos e povoados, a forma antiquada do seu sistema de trabalho, a ineficiência de uma burocracia cheia de favoritismos e todos os outros defeitos de uma comunidade atrasada eram realçados e inculcados na mente não somente dos jovens oficiais militares, recrutados dos novos e promissores grupos da classe média, mas também na população urbana que sustentava as despesas do financiamento do Exército Brasileiro. A guerra também estimulou as forças com inclinações modernistas. Muitos escravos foram libertados para lutarem na guerra. Partidários da construção de estradas de ferro receberam financiamento para dar andamento a estudos de estradas de importância estratégica. A produção de material de guerra atraiu capitais e estimulou o desenvolvimento fabril. O contato com instituições republicanas em outros países da América incrementou sentimentos antimonárquicos entre muitos jovens brasileiros (GRAHAN, 1973, p. 36).

No Brasil, a Guerra do Paraguai deu impulso à manufatura de bens de consumo, como fundições de ferro, fábricas de tecido, sapato e chapéus e cervejarias. Entre 1865 e 1880 a balança comercial foi favorável⁸ e a expansão do comércio de exportação contribuiu para o surgimento de uma cultura urbana voltada para a Europa. Dentre os grupos urbanos, podemos citar o de oficiais militares, engenheiros e empresários que, após a guerra, estavam insatisfeitos com suas posições e buscavam melhores condições, e os homens de profissões liberais formados nas faculdades de Direito e Medicina, que adotavam os valores citadinos e os ideais europeus de modernização (GRAHAN, 1973).

⁷ Conflito bélico ocorrido entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai pelo domínio da região do Rio da Prata.

⁸ De acordo com Graham, “embora as importações excedessem as exportações durante onze dos quinze anos finalizados em 1865, nos quinze anos seguintes a balança comercial nunca foi desfavorável”. GRAHAN, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil** (1850-1914). São Paulo: Editora Brasiliense, 1973. p. 39.

Os grupos sociais urbanos, como os profissionais liberais e pequenos comerciantes voltados para a cultura europeia, acreditavam nas melhorias da sociedade, que ocorreriam por meio da modernização das estruturas sociais, econômicas e políticas. As contradições do Brasil, enquanto Estado monárquico, liberal e escravista, deram lugar a questionamentos que engendraram o desejo de mudança do regime de trabalho escravo para o livre, da secularização das instituições e da reestruturação do sistema político no País. Ou seja, a elite política e intelectual iniciou uma defesa por transformações que visavam a modernização do Brasil para que se desenvolvesse e se inserisse no mundo considerado civilizado.

O desejo da elite letrada pelas transformações que modernizariam o País também foi acompanhado pela crítica ao paradigma romântico de concepção da natureza e do homem brasileiro. O ideário romântico passou a ser insuficiente para interpretar a noção de natureza e homem, que continuaram a ser entendidos como elementos de diferenciação da nação.

Visando o progresso da nação, alguns letrados, como os profissionais liberais, se inspiravam nos ideais liberais europeus de direito e liberdade individual; outros, como os militares do exército, aderiram ao positivismo comtiano, que daria tanto uma visão panorâmica e científica do mundo em geral e seria um ataque direto contra o regime monárquico. O ideário evolucionista proveniente da Europa, que esteve em voga no Brasil por volta de 1870, contribuiu para que os letrados construíssem uma visão de mundo baseada no cientificismo, o qual transmitiu a imagem de que estava em sintonia com os modelos de inteligibilidade e progresso das sociedades consideradas avançadas.

A “geração de 1870”, como é denominada por Nicolau Sevcenko (1999), ou a “geração modernista de 1870”, como é concebida por Roberto Ventura (1991), não é compreendida por esses estudiosos como um grupo de intelectuais unidos, tampouco é uma referência à ilusão de uma homogeneidade da época. Os autores evidenciam a partir de suas pesquisas as divergências e as convergências no debate intelectual brasileiro fundamentado em uma perspectiva evolucionista e/ou cientificista.

As ideias dos intelectuais brasileiros, permeadas pelas correntes teóricas europeias, além de se chocarem com o ideário romântico entraram em conflito com o tradicionalismo católico. João Alfredo Montenegro, em seu

estudo acerca do tradicionalismo católico no Ceará, aponta para o embate entre essa postura e a cientificista iniciado na conjuntura brasileira na década de 1860:

a cientificista, que apoiava o processo de modernização no País, e a tradicionalista católica, que se erguia contra a emergência envolvente das novas ideias, notadamente o Evolucionismo e o Positivismo, acompanhando as mudanças importantes que se davam no mundo da economia, da sociedade, procriando um novo perfil urbano, tornando-as predispostas ao cultivo de valores cosmopolitas, à aceitação de instituições arejadas pelo espírito secularizante. O que ensejava a arregimentação de intelectuais em grupos, propondo-se disseminar o que correntes europeias elaboravam nos campos da Literatura, das Artes, da Filosofia, das Ciências (MONTENEGRO, 1992, p. 61).

O positivismo comtiano, o darwinismo e o spencerianismo teriam sido responsáveis por proporcionar a crítica ao tradicionalismo católico por parte dos letrados que tiveram conhecimento dessas teorias. A influência das teorias evolucionistas esteve presente na produção intelectual nos campos da Literatura, Filosofia, Arte e Ciências, contribuindo para divulgar um ideal de civilização baseado nos moldes europeus. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas ocasionaria mudanças sociais defendidas pelos cientificistas, que eram incompatíveis com a manutenção do conservadorismo. Por resistir às modificações sociais, políticas e econômicas que concorreriam para o avanço do País, a influência exercida pela Igreja Católica na sociedade brasileira passou a representar a ignorância e o atraso que dificultavam o progresso social (MONTENEGRO, 1992).

Segundo Cruz Costa (1967), o clero brasileiro era

Respeitado por todos, usufruindo dos bens que possuía e que nunca lhe foram reclamados, dando-se bem com o regalismo, vivia em paz com o povo, acariciando-lhe as superstições porque, de fato, estava também impregnado por elas (COSTA, 1967, p. 105).

Notamos que o clero era carregado de posturas construídas e mantidas desde muito tempo na história do Brasil, as quais passaram a ser contestadas pelos letrados que desejavam a modernização das estruturas do País. Nesse sentido, o cientificismo no Brasil representou um esforço de renovação da ordem política dominante, apontando um novo horizonte, o do progresso, para o homem, para a sociedade e para o Estado (MONTENEGRO, 1992).

O Positivismo foi uma das correntes teóricas responsáveis pela crença no poder de transformação das ideias e da ciência, tendo se popularizado por meio dos trabalhos de John Stuart Mill (1817-1878) e Émile Littré (1801-1881), discípulos do pensador francês Auguste Comte (1798-1857). Comte, o mentor do Positivismo, formulou sua doutrina ou lei dos três estágios ou estados, em que o primeiro seria o teológico, o segundo o metafísico e o terceiro o positivo:

No estado teológico, o espírito humano, dirigindo essencialmente suas investigações para a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e finais de todos os efeitos que o tocam, numa palavra, para os conhecimentos absolutos, apresenta os fenômenos como produzidos pela ação direta e contínua de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo. No estado metafísico, que no fundo nada mais é do que simples modificação geral do primeiro, os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo, e concebidas como capazes de engendrar por elas próprias todos os fenômenos observados, cuja explicação consiste, então, em determinar para cada um uma entidade correspondente. Enfim, no estado positivo, o espírito humano reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude. A explicação dos fatos, reduzida então a seus termos reais, se resume de agora em diante na ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais, cujo número o progresso da ciência tende cada vez mais a diminuir.⁹

No estado positivo, a Era Científica ou Positiva, a ciência deveria ser utilizada para entender a sociedade, pois assim haveria a superação dos atrasos sociais. Para o pensamento comtiano, a superação dos atrasos ocorreria com a transformação da sociedade, cujas mudanças, por sua vez, deviam-se à generalização da “ciência real” e a sistematização da “arte social”. Segundo Auguste Comte,

Uma sistematização real de todos os pensamentos humanos constitui, pois nossa primeira necessidade social, igualmente quanto à ordem e ao progresso. A realização gradual desta ampla elaboração filosófica fará espontaneamente surgir, em todo o Ocidente, uma nova autoridade moral, cuja inevitável ascendência colocará a base direta da reorganização final, ligando as diversas populações avançadas através da mesma educação geral, que fornecerá para toda a parte, para a vida pública como para a vida

⁹ Cf.: COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 4. (Os Pensadores).

privada, princípios fixos de julgamento e de conduta (COMTE, 1991, p. 4).¹⁰

Ou seja, de acordo com Comte, era importante uma ordenação, uma hierarquização das ciências, de todo conhecimento humano, para uma destinação social tendo em vista os melhoramentos em todas as sociedades. As modificações sistemáticas ocorreriam em decorrência de uma correta análise da realidade, a qual ofereceria condições para que as intervenções dos homens também fossem corretas. Significa que a ordenação do conhecimento forneceria previsões reais que regularizariam as ações. Nesse sentido, o progresso pressupunha a ordem.

Montenegro (1992) assevera que o auge do conflito entre as ideias positivistas e o tradicionalismo católico no Ceará ocorreu com o surgimento, em 1872, da Academia Francesa, um agrupamento de jovens letrados atentos ao ideário evolutivo. O embate entre as duas posturas teria ocorrido principalmente por meio da imprensa, entre o jornal maçom *Fraternidade*, no qual colaboraram membros da maçonaria no Ceará e alguns participantes da Academia Francesa, e o jornal *Tribuna Católica*, cujos redatores eram conservadores católicos.¹¹

Percebemos que as reflexões acerca do Positivismo e do cientificismo foram desenvolvidas em meados do século XIX, período em que a análise racional cartesiana encontrava-se consolidada no Ocidente e havia se tornado dominante no pensamento dos homens, fazendo parte da elaboração dos princípios políticos, éticos e morais que a elite letrada acreditava estar correlacionados entre si, permeando a sociedade.

Para Roque Spencer Barros (1986, p. 108-110) – em sua análise acerca das ideias que permearam o ambiente intelectual brasileiro nas últimas décadas do Império, como o cientificismo, o liberalismo e o conservadorismo católico – os pensadores do século XIX voltaram o seu olhar para as questões relativas ao desenvolvimento e à “evolução”, em que o homem devia estar integrado à natureza, pois acreditavam que “o determinismo presente no mundo natural [era] o mesmo que reg[ia] o desenvolvimento da humanidade”. Segundo o autor, dessa forma de pensar resultou a crença de que a postura

¹⁰ *Idem*, p. 43-44.

¹¹ Acerca da Academia Francesa e de seus membros nos deteremos mais adiante neste trabalho, no tópico 2.2, no qual abordaremos a recepção das teorias evolucionistas no Ceará a partir de 1870.

ideal que deveria ser adotada por todos os homens teria de ser norteada pelos padrões estabelecidos pela Ciência. Para aqueles que não adotassem essa ideia lhes faltaria “a visão científica da história (...), a noção de que suas atitudes [eram] rigorosamente determinadas pela marcha histórica”. E tal visão, “a consciência plena desse fato”, era “característico do cientificista”.

Junto ao cientificismo, o Positivismo e os naturalismos constituídos a partir de uma visão científica, compuseram o repertório intelectual brasileiro e negaram a existência de uma força reguladora que não fosse a própria natureza. As ciências naturais foram relacionadas às ciências sociais pelos teóricos que pensaram a evolução da sociedade conforme a evolução da natureza, como Herbert Spencer (filósofo evolucionista que abordaremos adiante neste trabalho), o que possibilitou o surgimento do cientificismo que foi

a transformação da ciência de método de abordagem em visão de mundo que se limitou a uma ‘versão popular’ da ciência afirmando determinismos e certezas absolutas que a ciência verdadeira estava longe de possuir, ou sequer desejar (WEHLING, 1976, p. 45-46).

O tema da natureza continuou central no pensamento cientificista, o qual foi influenciado e influenciou o imperialismo¹², que permitiu a ênfase na temática da espacialidade e da dominação de territórios, assim como a diferenciação entre as realidades não europeias em contraposição às do Ocidente tido como moderno. O cientificismo e o racismo científico andavam em parceria com o imperialismo, pois, de acordo com Coquery-Vidrovitch (2004), devido à onda da expansão colonial na segunda metade do século XIX, a ideia da seleção natural de Darwin foi transposta pelos sociólogos darwinianos

¹² A historiografia contemporânea aponta para o decênio de 1870 como o marco inicial do novo imperialismo, o colonial, onde grande parte do mundo, excetuando a Europa e as Américas, foi formalmente dividida em áreas que ficaram submetidas à dominação política direta ou indireta de um ou outro Estado. Os principais imperialistas foram Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão. As potências industriais disputavam mercados, matérias-primas, ocupação de território, prestígio internacional, além de buscarem amenizar os efeitos do crescimento demográfico na Europa. Fora da Europa, os Estados Unidos da América também se destacaram com o seu desenvolvimento econômico, ocorrido pelo estreitamento das relações comerciais com outros países europeus, americanos e asiáticos. Dentre os principais estudos acerca do imperialismo estão os seguintes: HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; FERRO, Marc (Org.). **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004; BRUIT, Héctor H. **O imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Atual; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988; e SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

na selva da luta entre as classes, nações e raças, tornava-se normal e justificado não só que os vencedores dominassem os povos inferiores, mas também que os eliminassem em benefício da sobrevivência da espécie humana a longo prazo (COQUERY-VIDROVITCH, 2004, p. 766).

O expansionismo e desenvolvimento industrial baseavam-se na utilização de ideologias por parte dos imperialistas para conseguir a adesão da população e justificar a dominação política e cultural dos povos subjugados. Coquery-Vidrovitch (2004) afirma que as teorias raciais e os determinismos mesológico e racial foram utilizados pelos imperialistas para justificar as ambições políticas e econômicas, bem como para impulsionar a missão civilizadora, que resultou na partilha da África e na dominação dos povos da Ásia e do Pacífico.

A interrelação entre a ciência, o pensamento científico e a expansão imperialista se impôs: “A afirmação de que era desejável que os homens dominassem a natureza e de que os europeus eram os mais preparados cientificamente [...] para fazê-lo inspirou a muitos autores a convicção de que era destino e dever dos europeus encarregar-se das regiões ocupadas por povos menos adiantados [...]. A crescente demanda de matérias-primas por parte das zonas industrializadas da Europa e da América do Norte tornou-se uma das razões mais frequentemente invocadas para justificar a expansão imperialista na África, no sudeste asiático e até em zonas tão povoadas e cultivadas quanto a China” (COQUERY-VIDROVITCH, 2004, p. 773-774).

Inspirada pelos avanços econômicos das sociedades consideradas civilizadas, notadamente as imperialistas europeias, com França e Inglaterra, a elite intelectual brasileira objetivava a modernização social, política e econômica por meio da abolição da escravidão, da secularização das instituições e do desenvolvimento industrial e de uma maior participação do País na economia internacional, a qual possuía um conjunto de formas culturais e estruturas de sentimentos, que foram produzidos e disseminados no mundo ocidental.

Os discursos cientificistas e deterministas, que se ligavam diretamente à ideia de evolução e ao homem social, foram difundidos no Brasil através do debate intelectual na imprensa e em suas narrativas literárias. Buscando a aproximação com as ditas sociedades civilizadas, a “geração de 1870”, grupo de intelectuais surgido com a nova estrutura sociopolítica e cultural, lançava mão das novas correntes teóricas, selecionando o repertório, adaptando-o à sua realidade.

O ideário modernizante evolutivo também deu impulso às mudanças que abrangeram diversos âmbitos da sociedade. O repertório político-intelectual europeu contribuiu para a defesa das transformações políticas, sociais e culturais no Estado imperial. O abolicionismo era uma das bandeiras levantadas pelos letrados que visavam à reorganização social brasileira. Dentre os intelectuais que defendiam a abolição estava Joaquim Nabuco (1849-1910), principal representante abolicionista nacional.

A partir da análise dos escritos de Nabuco, Beiguelman (1982) sustenta que a produção do intelectual conjugou teoria e prática, em que realizou a submissão da sociedade a uma crítica global que desvendaria as suas bases e formularia soluções futuras. Assim, Nabuco estaria propondo transformações com a finalidade de superar a ordem vigente embasado no pensamento abolicionista europeu, que nortearia suas ações e definiria a dinâmica no correr das situações que surgiriam. Para a autora,

Essa contribuição excepcional à reflexão no Brasil [o pensamento abolicionista de Nabuco] pode ser referida, grosso modo, à conjuntura revolucionária parcial da década de 1878-88, quando o equilíbrio do escravismo é afetado pelo comportamento do setor de vanguarda da economia cafeeira, produzindo-se a emergência de um movimento abolicionista (BEIGUELMAN, 1982, p. 15).

Beiguelman (1982) insere as reflexões e estratégias de ação de Joaquim Nabuco dentro do movimento intelectual, que marcou o pensamento social brasileiro por volta de 1870, assim como indica a mudança de postura dos representantes dos setores emergentes ligados a produção do café, como os donos das lavouras mais prósperas de São Paulo e do oeste do Rio de Janeiro, que passaram a ter uma inclinação antiescravista. O desenvolvimento econômico decorrente do comércio do café, aliado ao novo conjunto de saberes e práticas influenciados pelo ideário evolutivo, teria proporcionado uma nova percepção do meio brasileiro.

Cruz Costa (1967) pondera que concomitante a recepção das ideias europeias, como o Positivismo, o naturalismo e o evolucionismo, houve um notável progresso na economia do País decorrente do crescimento da cultura cafeeira. Por volta de 1860, o aumento da produção do café, que até o momento tinha sido um gênero não muito importante para a economia nacional, passou a se sobrepor às tradicionais produções de açúcar e algodão. Para Cruz Costa, talvez o advento da produção cafeeira, que proporcionou o

aumento da circulação de mercadorias no Brasil, tenha também influenciado a recepção e a circulação do “bando de ideias novas”. O crescimento da cultura do café teria contribuído para o florescimento da região Sudeste em detrimento das produções das lavouras do Norte, de açúcar, algodão e tabaco, que entraram em decadência ou tiveram sua importância econômica reduzida.

Joaquim Nabuco havia experimentado a vida no Velho Mundo em 1873. Nesse ano, ele se estabeleceu em Londres na mansão do ministro brasileiro na Grã-Bretanha, Francisco Inácio de Carvalho Moreira (1815-1906), o barão de Penedo, e entrou em contato com a aristocracia londrina. Em Londres, o escravismo era condenado e, devido a influência de uma cultura considerada avançada, Nabuco pautava-se na noção de civilização para justificar seu posicionamento em defesa da abolição (BETHELL, CARVALHO, 2009).

Na Europa, Nabuco teria tido contato com o pensamento que confrontava as economias livre e escravista. Havia a demonstração de que a economia baseada na força de trabalho escravo beneficiava exclusivamente os colonos, uma vez que não havia pagamento de salários aos trabalhadores escravizados. A civilização europeia o fascinava e, na sua compreensão,

sua visão da história, da formação, da ocupação do território e do estabelecimento das relações sociais e políticas no Brasil foi significativamente modelada por sua avaliação da herança do escravismo na vida do país (MURARI, 2009, p. 53).

Em uma visão europeizante, a libertação dos escravos seria um passo para a congregação do Brasil ao mundo civilizado. Para Nabuco, a escravidão limitava o desenvolvimento do Brasil, pois comprometia sua civilização, como podemos observar:

Cada ano desse regímen [escravista] que degrada a nação toda, por causa de alguns indivíduos, há de ser-lhe fatal, e se hoje basta, talvez, o influxo de uma nova geração educada em outros princípios para determinar a reação e fazer o corpo entrar de novo no processo, retardado e depois suspenso, do crescimento natural; no futuro, só uma operação nos poderá salvar – à custa da nossa identidade nacional – isto é, a transfusão do sangue puro e oxigenado de uma raça livre. (NABUCO, 2011, p. 13)

Para Nabuco, o Brasil tinha condições e precisava transformar sua realidade, uma vez que estava munido de um grupo de estudiosos fundamentados em princípios que norteariam a modernização. Nabuco

afirmava que a causa do atraso do País estava na ordem escravista, que beneficiava os proprietários de terras, uma vez que não havia pagamento de salários aos trabalhadores escravos. Comparando a economia escravista com a livre, Joaquim Nabuco defendia que o processo de desenvolvimento da economia brasileira deveria ocorrer por meio do fim da escravidão; caso contrário, só haveria um modo de o País progredir: com a importação de estrangeiros livres e civilizados. Nesse cenário, o contato com outros povos e outras culturas ameaçaria a nacionalidade, os aspectos peculiares do Brasil. Portanto, em defesa da identidade do povo brasileiro, era preciso que o Brasil por ele mesmo, ou melhor, pelas ações políticas e intelectuais, buscasse se civilizar.

De acordo com Murari,

a trajetória de Nabuco é uma das mais representativas a respeito do amplo processo de renovação das bases do pensamento social brasileiro na segunda metade do século XIX, comumente referenciado a partir do movimento intelectual da ‘Escola do Recife’, iniciado por volta de 1870 (MURARI, 2009, p. 54).

Alguns estudiosos da história das ideias no Brasil¹³ afirmam que a “crise de renovação das ideias”, ocasionada pelo choque entre o Romantismo e as ideias evolucionistas, teria se iniciado em 1868, com a formação de um grupo de jovens intelectuais no Recife que, influenciados pelas leituras científicas europeias, foram de encontro ao pensamento romântico. O movimento denominado “Escola do Recife” foi liderado por Tobias Barreto (1839-1889), divulgador da filosofia materialista alemã, e Sílvio Romero (1851-1914), em cuja formação Candido (1988, p. 30) notou o “predomínio das influências científicas”. Os jovens da Escola do Recife estudavam ideias positivistas, evolucionistas e materialistas. Tobias Barreto e Sílvio Romero posicionaram-se contra o catolicismo¹⁴ e o Romantismo e influenciaram mais de uma geração de estudantes que tinham acesso, principalmente, às leituras de Comte, Taine, Haeckel, Spencer, Darwin e Renan, ressaltando que as leituras realizadas por esses grupos não se resumiam às obras desses autores,

¹³ CRUZ COSTA, J. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; CANDIDO, Antônio. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988; PAIM, Antônio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1967.

¹⁴ Os estudantes da Escola do Recife se posicionaram principalmente contra o movimento de romanização em que a Igreja Católica no Brasil se voltava para as ordens de Roma. Nesse processo, a Igreja Católica visava conter as “ameaças”, como o protestantismo e o positivismo, bem como melhorar a formação clerical e ampliar seu poder frente ao Estado.

uma vez que há indícios da influência de Littré, Buckle, Vacherot, Büchner, Huxley e outros.

Para Candido (1988, p. 32) “parece fora de dúvida que a divulgação do positivismo, do evolucionismo e da crítica moderna no Brasil se processou, senão a princípio, pelo menos mais intensamente no Recife”. O autor baseia sua afirmação a partir das reflexões de Sílvio Romero, o qual teria reivindicado a importância do Recife e sua prioridade na história do pensamento brasileiro pós-romântico.

A Escola do Recife teria simbolizado ou até mesmo monopolizado o novo movimento das ideias na década de 1870, cujo núcleo se consolidou em 1875 em torno de Tobias Barreto e Sílvio Romero. Os letrados da Faculdade do Recife realizavam suas atividades e suas leituras sobre as novas ideias nos anos 1870, constituindo-se como uma “geração” antirromântica, que promoveu uma reação antimonárquica, progressista e laica. Da mesma forma, em 1872, um grupo de jovens letrados fundou a Academia Francesa em Fortaleza, capital da província do Ceará, como o objetivo de estudar as teorias evolucionistas.

2.2 A recepção do cientificismo e do evolucionismo no Ceará a partir de 1870

A Academia Francesa foi uma associação literária e filosófica surgida em 1872, que expressou a primeira experiência de recepção de novas leituras no Ceará, notadamente do Positivismo e do cientificismo. As teorias evolucionistas forneceram elementos norteadores, que combateram o tradicionalismo católico e abordaram questões sobre natureza e raça.

Para Gleudson Cardoso (2002) – que buscou compreender a inserção das posturas intelectuais e políticas dos letrados do Ceará e suas tentativas de construir modelos orgânicos de Estado e Nação para o Brasil entre 1873 e 1904 – a Academia Francesa foi a primeira experiência de reunião filosófica e literária da “Mocidade Cearense”, que compreende a geração de letrados atuantes em Fortaleza entre os anos de 1870-1880.

De acordo com Cardoso (2002), a “Mocidade Cearense”, assim nomeada pelos próprios homens das letras do Ceará, foi o primeiro grupo de letrados a se pautar nas teorias positivistas e evolucionistas, participando de

campanhas em prol do racionalismo filosófico, do abolicionismo e de oposição ao tradicionalismo católico. Os “moços do Ceará” agregaram-se pela primeira vez na década de 1870 na Academia Francesa e, posteriormente, na década de 1880 na campanha em defesa da abolição (1880-1884) e no Clube Literário (1886). Já a Academia Francesa havia surgido inspirada na campanha intelectual da “geração de 1870”, principalmente na Escola do Recife em que se destacaram Sílvio Romero e Tobias Barreto.

Pelo fato de alguns dos membros da Academia Francesa terem estudado por algum tempo no Recife, como Capistrano de Abreu e Thomaz Pompeu Filho, há estudiosos que afirmam que as novas ideias teriam chegado ao Ceará por intermédio de Recife, como é o caso de Antônio Candido (1988). Este defende a Escola do Recife como o ponto de difusão do “bando de ideias novas”. Segundo o autor, teria sido do Recife que essa nova mentalidade havia transposto fronteiras e chegado ao Ceará, por meio de um grupo de moços que lá teriam se formado. Dentre os moços do Ceará que estiveram em Recife, que se congregaram e formaram em Fortaleza a Academia Francesa, podemos destacar, por exemplo, Capistrano de Abreu (1853-1927), que esteve em Recife entre 1869 e 1873 fazendo cursos preparatórios; Thomaz Pompeu Filho (1852-1929), formado em 1872 pela Faculdade de Direito do Recife; Xilderico de Faria (1851-1876), também formado em Recife em 1873; Rocha Lima (1855-1878), que esteve em Recife por alguns meses em 1871.

A importância da Escola do Recife é inegável, visto que diversos intelectuais brasileiros atuantes na segunda metade do século XIX se formaram na Faculdade de Direito do Recife, tais como Tobias Barreto e Sílvio Romero, os quais representam “as figuras mais expressivas da corrente que em nosso país se opôs ao positivismo depois de nele haver-se apoiado para realizar o rompimento com o ecletismo espiritualista” (PAIM, 1981, p. 18).

Sobre a influência da Escola de Recife nos letrados agregados na Academia Francesa, encontramos o posicionamento de Djacir Menezes (1968). Ele defende a autonomia do movimento literário e filosófico constituído no Ceará, o qual não teria sido um simples reflexo das atividades existentes nas Faculdades do Recife ou de outro centro intelectual do País.¹⁵ Concordamos

¹⁵ Em sua introdução para o livro de Rocha Lima, Djacir Menezes cita José Aurélio Câmara, Braga Montenegro, Paulo Bonavides, Denizard Macedo de Alcântara, Abelardo Montenegro e Alcântara Nogueira como autores que defendem a autonomia do movimento literário e filosófico

com Menezes (1968), uma vez que mesmo tendo havido certo contato com o ambiente letrado de outras províncias – o que pode ter proporcionado o conhecimento acerca das ideias novas – houve também o contato direto com as fontes europeias tanto por meio do aumento das atividades comerciais no porto de Fortaleza como pela movimentação de letrados na província.

Oliveira (1998), ao perceber os círculos de leituras e de leitores em Fortaleza nos anos 1870, afirma que o movimento intelectual da Academia Francesa não foi uma simples repercussão do movimento de Recife. O historiador parte da crítica de Afrânio Coutinho, que afirma a autonomia do movimento intelectual do Ceará nos anos 1870 em relação ao de Recife no mesmo período devido às leituras realizadas por cada grupo: “as leituras realizadas pelo grupo cearense eram notadamente francesas, diferentes, portanto do germanismo que imperava na escola do Recife” (OLIVEIRA, 1998, p. 47). A partir da análise dos registros da Escola Popular, da participação dos integrantes da Academia Francesa no jornal maçom *Fraternidade* e das notícias sobre suas atividades no jornal liberal *Cearense*, Oliveira (1998) caracteriza o universo de leitura da Academia Francesa. Em sua pesquisa, o autor evidencia a presença de leituras críticas de Comte. Porém, poucos foram os elementos que caracterizavam marcadamente o grupo com “ledor de Comte”, pois haveria mais a presença de críticas ao Romantismo, bem como de discursos científicos e racionalistas baseados nas leituras de Buckle, Taine e Spencer. Assim, para Oliveira a Academia Francesa também deve ser entendida como um grupo de letrados que esteve articulado com os intelectuais maçons, propondo leituras, ligações políticas e intelectuais e uma ação educativa.

Entendemos que a Academia Francesa não foi uma mera extensão do movimento intelectual de Recife. Por isso, para compreender como se deu a sua formação, consideramos importante abordar os aspectos sócio históricos nos quais a província se encontrava quando surgiu movimento, bem como os meios que possibilitaram a reunião dos letrados no decênio de 1870.

Na segunda metade do século XIX, o Ceará passou a estreitar relações econômicas com outras províncias brasileiras e com países estrangeiros. O desenvolvimento de sua economia foi impulsionado pela

intensificação da produção e exportação do algodão, ocasionando o crescimento urbano e demográfico de sua capital, Fortaleza, e de algumas regiões interioranas, como Aracati. A província se aproximou do mercado internacional europeu devido à interrupção da exportação algodoeira dos Estados Unidos ocasionada pela Guerra da Secessão (1861-1865). O conflito civil norte-americano diminuiu consideravelmente a produção de algodão naquele país, que era o principal fornecedor dessa matéria-prima para a Europa, principalmente para a Inglaterra, onde a indústria têxtil se expandia. Girão (2000) assinala 1866 como o ano que marcou a autonomia da economia do Ceará e o início da influência dos comerciantes ingleses em Fortaleza. Para o autor, a navegação direta garantiu a soberania da capital sobre outros centros comerciais da província como Aracati e Icó, cujas transações se limitaram ao Recife.

Na conjuntura econômica da província do Ceará, em meados do século XIX, Denise Takeya afirma que por volta de 1850 houve a intensificação das atividades do porto da capital da província do Ceará, “em particular [de] uma maior regularidade na presença de embarcações francesas [que] esteve relacionado a uma expansão econômica” (TAKEYA, 1995, p. 106). Nos anos 1860, Fortaleza destacou-se no comércio direto com a Europa e com outras províncias do império brasileiro, visto que, devido ao comércio do algodão, teve seu porto incluído nas rotas que iam em direção à região Sudeste, conectando-se com os principais portos do País.

Em estudo sobre a relação comercial entre o Ceará e a Europa, notadamente a França, Takeya (1995) mostra o aumento das exportações do algodão pelo porto de Fortaleza ocorrido entre 1863-64 e 1876-77. A maior articulação da economia da província com o mercado externo

foi garantida pela estruturação de uma economia primário-exportadora, que estabelecia o lugar ocupado pela atividade produtiva do Ceará no amplo contexto do mercado internacional. (TAKEYA, 1995, p. 109).

Portanto, essa economia estava em processo de “aprofundamento de sua integração à Divisão Internacional do Trabalho.” (TAKEYA, 1995, p. 113).

A intensificação do tráfico interprovincial de escravos, a partir de 1860, também contribuiu para o estreitamento das relações comerciais entre a capital do Ceará e as províncias do Sul do País. Ferreira Sobrinho afirma que

as regiões canavieiras, e aquelas em que predominavam a pecuária e o plantio de algodão, castigada pela grande seca, eram áreas exportadoras de mão de obra cativa, para o sudeste do Império. (SOBRINHO, 2005, p. 54).

Relacionado ao aumento da dinâmica desse comércio de escravos no interior do Brasil, o autor, embasado na análise de Raimundo Girão (2000), aponta os seguintes fatores conjunturais internos e externos, de ordem socioeconômica ou causados por intempéries da natureza, que pesaram de uma forma ou de outra no tráfico interno: a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, que impulsionou a produção de algodão no Ceará; a Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1865-1870, que arregimentou soldados para o conflito, inclusive os escravos, que iam no lugar de senhores, aos quais no intercurso da guerra foi prometida a alforria; a seca de 1877-1880, que assolou as províncias do Norte. Esses são os principais fatores considerados pelos estudiosos para explicar que, a partir da década de 1860, o Ceará foi lugar de saída da força de trabalho escrava em direção à região Sul do País, que eram zonas de produção cafeeira.

Concomitante ao incremento da atividade agroexportadora do Ceará houve a circulação de ideias e textos provenientes de outras cidades e países. Além disso, a conjuntura existente à época também deu o tom das reflexões a nível local. As teorias evolucionistas e a realidade social vivenciada pelos letrados em fins do século XIX foi o que tornaram oportunas as reflexões em torno da modernização da sociedade brasileira e da sociedade cearense. Acreditamos que a prosperidade econômica do Ceará estimulou o intercâmbio cultural, que proporcionou mudanças na forma de pensar da elite letrada. A vida intelectual também tomou outro ritmo, uma vez que esse também foi um momento em que diversos estudantes transitavam no Ceará devido ao aumento dos cursos preparatórios e secundários. Havia também a saída e a entrada daqueles que realizavam seus cursos superiores em outras províncias, principalmente em Recife, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2002).

Por isso, para percebermos as transformações na vida intelectual na cidade de Fortaleza, consideramos relevante entender que meios e instituições proporcionaram a formação intelectual e a integração dos letrados.

Em meados do século XIX, a formação da elite local se dava por meio do ensino secundário no Liceu do Ceará, fundado em 1845. Oliveira (2002) afirma que a criação dessa instituição de ensino ligava-se ao processo de constituição da elite dirigente local, pois ampliou a possibilidade de ingresso de seus membros nas academias e aumentou o grau de participação política da província no ambiente da política imperial. A formação básica da maior parte dos letrados que atuaram no Ceará nas décadas de 1870 e 1880 teria ocorrido também no Atheneu Cearense, colégio particular de ensino secundário, que propiciou a socialização entre eles.

Desta forma, o Liceu do Ceará e o Atheneu Cearense contribuíram para a formação de elos entre aqueles que possuíam afinidades sociais, intelectuais e políticas, que se manifestaram nos anos posteriores. A Assembleia Provincial objetivava estabelecer no Liceu as mesmas competências do Colégio Pedro II, localizado no Rio de Janeiro: torná-lo apto a remeter o diploma de bacharel em Letras, sem o qual não era permitida a admissão nas academias imperiais. Isso porque a formação no Pedro II combinava elementos da Academia Ilustrada com os principais modelos científicos advindos do “mundo civilizado”. Nesse sentido, com a criação do Liceu, surgiu um espaço de formação da elite local, assim como “o estabelecimento de parâmetros intelectuais para uma possível atuação crítica, fosse ela política ou não.”¹⁶

Já o Atheneu Cearense iniciou suas atividades em 1863 e pertencia ao capitão João Araújo da Costa Mendes, que também foi seu diretor. O diretor-proprietário havia estudado no Colégio Baiano e trouxe para o Ceará o seu método de ensino baseado nas premiações dos melhores alunos. O Atheneu diferenciava-se do Liceu por ter regime de internato, o que possibilitou o ingresso de alunos do interior, além dos da capital. A convivência entre os

¹⁶ O Colégio Pedro II foi criado na Corte em 1837 a partir da conversão do Colégio São Joaquim em escola pública e instituiu o modelo de ensino secundário para as províncias. O Pedro II será, portanto, a instituição que consolidará um modelo de exercícios educacionais essenciais para a obtenção do diploma de bacharel em Letras. *In*: OLIVEIRA, Almir Leal de. **Saber-poder – o pensamento social cearense no final do século XIX**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 1998, p. 20-21.

alunos no Atheneu Cearense também se dava por meio de grupos de estudos, aproximando ainda mais os participantes.

Na década de 1870 houve outras instituições de ensino, dentre as quais se podem citar o Colégio Cearense, o Colégio São José, o Instituto de Humanidades, o Pantheon Cearense e o Colégio Universal. Não pretendemos nos alongar muito acerca das instituições secundárias de ensino, mas consideramos relevante mostrar a sua contribuição para a integração dos estudantes que posteriormente propiciou outros tipos de agrupamentos intelectuais. Assim, o Liceu do Ceará e o Atheneu Cearense foram os colégios que se destacaram na formação intelectual e na criação de laços que marcaram profundamente a geração de estudantes que nesses espaços conviveram.

Prova disso foi a instalação da Fenix Estudantal no ano de 1870, um grupo de estudo literário e científico formado por estudantes, considerada a primeira associação literária do Ceará (BARREIRA, 1986). Os fundadores da Fenix Estudantal foram os jovens Raimundo Antônio da Rocha Lima, Fausto Domingues da Silva, João Lopes Ferreira Filho e Manuel do Nascimento Castro e Silva. Para Barreira, a Fenix Estudantal não parece ter tido notável repercussão no ambiente letrado, visto ter sido formada por “*um soldalício de rapazellos*, pois Rocha Lima tinha, então, 15 anos, João Lopes, 16, e Fausto Domingues, 19” (BARREIRA, 1986, p. 85, grifos do autor).

Dois anos depois da experiência da Fênix Estudantal, na Academia Francesa do Ceará se reuniram: Raimundo Antônio da Rocha Lima; João Capistrano de Abreu; João Lopes Ferreira Filho; Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho; Xilderico de Farias; Antônio José de Melo; Antônio Felino Barroso; Tristão de Alencar Araripe Júnior; João Brígido; Domingos Olímpio; Nicolau França Leite; Amaro Cavalcante.

Havia a articulação entre os integrantes da Academia Francesa com o jornal *Fraternidade*, que era órgão da loja maçônica Fraternidade Cearense e proporcionou a interação política e intelectual entre os letrados durante a década de 1870 e os anos iniciais do século XX. A loja maçônica promovia um novo modo de sociabilidade que privilegiava a racionalidade moderna e ia de encontro às concepções de mundo e de sociedade apregoadas pelos conservadores católicos. Berenice Abreu de Castro Neves afirma que

A instituição maçônica desde suas origens já estava marcada por uma visão burguesa e laica da sociedade. Ela se projeta no mundo moderno como o abrigo daqueles que intentavam romper com as limitações impostas pelos poderes absolutistas da Monarquia e da Igreja. [...]

No Brasil, é justamente sob a capa do segredo oferecida pelas lojas maçônicas que as ideias de emancipação política vão se gestando. É ainda através da Maçonaria que as ideias liberais entram no País e vão por várias partes da colônia fomentar as rebeliões que buscavam contestar o absolutismo monárquico metropolitano, envolvendo-se nessas lutas camadas ilustradas laicas e também religiosos de orientação liberal.

Mas é somente a partir de fins dos anos sessenta [do século XIX] que esses segmentos ilustrados, que continuam a se abrigar nas lojas maçônicas, são forçados a estabelecer um confronto direto, no plano das ideias, com um poder formalmente dominante no Brasil: a Igreja Católica (NEVES, 2002, p. 98-99).

As atividades do jornal *Fraternidade* iniciaram-se em 1873 e seus jovens redatores baseavam-se no ideário liberal/ilustrado e positivista, defendendo, dentre outras bandeiras, a liberdade religiosa, o casamento civil, estado e ensino laicos e a educação popular. O jornal, publicado semanalmente, também era um veículo de divulgação dos princípios da Maçonaria, uma instituição internacional que havia se consolidado na Inglaterra no começo do século XVIII e lutava pelos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, consagrados pela Revolução Francesa de 1789 (NEVES, 2002).

No Ceará, o jornal *Fraternidade* representava os interesses da modernidade baseada na razão e seus representantes travaram um intenso debate com os colaboradores do jornal *Tribuna Católica* em que se defendia as ideias do conservadorismo católico local. Na época em que a Maçonaria irrompeu no Ceará, o Segundo Reinado brasileiro passava por uma crise entre a Igreja Católica e o Estado Monárquico, fato que ficou conhecido como a Questão Religiosa, intensificada entre 1872 e 1875.¹⁷

¹⁷ A tensão entre Igreja e Maçonaria no Brasil ocorreu em virtude das diretrizes fixadas pelo Papa Pio IX em 1864 na Bula *Syllabus*, que afirmava a autoridade papal, defendendo a suprema autoridade da Igreja Católica, e condenava o anticlericalismo, as ideias de secularização e as sociedades secretas, sobretudo a Maçonaria. Todavia, havia inúmeros católicos maçons, dentre eles alguns clérigos e o próprio imperador D. Pedro II. Utilizando-se do beneplácito (direito de aprovar ou não as ordens e bulas papais em território nacional), o imperador revogou a ordem. No entanto, o bispo do Pará, Antônio de Macedo Costa, e o bispo de Olinda, Vital Maria, desobedeceram D. Pedro II e colocaram em prática as determinações papais que condenavam os princípios maçônicos e proibiam a entrada de maçons nas igrejas católicas. A partir de então a relação entre o Império brasileiro e a Igreja Católica estremeceu e esse episódio teria contribuído, dentre outros fatores, para o enfraquecimento da Monarquia e seu declínio. *In*: NEVES, Berenice Abreu de Castro. "Intrépidos romeiros do progresso": maçons cearenses do império. SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Intelectuais. Fortaleza**: Edições Demócrito Rocha, 2002; CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro das sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

João Brígido, Thomaz Pompeu de Souza Brasil Filho, Tristão de Alencar Araripe e Xilderico de Farias estiveram dentre os indivíduos que se filiaram a lojas maçônicas durante o Segundo Reinado. A imprensa maçônica foi um importante meio de divulgação das ideias liberais e iluministas. No projeto maçon havia a crença na “libertação do homem por intermédio do conhecimento positivo”, pois tinham uma preocupação pedagógica (com a instrução popular laica e a vulgarização do livro e da imprensa) como uma das propostas de reforma social e laicização (NEVES, 2002, p. 113).

Em defesa da educação, a Academia Francesa e a imprensa maçônica do Ceará inauguraram a Escola Popular em 1874 com o objetivo de educar os “pobres e operários” da capital (BARREIRA, 1986). A Escola Popular esteve ativa até 1875 e constava de curso de primeiras letras e de cadeiras de língua nacional, francês, aritmética, geografia e história. Havia também, às quintas-feiras, leitura e explicação da Constituição do país e revisão das aulas e aos domingos havia conferências sobre temas diversos.¹⁸ Além da Escola Popular, a Academia Francesa contribuiu para a fundação do Gabinete Cearense de Leitura em 1875, constituído em sua maior parte por estudantes.

Observamos que a Academia Francesa foi, antes de tudo, uma importante associação da moderna geração do Ceará na década de 1870, reunindo letrados que defendiam mudanças que construiriam uma sociedade considerada civilizada. A instituição não contou com registros formais, tais como atas de reuniões ou regulamentos a serem seguidos, mas expressou os ideais dos letrados em um momento de intenso confronto de ideias, que os fizeram defender os ideais de civilização e de modernização para a realidade vivenciada.

Da Academia Francesa, destacamos Capistrano de Abreu (1853-1927) e sua leitura cientificista da sociedade, elaborada durante os anos 1870. O letrado teve uma formação intelectual que teriam lhe proporcionado o contato

¹⁸ Durante o funcionamento da Escola Popular, de 1874 a 1875, houve nove conferências, sendo cinco delas proferidas por maçons da Loja Fraternidade: “A Escola”, por Manoel Quintiliano da Silva; “Liberdade Religiosa”, por Xilderico de Farias; “Soberania Popular”, por Thomás Pompeu de Sousa Brasil (filho); “Religião”, por Amaro Cavalcante; “O Papado”, por Araripe Júnior; “Geognose da Terra”, por Henrique Théberge – e três conferências de outros intelectuais locais: “Educação na família”, por José Castellões; “Eletricidade e seus efeitos”, por Francisco Borges da Silva; e “Literatura Brasileira”, por Capistrano de Abreu”. Conferir em: NEVES, Berenice Abreu de Castro. “Intrépidos romeiros do progresso”: maçons cearenses do império. SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Intelectuais**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002; AZEVEDO, Sânzio de. **A Academia Francesa do Ceará (1873-1875)**. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária, 1971.

com leituras variadas, pois frequentou tanto instituições religiosas de estudo como laicas. No Ceará, Capistrano foi estudante do Atheneu Cearense em 1863, entrou para o Seminário da Prainha em 1865 e, posteriormente, em 1869, realizou o curso preparatório no Recife, onde não ficou muito tempo (STUDART, 1980). Em 1872, congregou-se à Academia Francesa e proferiu palestras na Escola Popular. O autor partiu para o Rio de Janeiro em 1875, onde se estabeleceu e não mais retornou a terra natal.

Arno Wehling (1976, p. 55-70), em seu estudo sobre a fase cientificista de Capistrano de Abreu, considera que na geração desse intelectual havia o predomínio do positivismo de Comte e de Taine e de outros determinismos progressistas. O autor afirma ainda a importância da influência do Positivismo no pensamento de Capistrano. Todavia, esta teria se diluído gradativamente sob o contato com as demais leituras científicas, como o determinismo social de Spencer, o determinismo climático de Buckle e o determinismo biológico de Darwin. A influência do cientificismo naturalista foi muito importante na obra de Capistrano entre 1874 e 1880 e o ajudou a pensar a evolução histórica da sociedade a partir da transposição de determinadas leis e conjuntos conceituais de uma ciência para outra, no caso, das ciências físicas e biológicas para a História e a Sociologia.

Podemos notar o influxo dos determinismos climáticos e biológicos em Capistrano de Abreu em seu texto “A literatura brasileira contemporânea”, que se encontra no livro *Ensaios e estudos* (1935), que reúne seus escritos publicados em 1874 no jornal *Maranguapense*. Para o autor, o clima determinaria os demais elementos da natureza, uma vez que “além de produzir indolência”, ele a favoreceria “de dois modos directos: a alimentação e o solo.”¹⁹ No texto, Capistrano afirmava que

São dois os principaes efeitos da comida: a conservação do calôr e a reconstrucção dos tecidos. Desde que é exigida menor quantidade de oxygenio, na mesma proporção diminue o carbono, que, combinado com o oxygenio, produz o calôr organico. Ora, a diminuição do carbono importa na diminuição das comidas respiratórias. De outro lado, havendo menos exercício, porque a vida é mais facil que nos climas frios, há menos gastos nos tecidos, menos necessidade de comida plástica, por conseguinte.

¹⁹ ABREU, J. Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea. In: **Ensaios e estudos** (crítica e história). 1. Série. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. São Paulo: Livraria Briguiet, 1931. p. 64.

O resultado é a sobriedade que caracteriza os climas quentes, tanto como a indolência, e que não é menos nociva, pois concorre para desenvolvê-la.

Para desenvolver a indolência concorre ainda outro fator: o solo.

O calor e a humidade, condições indispensáveis à fertilidade do terreno, reúnem-se em nossa pátria, - quente por sua posição geográfica, - húmida pelas suas circunstâncias meteorológicas, pela extensão do litoral, pelo desenvolvimento do sistema hidrográfico. Dahi esta natureza exuberante, estas matas sombrias como os arcanos do coração e perfumosas como os anelos da esperança; estes vales e serras de que o germen brota pujante como as ilusões de um cérebro de quinze annos, as magnificências que nos circumdam, as grandezas que nos esmagam.

Esta situação, que faz do Brasil um dos mais bellos paizes do mundo, faz de seus habitantes um dos povos mais fracos. De facto, desde que a fertilidade é tão espantosa, entregamo-nos ao trabalho o menos possível, já que não podemos prescindir d'elle. E não só o trabalho é quasi dispensavel, como por vezes é impossivel em nosso estado de desenvolvimento. A civilização é a victoria do Homem contra a Natureza, segundo a expressão de BUCKLE; e como podemos nós lutar contra o inimigo tão poderoso, sem sciencia, sem industria?

Em summa, as forças físicas levam-nos á indolência, e quer pelas facilidades que lhe offerecem, quer pelas difficuldades que lhe oppõem, tendem a amesquinhar directa, ou indirectamente o Homem. As apparencias físicas convergem para o mesmo resultado.

Forças e apparencias da natureza têm um campo diverso de acção. As primeiras reagem principalmente sobre a estrutura social; as segundas sobre a estrutura mental. Entretanto, como entre individuo e sociedade não existe differença intrínseca, seus resultados são complementares (ABREU, 1931, p. 64).

A partir do discurso do letrado, podemos perceber que a submissão da natureza pelo homem era imprescindível para o progresso da nação. De acordo com Capistrano, no Brasil, devido à fertilidade do solo, os habitantes não se esforçariam para desenvolver as atividades voltadas para o trabalho e, dessa forma, seria um desafio fazer com que o País atingisse o nível das sociedades consideradas civilizadas, as quais teriam enriquecido e se tornado modelos em virtude do esforço dos homens. Percebemos, então, a influência do determinismo climático de Henry Thomas Buckle (1821-1862), mencionado pelo próprio Capistrano, em cujo pensamento a relação entre homem e natureza assumia uma ação transformadora, de conquista do território (MURARI, 2009, p. 84). Portanto, Capistrano apresentou a natureza como um inimigo, ou seja, uma ameaça ao desenvolvimento do País e do povo e que, por isso, deveria ser enfrentada com o conhecimento.

O texto do autor nos mostra também que não era qualquer saber que ajudaria os homens a atingirem o *status* de civilização, mas sim um saber advindo da indústria, a qual vinha sendo incrementada na Europa e nos Estados Unidos. Na luta contra a natureza, o trabalho do homem deveria ser

pautado em um saber que contribuísse para a transformação do Brasil, fazendo-o acompanhar o desenvolvimento mundial, pois seria dessa maneira que o País progrediria.

Capistrano de Abreu, baseado em sua leitura de *History of Civilization in England (História da Civilização na Inglaterra)*, do historiador inglês Henry T. Buckle, considerava as forças e os aspectos da natureza como as principais influências físicas que caracterizavam o Brasil. Na interpretação do letrado, as forças da natureza agiriam principalmente sobre a estrutura social e os aspectos da natureza, sobre a estrutura mental. Como forças da natureza, estavam o clima, o alimento e o solo. Tais fatores contribuiriam para a indolência, pois o clima quente, determinante dos outros fatores, e a fertilidade do solo eram responsáveis pela falta de esforço dos homens. Influenciado pela leitura de Buckle, para Capistrano de Abreu a civilização era resultado das ações do homem sobre a natureza. No caso brasileiro, o povo teria se formado

Indolente e exaltado, melancólico e nervoso, eis o povo brasileiro qual o fizeram as forças e apparencias da Natureza. Por mais varios que sejam seus sentimentos, a todos sobrepuja o alumbamento, o desanimo, a consciencia da escravidão ás leis mesologicas. Prova-o o estudo dos indigenas. Podemos dize-los o produto da Natureza brasileira, tanto mais que, si a tendência da civilização que herdámos é para a neutralização de seus efeitos, na delles predominavam as leis phisicas sobre as leis mentaes.

O caracteristico da constituição mental dos Tupis era a hypertrophia da sensibilidade. A intelligencia ficava sopitada sob a exuberância da Natureza e a facilidade da existência; a vontade sem impulsos vegetava mesquinha; tudo o que elles tinham de vivaz concentrava-se na emoção. E' isto em grande parte explica o seu estado: o subjectivismo era tão profundo que não podia desenvolver-se a cooperação, base de todo governo, segundo COMTE.²⁰

A partir de suas leituras, Capistrano refletiu acerca da contribuição dos indígenas na formação do povo e afirmava que os nativos estavam submetidos à natureza. A grandeza e as boas condições oferecidas pela natureza eram de tamanha importância que teriam impedido os indígenas de aumentar suas faculdades mentais. O não desenvolvimento da inteligência implicaria no não desenvolvimento da sociedade, uma vez que, por a natureza oferecer a facilidade de vida, os homens não teriam se esforçado para mudar sua realidade. Portanto, a relação entre homem e natureza não teria sido, de

²⁰ *Idem*, p. 69.

acordo com as reflexões de Capistrano, instrumento de civilização, mas de perpetuação da condição de barbárie.

Em outra parte do texto “A literatura brasileira contemporânea”, Capistrano trata da raça. Segundo ele,

A raça póde considerar-se como um agente physico, porém é mais que um agente physico. A intelligencia se manifesta pelo systema nervoso e, si, com SPENCER, admitimos que as mudanças estructuraes deste são o resultado pouco a pouco accumulado de suas mudanças funcçionaes; si admittirmos a realidade do atavismo, a raça implica predisposições, é um fator intellectual, superorganico.²¹

Para Capistrano, a inteligência estaria submetida à raça, à formação física dos homens, às características herdadas de ascendentes distantes. Dessa forma, as faculdades mentais de qualquer povo dependeriam das de seus antepassados e, por isso, estariam determinadas biologicamente. No sentido de herança ancestral, o letrado do Ceará faz algumas considerações sobre o “caracter versátil, ondeante e ate sentimental” da “raça portuguesa” para a formação do povo brasileiro, tal como podemos observar a seguir:

No Brasil este character [sentimental] devia expandir-se e exagerar-se, porque assim o exigiam as circumstancias physicas. Embora considere estéreis e infundadas as divagações e fantasias dos que lastimam a derrota dos hollandezes, não posso negar que, povoado por estes, o Brasil se nos apresentaria com um aspecto mui diverso. Uma raça forte, persistente, teria travado mais cedo a luta contra a Natureza, e, limitando seu influxo, teria apressado o dia do progresso.²²

Podemos notar que o autor tem os portugueses como um povo inferior por apresentar semelhanças com o “sentimentalismo” dos indígenas. Ele concorda com o posicionamento daqueles que lastimaram a expulsão dos holandeses do Brasil no período colonial²³, acreditando que se o País tivesse sido dominado por estes, em decorrência da mistura das raças – no caso, entre indígenas e europeus holandeses –, suas características teriam sido transmitidas para a população. Assim, podemos afirmar que, para Capistrano, se a persistência e a força advindas dos holandeses tivessem sido transmitidas

²¹ *Idem*, p. 73.

²² *Idem*, *Ibdem*.

²³ Por duas vezes o Brasil foi invadido pelos holandeses: a primeira invasão ocorreu em Salvador, na Bahia, no ano de 1624 e durou um ano; e a segunda invasão ocorreu em Pernambuco em 1630 e perdurou por 24 anos. *In*: FERRÃO, Cristina. **Brasil holandês**. Rio de Janeiro: Editora Index, 1999.

ao povo brasileiro, este teria subjogado a natureza e, dessa forma, teria promovido o progresso do País mais rapidamente.

Sobre natureza e raça escreveu também Raimundo Antônio da Rocha Lima (1855-1878), cuja importância lhe foi atribuída por seus amigos, por coetâneos e pela historiografia. Ariane Bastos de Araújo (2013) analisa a construção social e histórica da figura de Rocha Lima como um intelectual de destaque em sua geração a partir de sua atuação na Academia Francesa, bem como do modo como essa associação foi compreendida e pelo ideário de fins do século XIX. De acordo com a autora, após sua morte em 1878, Rocha Lima passou a ser evocado como formador na moderna geração do Ceará²⁴, sendo considerado “positivista, determinista, cientificista, ateu e evolucionista” (ARAÚJO, 2013, p. 32).

Capistrano de Abreu escreveu o prefácio da obra póstuma de Rocha Lima, onde, para ele

A sua obra genuína [de Rocha Lima], aquela pela qual merece um lugar de honra nos fastos nacionais, é a moderna geração do Ceará, forte, corajosa, viril, que com sua morte sofre uma perda irreparável. A esta só pode comparar-se a daqueles, que acostumados com êle a amar e combater, viam em sua amizade o mais vívido dos consolos, em sua aprovação o mais eficaz dos estímulos, em suas palavras o reflexo do mais puro dos corações. A êstes, agora que as trevas espessas que se chamam túmulo para sempre empanaram a estrêla mais rútila do céu de seus cismares, só resta evocar a sua memória, seguir os seus exemplos, recordar os seus conselhos, repetir o seu nome sagrado, e nunca, nunca esquecê-lo.²⁵

Capistrano de Abreu foi um dos que contribuíram para a construção da imagem de Rocha Lima como um letrado que estava atualizado com as principais leituras científicas e evolucionistas em voga na época de sua atuação intelectual na Academia Francesa. Segundo Capistrano, a produção de Rocha Lima havia sido determinante para a formação da “moderna geração do Ceará”, a “Mocidade Cearense”.

Assim como Capistrano e outros membros da Academia Francesa, como João Lopes e Xilderico de Faria, Rocha Lima frequentou o Atheneu Cearense em 1863 e mais tarde, em 1866, o Liceu do Ceará. O letrado ajudou a fundar a Fênix Estudantal em 1870 e, no ano seguinte, seguiu para Recife onde ficou por dois meses. Compôs a famigerada Academia Francesa entre

²⁴ ABREU, J. Capistrano de. Prefácio Raimundo Antônio da Rocha Lima. In: ROCHA LIMA, Raimundo Antônio da. **Crítica e Literatura**. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968. p. 82.

²⁵ *Idem, Ibidem.*

1872 e 1875 e, em 1877, viajou ao Rio de Janeiro, onde também permaneceu por pouco tempo (AZEVEDO, 1971). Acreditamos que a trajetória de formação intelectual de Rocha Lima, em diversas instituições, tenha lhe proporcionado diversas leituras que enriqueceram suas análises sociais veiculadas em seus textos, publicados em Fortaleza nos jornais *Constituição*, *Cearense* e *Fraternidade*, os quais foram reunidos postumamente no livro *Crítica e Literatura* (1968).

Em relação às suas influências teóricas, Djacir Menezes pondera que

Rocha Lima começa um apaixonado de Vacherot, mas depois com a leitura de Taine e Buckle, seu espírito preparou-se para receber, de braços abertos, o positivismo de Comte, que êle ia refazendo e complementando com as teorias de Spencer.²⁶

Menezes buscou mostrar a trajetória de leituras de Rocha Lima, de seu interesse pelo Positivismo e outros evolucionismos, no caso o spenceriano, que o teria ajudado a formular interpretações. No entanto, notamos que Menezes reproduziu o pensamento de Capistrano de Abreu acerca das influências teóricas de Rocha Lima contido em seu prefácio ao livro *Crítica e Literatura*.²⁷ Ao repetir Capistrano, Menezes corroborou a ideia construída pelo letrado em fins do século XIX acerca de Rocha Lima como um intelectual atento ao conhecimento mais atual que havia em sua época.

Na avaliação de Araújo (2013), o impacto da criação da representação de Rocha Lima como um “mestre a ser seguido” ainda reverberava em 1884, quando em 12 de setembro desse ano houve a fundação da Sociedade Rocha Lima:

uma agremiação literária de moços [...], formal com atas e realização de eleições de membros sócios e diretores”, em cujas “sessões debatiam leituras, recitavam poesias de própria autoria que eram publicadas nos jornais locais e participavam de encontros e comemorações de outras agremiações literárias em Fortaleza (ARAÚJO, 2013, p. 55).

²⁶ MENEZES, Djacir. Introdução. In: ROCHA LIMA, Raimundo Antônio da. **Crítica e Literatura**. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968. p. 49.

²⁷ Cf.: ABREU, J. Capistrano de. Prefácio Raimundo Antônio da Rocha Lima. In: ROCHA LIMA, Raimundo Antônio da. **Crítica e Literatura**. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968. p. 74, 75 e 80.

Assim como Capistrano de Abreu, Rocha Lima também refletiu acerca da relação entre o homem e a natureza e seus efeitos sociais. No seu texto “Ainda a Lenda de um Pariá”²⁸, em que Rocha Lima faz uma apreciação sobre o drama de Francisco Antônio Filgueiras Sobrinho, o letrado afirmava que o

O fatalismo da natureza, exigindo uma vontade que tenha predisposto todo o drama da história, não se pode conciliar com o ateísmo, conclusão lógica da filosofia materialista.

Assim tôdas as soluções apresentadas sôbre a natureza da vontade são absurdas e incompletas

Um eminente sábio francês, o Sr. Claude Bernard, veio brilhantemente preencher esta lacuna tão sensível na ciência do homem.

A natureza de todo fato científico, diz o grande fisiologista, é ser determinado ou pelo menos determinável; determinar um fato é ligá-lo a uma causa próxima e explicá-lo por ela, isto é, ligá-lo a suas condições de existência.

A filosofia positiva, estendendo esta vista aos tetos da vontade, criou o determinismo, pelo qual o homem deixa de ser uma passividade diante de Deus e da natureza como no fatalismo teológico ou metafísico, para tornar-se um reagente contínuo, um Prometeu sem Cáucaso, que vai cada dia, pelo progresso de sua inteligência, roubando à natureza o segredo de sua onipotência” (ROCHA LIMA, 1968, p. 131, grifo do livro).

Para Rocha Lima, baseado em suas leituras positivistas, os determinismos eram fatores dos quais não se podiam fugir. Tudo estaria ou deveria estar determinado pelo contexto onde estivesse inserido. No seu discurso, o homem havia deixado de estar submetido a vontade divina para se sujeitar à sua própria vontade. Comparando o homem a Prometeu, um titã da mitologia grega, conhecido por ter roubado o fogo dos deuses e dado aos homens para que estes tivessem ciência, o autor declarava que o homem não esperava mais pela providência divina, mas buscava mudar sua realidade em favor do próprio progresso intelectual, enfrentando as dificuldades impostas principalmente pelas forças naturais.

No raciocínio de Rocha Lima, o homem só progrediria mental e socialmente quando superasse os aspectos e as forças do meio físico. A natureza era compreendida como um obstáculo a ser transposto, tida como uma ameaça a ser enfrentada. Esse aspecto pode ser observado na seguinte afirmação do letrado, presente no artigo “A mulher”:

²⁸ Esse artigo de Rocha Lima faz parte da sua apreciação sobre o drama de Filgueiras Sobrinho, *Legenda de um Pariá*, publicado no jornal Cearense, n. 19, ano XXIX, domingo, 7 de março; n. 20, quinta-feira, 11 de março; n. 21, domingo, 14 de março de 1875. Cf. nota de Djacir Menezes. In: ROCHA LIMA, Raimundo Antônio da. **Crítica e Literatura**. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968. p. 131.

Desde o berço viu-se o homem acabrunhado ao pêso da fatalidade: de um lado as energias da natureza oprimindo-o com o rigor inexorável de uma divindade, surda aos nossos lamentos, inconsciente de nosso sofrer; de outro um tumultuar infernal de instintos grosseiros, de necessidades opressoras, de desejos irracionais.

Mas a vida não passa de um estado efêmero da matéria, sujeita à desagregação, e o homem tem por tarefa prolongar este estado, e transformá-lo pela inteligência.

Daí a superioridade desta força nas infinitas manifestações da natureza e da história.

Se há alguma cousa que se opunha a seu desenvolvimento e soberania é a afluência e despotismo das necessidades que pedem uma satisfação imediata nos primeiros instantes da existência.

Pois bem, senhores, foi desta fermentação tenebrosa de urgentes desejos que brotou o primeiro clarão da inteligência. Se a necessidade material não o oprimisse, se a fome, o frio, a voracidade dos animais com os quais convivia; a inclemência das estações, o espírito rapineiro e devastador de seus contemporâneos, não lhe perturbassem a vida na contingência do isolamento e da miséria; o homem não cuidaria de meios para remediar tantos males, não exerceria, portanto, seu espírito em garantir e promover seu bem-estar. Maravilha das maravilhas! Os primeiros passos do animal foram os primeiros adejos para redenção do anjo.

Sirva este exemplo de incentivo aos que desmaiam diante dos grandes fins pela dificuldade penosa dos meios; e de refutação aos que pregam a doutrina da morte pela descrença da religião do progresso.²⁹

De acordo com Rocha Lima, o homem sempre lutava em oposição à natureza e a si mesmo: se o homem não reagisse contra a fome, o frio, aos outros animais predadores e à sua ignorância ele não buscaria soluções que garantissem os melhoramentos de sua condição de vida. A natureza em si e a natureza do próprio homem eram os adversários da sobrevivência e do progresso. O homem estaria, pois, em conflito contra as “forças e aspectos da natureza”, as quais exerceriam reações sobre a estrutura social e mental. A solução encontrada pelo autor seria a dominação da natureza pelos seres humanos, visto que estariam lutando pela sobrevivência e por meio desse conflito e com o domínio do homem sobre o meio haveria o progresso.

A maneira como Rocha Lima e Capistrano de Abreu refletiram sobre a relação entre homem e natureza foi resultado da influência das teorias evolutivas e do Positivismo em voga no período. Nessa perspectiva, Georges Canguilhem (2012) acredita que há uma ligação entre o positivismo comtiano e a Biologia, pois afirma que no pensamento de Auguste Comte ocorreu a influência da ideia lamarckiana de meio, a aceitação da lei das modificações

²⁹ Cf.: ROCHA LIMA, Raimundo Antônio da. **Crítica e Literatura**. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968. p. 85-88.

adquiridas e a rejeição da teoria da espontaneidade. O francês Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) foi o primeiro naturalista a afirmar, baseado em suas pesquisas, que as modificações dos organismos resultavam de leis e não de intervenções divinas e que essas mudanças eram causadas pela “ação direta das condições de vida, [pelo] entrecruzamento das formas já existentes, e [atribuiu] uma grande importância ao fator uso-e-desuso, isto é, aos efeitos do hábito”.³⁰

Segundo Canguilhem (2012, p. 64), Comte, por intermédio de Henri-Marie Ducrotay Blainville (1777-1850), naturalista francês influenciado por Lamarck, adotou o termo aristotélico de meio, o qual era comum nos séculos XVII e XVIII na física dos fluidos e na mecânica. Assim, Comte tornou o termo utilizável para os biólogos e filósofos posteriores ao tomá-lo simultaneamente como um conceito geral e sintético. As visões biológicas de Comte teriam sido influenciadas pela teoria lamarckiana de meio, a partir da qual ele percebeu a variabilidade das espécies, a origem progressiva de novas especificidades e o desenvolvimento possível de uma tendência monista e mecanicista. De Lamarck, Comte teria recusado a teoria da espontaneidade, de que os seres vivos proviriam de não vivos, pois o filósofo pensava que

se o organismo é concebido como passivamente deformável sob a pressão do ambiente, se toda espontaneidade própria é recusada ao vivo, nada interdiz a esperança de chegar a reabsorver, no limite, o orgânico no inerte (CANGUILHEM, 2012, p. 64).

Comte teria considerado como confiável a teoria lamarckiana de modificação morfológica pelo hábito, bem como a lei de consolidação pela hereditariedade das modificações adquiridas. Quanto à adesão à lei das modificações adquiridas, Canguilhem afirma que para Comte

A noção do progresso material pertence realmente à biologia. A repetição, automatizando as capacidades adquiridas, e a hereditariedade, naturalizando as modificações artificiais, são ao pé da letra os princípios de encarnação do progresso da vida e os fundamentos da identidade entre o desenvolvimento dos seres e seu aperfeiçoamento (CANGUILHEM, 2012, p. 66).

O autor assevera ainda que Comte também entendia a vida como uma luta ininterrupta, pois acreditava que “o primeiro dever da humanidade para com a vida [seria] ‘unir cada vez mais toda a natureza viva para uma

³⁰ DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2013. p. 16.

imensa luta permanente contra o conjunto do mundo inorgânico” (CANGUILHEM, 2012, p. 74). E, aliada a essa noção de luta advinda do positivismo comtiano, encontrava-se o evolucionismo. No conflito entre o avanço e o atraso, propalada pelo debate dos letrados do Ceará em fins do século XIX, na ideia do conflito entre o homem e o meio havia a influência do evolucionismo de matriz comtista-lamarckiano.

Houve também influência da visão de mundo advinda do evolucionismo de matriz darwinista social, pois a relação entre natureza e homem teria um sentido civilizador na produção intelectual. O darwinismo social é o modo como ficou conhecida a teoria evolucionista do filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), a qual é uma referência ao evolucionismo do naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882). Spencer foi responsável por popularizar o termo “evolução” e cunhou a expressão “struggle for life”, ou “luta pela sobrevivência”, apropriada por Darwin em sua teoria da seleção natural.

Independente de Darwin, Spencer havia chegado às teorias lamarckistas em 1851, as quais o ajudaram a pensar acerca do progresso na sociedade humana, passando a compreendê-lo como consequência de uma rivalidade entre os indivíduos, embora levasse em conta o papel significativo da herança dos caracteres adquiridos no processo evolutivo.³¹ Para Spencer, a luta pela existência era vista como algo positivo para a evolução, porém, não era o único fator nem o de maior importância, considerando as modificações funcionais decorrente do uso e desuso de forma semelhante a Lamarck (MARTINS, 2004).

De acordo com Bowler (1989), o fator competitivo em Spencer e Darwin encontrava-se relacionado aos valores do mundo burguês, ao *ethos* do capitalismo vitoriano, onde a disputa estimularia o esforço, que proporcionaria a melhora individual nos termos da luta pela sobrevivência. Spencer e Darwin teriam sido influenciados pelo pensamento que favorecia a competição econômica e o transpuseram para o mundo natural. Nesse sentido, Murari (2009, p. 131) afirma que o darwinismo social “formou um conjunto de

³¹ Embasada em Peter Bowler (1989), Lilian Martins afirma que: “em 1851, antes da publicação da *Origins of species* (1859) de Charles Darwin, Herbert Spencer publicou um ensaio ‘The development hypothesis’ onde discutia a contribuição de Lamarck, considerando-a relevante”. In: MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. Herbert Spencer e o neolamarckismo: um estudo de caso. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). **Filosofia e história da ciência no cone sul**: 3º encontro. Campinas: AFHIC, 2004. p. 281-289. p. 283.

pressupostos sobre o significado da natureza e sua similaridade com a vida social.”

No Ceará, a influência do darwinismo social aparecia atrelada às concepções acerca do meio físico e de seu clima, principalmente às secas. Adiantamos um pouco a discussão acerca do evolucionismo de matriz darwinista e spenceriano para tornar compreensível o debate que foi fomentado pela circulação desse ideário no ambiente letrado brasileiro e em específico do Ceará nos anos 1870.³²

As ideias de Comte, Darwin e Spencer influenciaram inúmeros letrados e compuseram as análises sociológicas de membros da Academia Francesa, cujo ideário permeou o pensamento dos letrados do Ceará mesmo após o término de suas atividades em 1875. As leituras sociais de Capistrano de Abreu e de Rocha Lima, que foram abordadas, contribuem para a percepção acerca das conexões intelectuais entre esses pensadores e os dos anos subsequentes. Os autores pensaram acerca da relação entre homem e natureza, considerando-a como uma luta e, nesse conflito, com a vitória do homem é que se atingiria o progresso.

Em 1875, as atividades do movimento filosófico e literário da Academia Francesa foram encerradas e, em 1877, sobreveio um intenso período de seca que desestabilizou toda a sociedade o Ceará. A seca de 1877-1880 dificultou as associações entre os letrados e, posteriormente, na década de 1880, houve a construção de discursos em que a “miséria” e os “horrores do flagelo” foram descritos, os quais eram permeados pela ideia da influência do meio a partir da qual todas as demais questões seriam interpretadas.³³

³² Aprofundaremos nossa análise acerca do darwinismo social de Herbert Spencer no quarto capítulo deste estudo, no qual abordaremos notadamente as apropriações dos pensamentos de Darwin e Spencer pelos letrados do Ceará.

³³ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed.1. reimpressão. São Paulo: Cortez, 2011. p. 72.

2.3 O ambiente social e intelectual de Fortaleza nos anos 1880

As leituras científicas realizadas pelos letrados em Fortaleza na década de 1870 introduziram elementos do determinismo climático e biológico, do spencerianismo e do positivismo comtiano que nortearam a forma como os letrados na década seguinte passaram a realizar suas análises sobre o social. Nos anos 1880, os letrados tiveram a oportunidade de aplicar suas leituras em análises sociológicas, na produção dos discursos sobre a seca de 1877 e a abolição dos escravos.

Observamos nos discursos dos letrados do Ceará no decênio de 1880 os impactos da experiência da seca de 1877, principalmente no jornal *Gazeta do Norte*. Notamos também o modo como esse fenômeno social passou a ser compreendido pelos letrados, bem como eles construíram a ideia de que a sua superação por parte da população estaria associada ao progresso.

O período de seca atingiu boa parte das províncias do Norte e a província do Ceará como um todo. A falta de chuvas e o despreparo do governo geral ocasionaram o êxodo dos habitantes das áreas mais afetadas para as regiões mais úmidas como o litoral e as serras e principalmente para a capital da província. Para Neves (2000), a irregularidade das chuvas que caracteriza a região semiárida, onde o Ceará está inserido, foi o fator que impulsionou os movimentos populacionais em busca de sobrevivência. O autor pondera que

em termos de intensidade, duração, extensão ou mortalidade [...], a seca de 1877 não se diferencia tanto de outros períodos de escassez, nem mesmo em termos de prejuízos econômicos. Mas ao contrário destas épocas, a seca adentrou o mundo do poder constituído, avançou sobre o centro imaginário deste poder, sem respeitar-lhe os 'canais competentes', e atingiu o cerne da aventura civilizatória que a elite local imagina experimentar neste momento (NEVES, 2000, p. 25).

A “aventura civilizatória” citada por Neves (2000) é uma referência à *belle époque*, tido como um momento em que a elite urbana do País tentou reproduzir valores e hábitos notadamente franceses. Ocorrido do fim do século XIX às décadas iniciais do século XX, a *belle époque* foi mais uma expressão utilizada pelos intelectuais para mostrar suas empolgações em relação às

transformações sociais de um processo de modernização carregado de contradições, pois ao mesmo tempo em que buscava efetivar transformações tanto culturais – como no espaço físico nas principais cidades do Brasil – as elites urbanas pretenderam garantir seu *status* e suas regalias enquanto grupo social, que eram reminiscências do Segundo Império.³⁴

No Ceará, em meio às medidas embelezadoras, saneadoras e higienistas, que visavam ordenar o espaço da cidade e disciplinar a população, e a reprodução da elite urbana de hábitos europeus, ocorreu a seca, que expulsou milhares de pessoas do interior em direção à capital ocasionando sérios efeitos sanitários para a cidade.

Além da escassez de água, a seca foi acompanhada por doenças que se proliferaram e ocasionaram uma grande mortalidade. Os retirantes, ao fugirem da seca, instalavam-se nas áreas centrais de Fortaleza ou nos subúrbios, onde eram abarracados em ambientes insalubres que foram propícios à disseminação de doenças, como a varíola, a qual se alastrou rapidamente e dizimou a população. Os dados acerca das características da população não puderam ser acessados.³⁵ Todavia, Neves fornece as seguintes informações:

Segundo o censo de 1872, Fortaleza possuía uma população de 21.000 habitantes, que o historiador Raimundo Girão acredita ter crescido em mais de 4.000 até 1877; ele avalia, com base nos cálculos de Rodolpho Teóphilo, que em setembro de 1878, havia 114.000 retirantes, que transformavam Fortaleza “na metrópole da fome, capital de um pavoroso reino”. Outros centros enfrentaram o mesmo problema, como Aracati, cidade de 5.000 habitantes, que “estavam comportando mais de 60.000”; Mossoró, no Rio Grande do Norte, com apenas 4.000 habitantes, atendeu a mais de 32.000 retirantes (NEVES, 2000, p.26-27).

Em seu estudo Ponte (1993, p. 85) também expõe informações sobre a população no período, afirmando que “a estiagem expulsou mais de 100 mil sertanejos para a Capital, então com cerca de 30 mil habitantes” e que a varíola, no ano de 1877, “vitimou 27.378 retirantes nos arrabaldes de

³⁴ Sobre a *belle époque* no Brasil ver os seguintes trabalhos: NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social (1860 - 1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993; SOUZA, Fernando Gralha de. **A belle époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2008.

³⁵ O livro de arrolamento da população do ano de 1872 encontra-se no Arquivo Público do Estado do Ceará-APEC, no entanto não está em condições de manuseio.

Fortaleza” e que em 1878 “não foi menos grave: 24.849 foi o total de mortos”. Ainda nesse mesmo ano, 1878, houve “o dia dos mil mortos”, no dia 10 de dezembro, em que morreram 1.004 pessoas. Diariamente os periódicos noticiavam o flagelo e os malefícios que o acompanharam, como a corrupção, a prostituição e a mendicância. Os retirantes eram maltratados por parte dos agentes do governo local. Havia desvio de dinheiro público, venda de alimentos e a dificuldade de administrar a província em uma situação nova intensificava as disputas entre os partidos liberal e conservador, ocasionando a instabilidade da administração com a sucessiva troca de presidentes da província.

Para a historiadora Cláudia Oliveira (2000), José do Patrocínio (1853-1905), que esteve no Ceará em 1878, e Rodolpho Theóphilo (1853-1932) foram os principais denunciadores dos abusos e da corrupção praticada pelos funcionários do governo durante a seca de 1877. De acordo com a autora, entre os anos de 1877 e 1880 o Ceará teve cinco presidentes de província, incluindo aqueles que governaram temporariamente até que um novo presidente fosse nomeado.³⁶

O *Echo do Povo*³⁷, surgido no ano de 1879 e publicado semanalmente, era um jornal cuja existência se justificava devido ao mau momento, tido como

[...] a hora mais sombria porque haja passado o sol cearense.
O governo central provando a mentira da falla do throno, acaba de romper com um simples aviso a letra sagrada de nosso pacto fundamental, que garante os socorros publicos as populações soffredoras, e isto quando os restos de uma população e estorce nas ultimas agonias da fome;
O commercio cearense estagnado pela devastação da provincia, vê trancada a ultima valvula por esse mesmo governo, em proveito dos commanditarios da corte, corvos privilegiados das arcas do tesouro;
[...]
A propria miséria inconsciente e embrutecida pelo martyrio, arrastada em procissão para a praça publica [...].³⁸

Observamos que os redatores do jornal, Antônio José de Melo, João Cordeiro (1842-1931) e Vicente Linhares (1820-?), lamentam o descaso do

³⁶ Foram eles: Caetano Estelita Cavalcante (jan. 1877 – out. 1877), João José Ferreira Aguiar (nov. 1877 – fev. 1878), Paulino Nogueira (fev. 1878 – mar. 1878), Antônio Nogueira Acioly (4 mar. 1878 – 8 mar. 1878) e José Júlio de Albuquerque (8 mar. 1878 – 4 maio 1880). In: OLIVEIRA, Cláudia Freitas. **Banquete literário: as ideias “científicas” do século XIX nas produções literárias de Fortaleza** (O Club Literário). 2000. 258p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000. p. 24-27.

³⁷ O jornal circulou durante o ano de 1879. In: NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC\Secretaria da Cultura do Estado do Ceará-Arquivo Público do Ceará, 2006.

³⁸ **Echo do Povo**, Fortaleza/CE, Ano I, N. I, 24 jun. 1879. p. 1.

governo central e provincial diante das consequências do período de escassez. A ênfase atribuída à má situação em que a população se encontrava era uma maneira de chamar a atenção e sensibilizar as autoridades para solucionar os problemas advindos com a seca. Os editores do jornal também denunciavam os abusos e a corrupção que existia por parte dos funcionários do governo durante a estiagem.

Encontramos a seguinte acusação de irregularidade em relação à distribuição dos mantimentos que deveriam ser destinados aos retirantes:

É com a policia – Chamamos a atenção do Sr. Dr. Chefe de policia para que lance suas vistas sobre o armazem do commissario seu amigo Thomaz Pompeu, onde verificará S. S^a, se vende ou não generos pertencentes ao governo, abertamente. Pompeu mora defronte da policia e essas cousas dão-se nas barbas de S. S^a.³⁹

A seca era um fenômeno social, que tinha uma história de relações com o meio ambiente, assim como de relações sociais baseadas nas formas de controle social, nos conflitos em torno da posse de terras, no paternalismo e na manutenção da miséria da população pobre. Em 1877, a seca esteve às vistas das elites, ocupando seus espaços, e a imagem da miséria contrastava com o desejo de modernização que os letrados estavam tentando construir.

Assim, para minimizar os efeitos da seca e ocupar a massa ociosa que se encontrava em Fortaleza, os governos provinciais apostaram na política do recrutamento populacional para o trabalho na província. A força de trabalho dos retirantes foi utilizada nas obras públicas, nos trabalhos de construção de estradas, açudes e calçamento de ruas, por exemplo. O trabalho foi uma das soluções encontradas para controlar os famintos e dar-lhes uma ocupação. O sentimento de caridade que impulsionava a ajudar os necessitados naquele momento foi acompanhado de uma sensação de medo, pois a “multidão de miseráveis” agredia uma elite urbana “civilizada”. Uma vez que as ruas foram ocupadas pelos pedintes, que trapaceavam para conseguir mais esmolas, houve o aumento da criminalidade e da prostituição que chocavam os “cidadãos de bem” com a imoralidade (NEVES, 2000).

Tanísio Vieira (2002), visando entender quais os desdobramentos da seca de 1877 para a ordem urbana, pondera que, além de experienciar uma realidade diferente com a chegada de milhares de retirantes em Fortaleza, a

³⁹ **Echo do Povo**, Fortaleza/CE, Ano I, N. 9, 22 ago. 1879. p. 2.

população local teria visto a realização da maior quantidade de obras públicas já realizadas na capital do Ceará. Desse modo, os governantes utilizaram a força de trabalho dos retirantes para continuar o projeto de reformas urbanas de Fortaleza, como o “enxadrezamento” do perímetro central da cidade – designado pelo engenheiro Adolfo Herbster na planta de Fortaleza e subúrbios, elaborada em 1875 – e o calçamento das ruas.

Baseado no arrolamento feito pelos comissários alistadores no governo de José Júlio de Albuquerque Barros (1841-1893), Vieira afirma que “em setembro de 1878 haviam abarracadas nos subúrbios de Fortaleza 27.518 famílias, totalizando 114.404 pessoas, sendo 29.944 válidos alistados e distribuídos em 507 turmas de 100 trabalhadores” (VIEIRA, 2002, p. 36). Pois

a seca que no início de 1877, parecia ter pego a província de surpresa, tornou-se o principal meio de consolidação dos projetos de transformações urbanas, pois a província viria a ter a maior quantidade de financiamento imperial jamais sonhada pelas elites locais e tudo sob o pretexto de combater a seca (VIEIRA, 2002, p. 40).

José Olivenor (2002) também nos mostra que durante a seca de 1877 houve a continuidade do projeto de modernização de Fortaleza, iniciado a partir da segunda metade do século XIX, com a construção dos prédios da Santa Casa de Misericórdia em 1861, da Cadeia Pública em 1866 e da Assembleia Provincial em 1871. Ocorreram, ainda, uma série de outras construções que foram iniciadas e concluídas durante a seca, como a construção do Asilo de Mendicidade entre 1877 e 1879. Segundo o autor, a política de “combate” à seca teria reforçado a própria estrutura política e econômica, por consequência, mantendo o povo dependente do poder local. As frentes de trabalho foi o modo como o governo provincial “converteu” os mendigos em trabalhadores, uma vez que a distribuição dos socorros públicos, como de alimentos e outros recursos, foi direcionada àqueles que estavam engajados nas obras públicas e a imprensa combatia a “esmola”, que era a distribuição de recursos sem a prestação de serviços por parte dos retirantes.

Olivenor (2002) observa que as obras de grande envergadura, tal como o prolongamento da estrada de ferro de Baturité, além de ocupar a massa de trabalhadores tinham por objetivo levar para fora da capital cerca de 50 mil retirantes. Essa política de socorro público também serviu de orientação para as comissões de socorros no interior da província, que passaram a

canalizar a “energia” dos retirantes para o trabalho de construção e restauração de cadeias, igrejas, açudes, estradas, câmaras municipais, cemitérios etc.

Aliada às frentes de trabalho, o governo estimulou a migração dos retirantes para outras regiões do País, como a Amazônia, onde trabalhariam nos seringais na extração do látex para a fabricação da borracha. A emigração era uma das formas de manter a miséria longe dos olhares das elites e desafogar a capital e outras áreas do Ceará, como Aracati e as regiões serranas, onde se concentrou um grande contingente de retirantes fugidos da seca.

De acordo com o jornal conservador *Constituição*, na sessão “Comunicado” a emigração do homem do Ceará para o Amazonas tinha seu lado prejudicial. O texto foi publicado no ano de 1882, quando a província era presidida pelo conservador Pedro Leão Velloso (1828-1902). Com a promessa de trabalho e melhores condições de vida e enriquecimento, muitos habitantes locais partiram para extrair a borracha amazônica. Porém, a realidade nos seringais não atendeu às expectativas dos trabalhadores.⁴⁰

O texto indica a permanência da política emigratória para o Norte amazônico mesmo após a seca. De acordo com as notícias, os emigrantes que foram tentar sobreviver na Amazônia não encontraram o que lhes havia sido prometido pelo governo nem pelos donos dos seringais. Vejamos:

Em resumo: a emigração cearense para o Amazonas é tudo isso: a negativa só a podemos admitir em um unico caso – por algum *patrão dos seringais prejudicado* em seus *interesses monstruosos*, mais criminosos e ilícitos que os arrancados ao viajante pelo salteador de estrada – que affronta o perigo jogando a cabeça pela bolça d’aquelle a quem ataca de frente.

Estamos convencidos que a *conciliabulo* de patrões empenhados todos á uma, em seduzir com promessas de *grandes lucros* ao ignorante e incauto filho do povo, não póde deixar de ser uma feitura de uma associação de bandidos, perdidos e com quem o governo até agora não se tem importado, ao passo que muito facilmente podia tomar uma providencia que respeitamos no caso de produzir bons resultados (grifos do jornal).⁴¹

⁴⁰ Frederico de Castro Neves em seu estudo sobre as ações de massa no Ceará também aborda o referido flagelo e assevera que para os retirantes a emigração para a Amazônia foi um dos recursos para fugir dos efeitos da seca. Para o historiador, “embarcar, contudo, nem sempre poderia ser a melhor solução. Os relatos conhecidos das condições de trabalho e salubridade nos seringais amazonenses traziam insegurança e temor. Porém, tudo parece fazer crer que a política de migração para o Norte foi uma estratégia governamental para desafogar os equipamentos urbanos da enorme pressão exercida pelos milhares de retirantes sem teto, sem alimento, sem saúde”. In: NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza/CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. p. 33.

⁴¹ **Constituição**, Fortaleza/CE, Ano XX, N. 24, 25 mar. 1882, p. 3.

Durante a seca de 1877 os retirantes se encontravam à mercê do governo, de sua política de distribuição dos socorros públicos e encaminhamento para as frentes de trabalho dentro e fora da província. A situação melhorou nos meses iniciais do ano de 1880, quando ocorreram as primeiras chuvas, embora esparsas. Aos poucos, parte da população que havia ido a Fortaleza em busca de sobrevivência voltou à sua região de origem. Houve também a reanimação no ambiente intelectual na capital da província, pois os letrados se reuniram em redações de jornais, revistas e/ou associações literárias.

O surgimento do jornal liberal *Gazeta do Norte*⁴² é um indício da reestruturação da cultura letrada no Ceará, visto ter surgido em Fortaleza no ano de 1880 devido à cisão do Partido Liberal. Neste periódico, visualizamos no editorial “Policiemos” o discurso que visava mostrar o impacto social da seca:

A província do Ceará atravessa uma quadra de renovação physica e moral, como há exemplo nos seus annaes. A calamidade que a devastou [a província do Ceará] por espaço de 3 annos, imprimio o sello da desolação nos campos, outr’ora florescentes e risonhos de vida, e amalgamou com a deshonna as lagrimas da miseria vertidas pelas classes desfavorecidas.

Fez-se um deserto onde prosperava a cultura de canna, das arvores fructiferas e cereais, e ao espirito da geração soffredora mesclaram-se noções subversivas, principios falsos, erroneas ideias acerca do direito de propriedade da dignidade humana e da publica moralidade.

Este phenomeno nada tem de surprehendente; é uma consequencia fatal do regimen aviltante da assistencia publica, da indigencia e da mendicancia.

O abalo profundo experimentado por nossa sociedade, a deslocação de populações inteiras, arremessadas pela miseria aos actos da mais baixa abjecção, deveriam produzir uma grande revolução nos sentimentos moraes d’essas classes.

Acostumadas nos sertões ao estado anormal da rapinagem para haver os meios de subsistencia, e, nos pontos favorecidos pelo governo com socorros publicos a uma existencia puramente animal, na indolencia mais completa, é bem de ver que só a custo voltarão aos habitos pacificos e moralizados do trabalho.

[...]

Os ensaios estão começados com felicidade, com um pouco mais de boa vontade muito se conseguirá.

⁴² De acordo com Geraldo Nobre, o jornal *Gazeta do Norte* apareceu em consequência da cisão do Partido Liberal da província em decorrência dos atritos entre as facções Paula e Pessoa, uma vez que lhes faltava a coesão a qual antes era assegurada pelo prestígio do Senador Pompeu, falecido em 1877. O filho do senador, Thomaz Pompeu Filho, teria deixado o *Cearense* aos conservadores aliados ao Barão de Aquiraz e criou o novo jornal em junho de 1880. In: NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC\Secretaria da Cultura do Estado do Ceará-Arquivo Público do Ceará, 2006.

E as populações tranquilizadas voltadas ao trabalho productivo, bemdirão o beneficio recebido, e o renascimento de uma nova época de prosperidade.⁴³

De acordo com editorial, a imagem de prosperidade proporcionada pelo comércio e pela produção de gêneros alimentícios que o Ceará havia construído havia sido desfeita pela seca de 1877-1880. O título “Policiemos” indica a permanência da preocupação das elites com a ociosidade dos retirantes e com aquilo que era considerado como suas implicações sociais: a mendicância, a prostituição, os saques e os roubos. Entendemos, assim, que o texto sugere que o governo deveria manter a política de trabalho para a população que estava retornando para a sua realidade.

Para os letrados do *Gazeta do Norte* seria difícil retornar à harmonia social, ou seja, fazer com que com a população emigrante se desacostumasse com os socorros públicos oferecidos pelo governo e voltasse à sua realidade laboral de antes da seca de 1877. Esse discurso veicula a ideia de que teria de se direcionar a força de trabalho da população mais atingida pela seca para que a situação de “barbárie” presenciada durante a estiagem não continuasse. Os retirantes eram vistos como preguiçosos que teriam se acostumado às “regalias” oferecidas pelo governo, cujo dever era controlar e direcionar sua energia para o trabalho que contribuiria com a continuidade da modernização.

As experiências dessa época expuseram pela primeira vez, para a elite local, novos modelos de representação de realidade social (OLIVEIRA, 1998). A reestruturação da província após esse período de seca foi acompanhada por leituras sociais dos intelectuais que retomaram as temáticas trabalhadas pelos letrados da Academia Francesa e incorporaram novos referenciais teóricos.

No início da década de 1880, os letrados iniciam a construção da ideia de “renovação physica e moral” como não se tinha visto até então.⁴⁴ O *Gazeta do Norte* foi um importante divulgador das interpretações dos letrados do Ceará no qual observamos o discurso em defesa da evolução da sociedade. Percebemos a emergência do interesse por mudanças que seriam imprescindíveis para avançar:

Reformar as leis que já não satisfazem a seus intuitos, e que não se harmonizam com as aspirações do presente, nem amparam os

⁴³ *Gazeta do Norte*, Fortaleza/CE, Ano I, N. 95, 1 out. 1880. p. 1.

⁴⁴ *Gazeta do Norte*, Fortaleza/CE, Ano I, N. 95, 1 out. 1880. p. 1.

interesses do futuro, è condição indispensável á vida progressiva dos povos, ás evoluções da sociedade no desenvolvimento pacifico de sua individualidade collectiva.

[...]

As reformas, porem, não se operam sem luctas, incandescentes ás vezes entre os que cedem de prompto aos reclamos da civilização e do progresso, e os que reagem contra o movimento por amor do passado e da tradição, e quizeram dar ás instituições humanas a immobildade que os theologos procuram dar a seus dogmas.

[...]

Mas as idéas amadurecidas no espirito publico adquirem grande força de expansão; as resistências demoram, porem, não obstem a que se realizem. A sociedade prossequira nas suas evoluções politicas, porque os povos não estacionam. Todos os obstaculos, todas as oposições são inúteis contra uma causa que incerra os germens do futuro.⁴⁵

Na visão dos homens de letras do jornal *Gazeta do Norte*, o termo “evolução” estava associado ao progresso. Observamos que o desenvolvimento social ocorrido por meio das reformas era tido como algo natural, do qual não se poderia escapar, pois cedo ou tarde ele haveria de ocorrer. De acordo com o texto, havia a certeza de que as mudanças ocorreriam e, apesar das resistências, elas se tornariam efetivas, visto que eram tidas como necessárias para o futuro, um futuro de progresso.

A concepção de luta também era bastante presente, sendo intensamente explorada a partir da seca de 1877-1880, conforme podemos encontrar na escrita dos intelectuais da província, exemplarmente no editorial intitulado “Reconstrução” no *Gazeta do Norte*. Esse texto veiculou a ideia de que a província, recém-saída de um período de seca, poderia ser reconstruída com o trabalho na lavoura, na indústria e no comércio, pois além de declarar que “O futuro é dos povos que luctam”⁴⁶, ou seja, o progresso pertence àqueles que se empenham em alcançá-lo, podemos encontrar nele o seguinte pensamento:

O estado actual do <<Ceará>> offerece vasto campo de acção aos poderes públicos a quem incumbe prover as necessidades da província, e forte estímulo a iniciativa particular para empenhar-se na obra da reconstrucção dos elementos de nossa vida, dispersos ou aniquilados.

[...]

Si não ha aqui a reivindicação de direitos de ordem politica, como nos paises que sacodem um jugo compressor da sua autonomia, ha sem duvida o levantar de uma sociedade, que convalesce de enfermidade longa e penosa.

⁴⁵ *Gazeta do Norte*, Fortaleza/CE, Ano I, N. 97, 3 out. 1880. p. 1.

⁴⁶ *Gazeta do Norte*, Fortaleza/CE, Ano I, N. 4, 11 jun. 1880. p.1.

Convem aproveitar as excellentes condições em que se dá a transição e também a seiva abundante que se infiltra em todas as arterias do corpo social.

A nossa atividade, sem objetivo e sem applicação durante o longo periodo da secca, levanta-se exuberante e capaz de reconstruir o edificio da posteridade da provincia, tão profundamente abalado.

A população tem sede de ressarcir quanto perdeu e de voltar ao estado feliz em que foi surprehendida ao começar o flagelo.

A lavoura cobra o animo e associa-se a obra da natureza, revestindo os campos de verdura, substituindo por esplendidos vergeis as extensões desertas, devastadas pela calamidade.

A indústria se levanta também realentada e esperançosa, arranca ao operário a sacola do mendigo e restitue-lhe os instrumentos do trabalho.

O comercio reassume a plenitude de sua actividade, duplica a tensão de seus esforços e prepara a obra de sua restauração.

Todas as classes respiram a pleno pulmão os ares benéficos de um ambiente novo e todos fitam a luz da nova aurora, como a estrella que se levanta no caminho da <<terra prometida>>.⁴⁷

Segundo o artigo, após a seca estaria havendo o reflorescimento da província no âmbito físico, econômico e populacional. Não faltaria trabalho para erguer novamente a sociedade do Ceará que estaria se recuperando do mau período enfrentado. De acordo com o artigo, a terra estava dando novamente condições para a população se recuperar das perdas materiais, principalmente por meio da lavoura, indústria e comércio.

Notamos que os letrados do Gazeta do Norte acreditavam que estava havendo uma aura de esperança em que tudo estaria convergindo para o benefício e reorganização das atividades. A mesma natureza que teria sido impassível durante o flagelo – transformando algumas zonas do sertão em deserto e ceifando vidas, em decorrência da miséria generalizada ou por doenças epidêmicas – estaria revestindo novamente os campos com o verde e preparando um ambiente renovado onde os sobreviventes poderiam retomar seus trabalhos.

Observamos também uma visão orgânica por parte dos letrados do jornal, visto terem utilizado metáforas fisiológicas relativas ao corpo social. Todos estariam sendo reanimados pela esperança de melhora da situação de seca, reorganizando suas atividades e contribuindo para a superação de suas consequências. Para os letrados, a seca de 1877-1880 significou um impulso no percurso da modernização da província. O início dos anos 1880 estaria se configurando em uma nova realidade voltada para uma reconstrução social, tendo em vista o desenvolvimento para o progresso.

⁴⁷ **Gazeta do Norte**, Fortaleza/CE, Ano I, N. 4, 11 jun. 1880. p.1.

A seca foi associada ao repertório das teorias europeias evolucionistas e engendrou a visão de embate entre natureza e povo. A partir de 1877 os fenômenos da natureza passaram a ser compreendidos como causas do retrocesso social e, na medida, em que os aspectos climáticos dessem condições de avanço material, esse momento não deveria ser desperdiçado, pois “a seiva abundante” se infiltraria nas “arterias do corpo social”. Dessa maneira, vemos que os letrados se utilizavam das metáforas botânicas e fisiológicas, próprias da linguagem científica, para refletir acerca do momento em que viviam.

Nos discursos de reconstrução da sociedade do Ceará a ideia do abolicionismo se fazia imperativa. O cativo era compreendido como origem do atraso; por isso, o homem haveria de galgá-lo para progredir. Pedro Alberto de Oliveira (2002), em estudo acerca da escravidão no Ceará, afirma a ocorrência da fundação de várias sociedades abolicionistas em que houve a participação de diversos intelectuais: Sociedade Cearense Libertadora, Centro Abolicionista 25 de Dezembro, Clube dos Libertos, Sociedades das Cearenses Libertadoras e Perseverança e Porvir foram associações criadas com ideais abolicionistas. Após a libertação dos escravos no Ceará em 1884, boa parte dos letrados que participaram do movimento abolicionista compôs a associação literária Clube Literário em 1886 e o Instituto do Ceará em 1887.

A atualização da sociedade do Ceará se configurou notadamente nos esforços em prol da libertação dos escravos na província. A abolição seria um importante passo em direção ao “progresso”, pois dessa maneira o Ceará e o Brasil iriam ao encontro da civilização moderna. A campanha abolicionista ocorreu entre 1881 e 1884, culminando com a vitória dos chamados “libertadores”. João Cordeiro, Antônio Martins, João Lopes, Antônio Bezerra, Justiniano de Serpa, Guilherme Studart, Oliveira Paiva foram alguns dos letrados participantes na luta pela abolição, apesar de defenderem formas diferentes de torná-la efetiva.

Para Pedro Alberto de Oliveira (2002) houve essencialmente duas categorias de defensores da abolição no Ceará, os abolicionistas e os legalistas. Os primeiros eram a favor da libertação à maneira da Sociedade Cearense Libertadora, onde se arregimentaram os abolicionistas carbonários, que buscavam atingir a abolição de todas as formas, desde a compra de alforrias ao sequestro de escravos. Dentre eles podemos citar João Cordeiro,

Frederico Augusto Borges, Antônio Martins, Antônio Bezerra, Almino Álvares Afonso e Francisco José do Nascimento (o Dragão do Mar). Já os legalistas, reunidos principalmente no Centro Abolicionista 25 de Dezembro, chamados de emancipacionistas, defendiam que a abolição deveria ocorrer “dentro da ordem e da lei”. Como legalistas, encontrava-se João Lopes, Guilherme Studart, Meton de Alencar e Júlio César da Fonseca, por exemplo.

O jornal *Libertador*, que começou a circular em 1º de janeiro de 1881, era órgão da Sociedade Cearense Libertadora por meio do qual eram veiculadas as ideias contrárias à escravidão e a favor da libertação dos cativos, denúncias e críticas aos escravistas, divulgação de bazares organizados pelas “cearenses libertadoras”, em sua maioria esposas dos “libertadores”, e outros eventos com o intuito de arrecadar quantias em dinheiro em prol da compra das alforrias e elogios àqueles que libertassem seus escravos.

Esses letrados acreditavam que por meio da libertação dos escravos, o Ceará estaria se civilizando, uma vez que a escravidão representava o atraso.

Observamos no artigo “Jornada Promissôra” do jornal *Libertador* a firmeza na crença segundo a qual “toda vez que um paiz está abalado pela ação evolutiva de uma idéia, por uma força impulsiva e organizadora, é impossível deter a marcha triumphal dos acontecimentos”.⁴⁸ E para que a escravidão fosse abolida, os colaboradores do jornal asseguravam: “nós, que representamos a opinião, queremos a consagração política e social dos principios de liberdade, de justiça e solidariedade, que constituem a sciencia moderna.”⁴⁹

Os homens de letras do Ceará passaram a pregar a redenção social por meio da “abolição” da escravatura, onde o engajamento do homem das letras em nome desses ideais seria condição *sine qua non* para que ocorresse a atualização da sociedade brasileira de acordo com os moldes europeus.⁵⁰

O modo de pensar dos intelectuais vinculava-se aos seus interesses e concepções, que desempenharam papel fundamental na construção da ideia de eram os detentores de um saber que não era acessível à grande parte da população analfabeta. O conhecimento que eles adquiriram os tornavam aptos

⁴⁸ **Libertador**, Fortaleza/CE, Ano I, N. 2, 15 jan. 1881. p. 3.

⁴⁹ *Idem, Ibdem.*

⁵⁰ BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. Fortaleza: Edições Instituto do Ceará, 1986. p. 78-79.

a refletirem sobre sua realidade e a almejar mudanças. As interpretações sobre o Brasil e o Ceará inspiravam-se no ideário e no cenário da modernidade europeus, o que garantia a legitimidade da reforma social. As teorias evolucionistas ofereciam, assim, condições de se debater acerca do progresso e a construir a imagem dos letrados como os principais condutores da “seiva renovadora”.

A relação entre progresso e abolição era bastante presente nos discursos dos letrados do Ceará, como podemos verificar o livro *Três Liras: poesias*, publicado em 1883, que reúne poesias de autoria de Antônio Martins (1852-1895), Antônio Bezerra (1841-1921) e Justiniano de Serpa (1852-1923), algumas das quais haviam sido publicadas no jornal *Libertador* nos anos anteriores. Com essa obra, os autores se popularizaram como os poetas do abolicionismo no Ceará, sendo introduzida por textos que contribuíram para a construção da imagem dos autores como “poetas abolicionistas.”

No livro *Três Liras: poesias* há um texto de autoria de Almino Álvares Affonso (1840-1899), redator do jornal *Libertador*, intitulado “Os três poetas”. No entanto, não podemos analisá-lo, uma vez que algumas páginas do texto foram perdidas⁵¹.

Há também outra apresentação intitulada “Os três poetas do abolicionismo”, de autoria de Pedro de Queiroz (1854-1918), para quem

Evolução – eis a grande palavra do século – que se trahi desde as infimas manifestações da materia bruta ás mais elevadas manifestações do ideal.

[...]

A poesia é uma manifestação da arte, que é de seu tempo que sujeita-se fatalmente ás leis mesológicas. Tem necessidade de acompanhar os movimentos assombrosos do progresso, que como o polvo que tem filamentos para abarcar o universo; [...]

A nova poesia, a poesia moderna – é uma arma de propaganda – é uma arma de combate – tem todas as feições de seu tempo.

Os tres poetas são propagandistas. Seus talentos não ficaram estacionarios defronte da onda, que se avoluma, defronte a evolução de todas as manifestações espirituais. Evoluiram também. São de seu tempo os cearenses.

[...]

Poetas do abolicionismo, declaram-se evolucionistas – homens do progresso – são legionários do bem.

⁵¹ Só tivemos acesso a uma parte desse texto, o qual se inicia na página I e finaliza na V; no entanto as páginas II e III não se encontram no original que tivemos acesso. Cf. BEZERRA, Antônio; SERPA, Justiniano de; MARTINS, Antônio. **Três liras: poesias**. Fortaleza: Typographia Economica.

A instituição da escravidão foi cadaverizada, mumificada pela evolução de uma idéia nova, que se derrama em catadupas de luz, de progresso, de civilização.⁵²

Percebemos que o autor acreditava na evolução como um fato do seu tempo, do qual a sociedade não poderia se furtar. A evolução era “obrigatória”, no sentido de um progresso ideal, inquestionável e necessário. De acordo com Queiroz, a evolução teria penetrado em todos os grupos sociais, em todas as artes, inclusive, na poesia, que seria determinada pelo meio físico onde fosse produzida. Assim, Pedro de Queiroz afirmava que o meio físico influenciaria toda e qualquer produção literária, ou melhor, não somente o mundo letrado, mas a sociedade como um todo. Queiroz criou uma imagem dos autores como três poetas propagandistas, que evoluíram com seu tempo, bem como homens do progresso por serem defensores do abolicionismo. Por estarem em defesa da abolição Justiniano de Serpa, Antônio Bezerra e Antônio Martins eram homens evolucionistas, pois a abolição representava a evolução social no sentido de proporcionar a construção de uma sociedade de homens livres que poderiam contribuir com o progresso.

Três Liras: poesias é dividida em três partes, uma para cada autor. Há um poema de abertura da obra, intitulado “Libertas!”, sem autoria identificada. A primeira parte é composta por poesias de Bezerra, intitulada “Lampejos”; a segunda parte, intitulada “Scintillações”, de Serpa; e a terceira e última possui como título “Harpejos”, com versos de Martins.

Na poesia “Ave, Libertas!”, de autoria de Justiniano de Serpa, dedicada “ao heroico municipio de S. Francisco, por ocasião de serem libertados os seus ultimos escravos”, encontramos a seguinte demonstração de apoio e admiração do autor aos “libertadores”:

Bravo! Bravo! 'Neste templo,
Onde tem culto a verdade,
Dais hoje o mais nobre exemplo,
Em honra da humanidade!
Como os astros, vossas frentes
Ergueis sobre os horizontes
A perder-se na amplidão!
Cresceis, alçando na historia
Um monumento de gloria
A' moderna geração!⁵³

⁵² QUEIROZ, Pedro de. Os três poetas do abolicionismo. In: BEZERRA, Antônio; SERPA, Justiniano de; MARTINS, Antônio. **Três liras**: poesias. Fortaleza: Typographia Economica, 1883. p. 8-9.

⁵³ BEZERRA, Antônio; SERPA, Justiniano de; MARTINS, Antônio. **Três liras**: poesias. Fortaleza: Typographia Economica, 1883. p. 42.

Justiniano de Serpa foi deputado pelo Partido Conservador, em 1882, redator do jornal *Constituição*, participou do Clube Literário (1886) e concluiu os estudos na Faculdade de Direito do Recife em 1888. Como um dos homens de letras e representantes da ala conservadora na província do Ceará, Serpa apoiava a manumissão dos cativos como um monumento civilizador.

Na estrofe acima, compreendemos que S. Francisco – atual município de Itapajé, que tinha uma das menores populações de escravos no Ceará e foi o segundo a emancipar em maior quantidade e por menor preço⁵⁴ – era visto como o templo onde a “verdade” era cultuada por nele ter-se findado a escravidão. Inferimos que essa “verdade” é a liberdade, a qual só seria cultuada porque conduziria ao progresso. Portanto, o discurso exaltava a “moderna geração de libertadores”, conhecedores dos ideais civilizatórios, que concorria para a realização de um avanço histórico na sociedade. Com essas palavras, o autor glorificava a si e a seus pares que estavam engajados na causa abolicionista na província e vinha alcançando bons resultados, vide a libertação de S. Francisco. Serpa continuou com sua poesia escrevendo:

Do passado os devios erros,
- Vergonha d'esta Nação,
Esmagai partindo os ferros
Da maldita – Escravidão!
Por entre arroubos e galas,
Fazeis das negras senzallas
Bethulias do vosso amor;
Romeiros das sãs doutrinas,
Enflorais as oficinas
A' imensa luz do Thabor!⁵⁵

A escravidão era tida como um erro do passado, que envergonhava a nação. O autor, ao engrandecer a conquista da libertação dos escravos no município de S. Francisco, utilizou-se de referências religiosas, como ao afirmar que entre comemorações, das “negras senzallas” seriam feitas “Bethulias do vosso amor”. Betúlia é uma cidade mencionada no Antigo Testamento da Bíblia, no livro de Judite, que foi ameaçada de ser invadida,

⁵⁴ Pedro Alberto de Oliveira Silva, ao estudar os aspectos das manumissões na província, assevera que São Francisco libertou seus cativos logo após a vila de Acarape (atual Redenção). Na segunda cota (1880) do “fundo de emancipação”, aplicado após a Lei Rio Branco, foram libertados 26 escravos a valor médio de 80\$500 mil reis e na terceira cota (1882), libertou 5 escravos a 70\$700 mil reis. Cf.: quadro 21 In: SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará**: das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. p. 166.

⁵⁵ *Idem*, p. 43.

mas que conseguiu se livrar da dominação. Compreendemos que, nas palavras de Serpa, as senzalas conseguiram se libertar do domínio, tal como Betúlia. Outra alusão religiosa é em relação aos libertadores apresentados como “romeiros das sãs doutrinas”. Ou seja, aqueles que creem e saem em romaria ou peregrinação, no caso, em defesa das ideias progressistas que levariam à libertação. Os “romeiros” também deveriam enflorar, enfeitar, os locais com a “imensa luz do Tabor”. Tabor é um monte registrado na Bíblia, onde se acredita ser o local em que ocorreu a transfiguração de Jesus Cristo; logo, é um ambiente ligado ao culto religioso cristão. A partir da estrofe, entendemos que o Monte Tabor iluminaria a conquista.

Diante desse conjunto de referências, notamos que no pensamento de Justiniano de Serpa havia a crença nas “ideias avançadas” relacionadas à fé religiosa cristã ou ao menos uma comparação entre os dois âmbitos. A ligação entre dois campos opostos, ciência e religião, confere um tom humanitarista ao discurso abolicionista, bem como uma ideia de que no projeto modernizador haveria a convivência entre traços da ordem tradicional e inovações.⁵⁶ Essa ideia de humanitarismo pode ser percebida na mesma poesia, em que Serpa continua nos dizendo:

Sois grandes! No vosso exemplo
Deve o Brazil aprender:
- Abris as portas do templo
Para a igualdade fazer!
Da raça dos oprimidos
Escutastes os gemidos,
Os ais de intensa afflicção:
Depois almas redemptoras,
Das sombras fazeis – auroras,
Fazeis do escravo – um irmão!⁵⁷

O restante do Brasil deveria, assim, se pautar no modelo do Ceará que teria escutado a angústia dos cativos e lhes proporcionado a libertação. As “almas redemptoras” seriam o próprio poeta e seus coetâneos, letrados, que seriam distintos, mais “evoluídos” e mais progressistas que os letrados do Sul.

⁵⁶ De acordo com Alonso, “a agenda de reformas desafiava os valores – como a religião de Estado – e os fundamentos econômicos – caso da escravidão – da sociedade imperial e expunha sua incompatibilidade com as instituições modernas que prometia. Mas não se completando, o projeto modernizador redundou na convivência entre os traços dominantes da ordem tradicional e as inovações que anunciavam seu esboroamento (...)”. *In*: ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 93.

⁵⁷ BEZERRA, Antônio; SERPA, Justiniano de; MARTINS, Antônio. **Três liras**: poesias. Fortaleza: Typographia Economica, 1883. p. 43.

Serpa declarava que os demais intelectuais do Brasil deveriam aprender com o exemplo dos homens de letras do Ceará para fazer avançar o País na direção do progresso. Dessa maneira, com a defesa da abolição, o poeta contribuiu para a construção da ideia de que a inteligência da província estaria a frente do processo que tornaria todos iguais.

Em sua poesia intitulada “Almas do Genio”, Justiniano de Serpa elogia a atitude daqueles que se empenham em tornar todos os homens livres:

E os moços, que são agora
Do futuro construtores,
Dos róseos prantos d’aurora
Engrinaldão-te de flores!
Dão-te cantos, bravos, palmas,
E fazem das próprias almas,
Ninho, em que possas poisar;
Dão vida ás tintas mais belas
E, - vestindo-te de estrelas, -
Bradão-te: “Avante! Marchar!”⁵⁸

A denominação “moços” é uma clara referência à “Mocidade Cearense”. De acordo com Cardoso (2007, p. 42), por essa geração de intelectuais ter participado de movimentos locais, reunindo-se em várias agremiações literárias e/ou filosóficas em Fortaleza, a trajetória desses letrados “contribuiu para que a referida geração se auto proclamasse como a alavanca do empreendimento civilizatório, que haveria de lançar a sociedade cearense nos rumos do progresso”. Ao estabelecermos uma ligação entre as reflexões de Cardoso e o discurso de Serpa, podemos afirmar que esses moços, autoproclamados construtores do futuro, estariam exercendo seu papel, dando “vida ás tintas mais belas”, ou seja, escrevendo e divulgando as ideias progressistas. Eles se autoengrandeceram, uns aos outros, ao considerarem importante o seu papel para a evolução social, e se incentivaram a prosseguir na luta pela libertação.

Encontramos também nos “Versos” de Antônio Martins a valorização da atuação dos letrados do Ceará, que, assim como Justiniano de Serpa, engrandeceu o município de S. Francisco em decorrência da libertação de seus escravos. De acordo com o letrado, o feito foi considerado um incentivo para que o Brasil como um todo libertasse os cativos, conforme observamos em seu discurso:

⁵⁸ *Idem*, p. 39.

Vinde assassinos da Patria
 Contemprar nestes sertãos,
 Como em cada município
 Brotam á flux os Jordãos;
 Ver – um povo redívivo
 Erguer – irmão o captivo,
 Dando á Patria o incentivo
 De – construir cidadãos.

[...]

Subi! Erguei-vos maiores.
 Mais louros colhei – heróes;
 Rebrilhe a vossa bandeira
 A's constellações de sóes
 Bani deste sólo os erros,
 – Ninho d'aguia entre serros
 Nelles bipartam-se os ferros
 – Fuja a sombra aos arrebóis.

Salve! o povo excelso e nobre
 Que tanto se soube erguer,
 Na biblia aurea da historia
 Cumprindo um nobre dever!
 - Vê de no altar da colina
 A hóstia d'oiro se empina:
 - É a promessa divina
 Das bênçãos que ides ter!⁵⁹

Antônio Martins foi caixeiro de escrita e depois empregado da Alfândega, portanto, habituado à economia política liberal e conhecedor das línguas estrangeiras, uma vez que lidava com produtos de importação. Martins colaborou em diversos jornais literários nos anos 1870⁶⁰ e em 1879 participou da Perseverança e Porvir e depois da Sociedade Cearense Libertadora. Na década de 1880 publicou textos no jornal conservador *Constituição* e escreveu no jornal abolicionista *Libertador* e foi membro do Clube Literário. A sua participação nesses círculos letrados nos mostra sua posição conservadora em defesa de uma abolição gradual.

O período em que Antônio Martins escreveu sua poesia era o da campanha abolicionista, no início da década de 1880, quando Pedro Alberto Silva (2002), em sua pesquisa acerca da escravidão no Ceará, notou o

⁵⁹ BEZERRA, Antônio; SERPA, Justiniano de; MARTINS, Antônio. **Três liras: poesias**. Fortaleza: Typographia Economica, 1883. p. 69-70.

⁶⁰ Martins, além de participar no livro *Três Liras: poesias redigiu a Briza* (1875) junto com Joaquim de Souza e Lino da Encarnação; colaborou nos jornais literários *Ensaio Litterários e Lyrio*. No ano de 1876 redigiu com Joaquim de Souza e Rodolpiano Padilha a *Mocidade*. Com este e Francisco Perdigão, redigiu a *Tribuna do Povo* (1878); e em 1881 e 1882, escreveu no jornal *Constituição* (1881 e 1882) e no *Libertador*. In: STUDART, Guilherme (Barão de). **Diccionario bio-bibliographico cearense**. 1v. Edição fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 109-110.

aumento das manumissões. Isso foi possível porque a Lei Rio Branco, em seu terceiro artigo, criou o fundo de emancipação que era destinado a libertar os escravos anualmente.

No Ceará, a primeira cota desse fundo somente foi distribuída em 1876, quando as juntas de classificação de escravos existentes em todos os municípios, formadas por comissões de “cidadãos de destaque”, concluíram a matrícula dos escravos, totalizados em 32.652 (15.195 homens e 17.457 mulheres). Com a primeira cota do fundo de emancipação foram libertados 110 escravos em toda a província. A segunda cota, aplicada em 1880, proporcionou liberdade a 497 cativos. Nos anos de 1882 a terceira cota foi liberada quando a campanha abolicionista já estava definida: a quantidade de escravos libertos foi 236. No ano de 1883, com a quarta cota, 942 cativos foram libertados. O fundo de emancipação repassou ao Ceará 291:714\$402 reis em quatro cotas e com esse recurso foram alforriados 1.805 cativos.⁶¹

As libertações também ocorreram em maior conta a partir da execução da Lei nº. 2034, aprovada em 19 de outubro de 1883, que aumentou os impostos sobre a posse de escravos e excluiu as exceções que beneficiavam os donos dos cativos. Com a Lei, vários donos de escravos os libertaram entre 31 de dezembro de 1883 e 2 de janeiro de 1884. Dessa maneira, em meados de março de 1884, quase não havia escravos na província. Assim, no dia 25 daquele mês – escolhido por ser aniversário da Constituição do Império – o fim da escravatura no Ceará foi decretado (SILVA, 2002).

Em sua poesia, Antônio Martins nos mostrou o seu otimismo em relação ao “nobre dever” – a abolição – no qual depositava sua fé em um futuro promissor para a nação brasileira. Enobrecendo a libertação, o autor enobrecia os “libertadores” por lutarem pela conquista que em seus pensamentos beneficiaria o Brasil.

Nesse sentido, de elogio e satisfação com os abolicionistas, visualizamos os eufóricos “Versos” de Antônio Bezerra:

⁶¹ Quadro demonstrativo dos escravos libertados e da respectiva despesa por conta das cotas do fundo de emancipação distribuídas a província do Ceará, organizado em virtude do Aviso do Ministério d’Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 3 de Janeiro e officio da presidência da província nº 404 de 4 de fevereiro de 1884. *In*: DIAS, Satyro Oliveira. **Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias passou a administração da Província no dia 31 de maio de 1884**, p. 46. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u225/>>; SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará**: das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. p. 162-169.

Chamai-nos? – eis-nos precipites
 Ao vosso appello de irmãos,
 Que a mesma idéa nos prende,
 Apertam-se as mesmas mãos!
 Trasemos com a mocidade
 Os cantos que a liberdade
 Dedica aos moços heroes,
 Aquelles que mais que a vida
 Querem a patria engrandecida
 A patria de seus avós.

É nobre, é grande, é sublime
 A vossa resolução,
 Erguendo do oppobrio o escravo
 Para fazel-o um irmão!
 Tentais refundir de novo
 Num mesmo e brioso povo
 D’Africa a prole infeliz,
 E nesta acção demodada
 Seguis a nobre cruzada
 Que o vosso século bendiz.⁶²

Bezerra foi historiador e naturalista. Com certeza suas leituras o tornaram conhecedor das teorias científicas em voga em seu tempo, que influenciaram sua forma de pensar e permeavam seus textos e poesias publicados em diversos jornais literários que circularam no Ceará. O letrado foi um dos fundadores do jornal abolicionista *Libertador*, da Sociedade Cearense Libertadora, em que atuou em prol da campanha pela libertação dos cativos. Também teve uma preocupação em construir uma identidade histórica para o Ceará, pois em 1887 foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico do Ceará (STUDART, 1980).

A poesia de Bezerra foi recitada no Congresso Abolicionista na cidade de Maranguape, no Ceará, em 26 de maio de 1881. Na poesia de Antônio Bezerra notamos a elevação do papel e dos ideais dos “moços do Ceará”. A imagem dos letrados que Bezerra ajudou a construir é a de pessoas comprometidas com a libertação dos cativos, bem como com a aproximação do Brasil com as sociedades consideradas civilizadas. Para Bezerra, a “Mocidade Cearense” se unia, apesar das divergências, pois teria o mesmo objetivo. Assim, o autor concorreu para a formação de uma opinião acerca da elite letrada como promotora do progresso histórico local.

De acordo com Cardoso (2000, p. 40-41), a publicação de livros literários se inseria no cotidiano do Ceará como uma maneira de entreter o

⁶² BEZERRA, Antônio; SERPA, Justiniano de; MARTINS, Antônio. **Três liras**: poesias. Fortaleza: Typographia Economica, 1883. p. 7-8.

moderado público leitor que habitava a província, visto que, baseado em estatísticas da época, o autor sustenta que no

perímetro urbano de Fortaleza, sem considerar subúrbios e adjacências, o contingente populacional que habitava entre as ruas da Alfândega, do Chafariz, Travessa da Alfândega, São João, do Sampaio, do Conde D'Eu e Pça da Sé, perfazia um total de 1283 moradores, em que 647 eram analfabetos e 636 eram alfabetizados. Nota-se que, estando situado este contingente em uma das partes mais centrais da cidade, portanto abarcando um número considerável dos sujeitos que faziam parte das elites emergentes da capital, aproximadamente 49% do número total de cidadãos desta área possuíam algum instrumental letrado. Ao que parece, pelo menos em relação às mediações centrais da capital, onde se situava a esfera mais abastada da população de Fortaleza, estes dados dão uma boa estimativa do que poderia representar o público leitor da cidade em meados do século XIX.

Assim, percebemos que a produção dos letrados circulava entre seus pares. Os discursos expressavam o interesse dos grupos sociais emergentes e abastados da província, como comerciantes, profissionais liberais (bacharéis, médicos, jornalistas, literatos) e elementos oriundos das tradicionais oligarquias rurais, os quais buscavam a modernização nos moldes da civilização ocidental, principalmente europeia.

Os intelectuais interagiam dentro das instituições – que proporcionaram o encontro entre eles e estavam circunscritos em um ambiente intelectual restrito para a divulgação de suas ideias influenciadas pelas teorias evolucionistas –, as quais fizeram surgir em seus pensamentos o desejo ou a necessidade de transformações sociais e políticas iniciadas com a campanha abolicionista intensificada após a seca de 1877. As manifestações escritas evidenciam, portanto, a quem se destinava tais leituras: ao grupo letrado urbano da província. E esse público leitor era afetado por suas leituras, assim como as afetavam. A elite letrada de Fortaleza tomava conhecimento do moderno ideário e exigia mudanças por parte do governo que inserissem a sociedade em que viviam no mundo considerado civilizado. Era, pois, uma via de mão dupla. Por isso o prestígio que era atribuído aos libertadores e seus papéis na imprensa.

A trajetória da “Mocidade Cearense” foi construída por seus próprios participantes, de tal forma, que ao longo dos anos tem sido reverenciada como a “provedora do progresso material e moral” do Ceará. Os discursos progressistas estiveram aliados ao novo ideário evolucionista, que fomentou e justificou reflexões visualizadas nos discursos da abolição e da seca no Estado

nos quais a libertação dos escravos e a sobrevivência ao período de escassez eram resultado da evolução biológica, social e moral do povo do Ceará.⁶³

⁶³ CARDOSO, Gleudson Passos. Literatura, imprensa e política (1873-1904). *In*: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Org.). **Intelectuais**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 48-49.

3 DETERMINISMOS CIENTIFICISTAS E EVOLUCIONISTAS – O DEBATE INTELECTUAL NO CEARÁ NA DÉCADA DE 1880

Nosso objetivo neste capítulo é analisar os discursos dos letrados do Ceará, procurando entender a maneira como esses sujeitos históricos associaram o ideal progressista evolutivo à realidade que vivenciavam na década de 1880. A crença no progresso, advinda da imagem moderna de ciência, estimulou leituras deterministas e, posteriormente, positivistas e evolucionistas entre os letrados do Ceará, levando-os a defenderem ações que contribuiriam com a transformação social e moral. Os letrados acreditavam que, aos poucos, com incentivos na instrução, agricultura, comércio, principalmente com o trabalho livre, o Ceará e o Brasil evoluiriam e se congregariam ao almejado mundo civilizado.

As revistas *A Quinzena* e *A Avenida*, os jornais *Gazeta do Norte*, *Libertador*, *Constituição*, *O Domingo*, *Cearense* e o livro *Três Liras: poesias* são importantes evidências da experiência dos letrados do Ceará utilizadas na nossa investigação. Os homens das letras do Ceará, como Pedro de Queiroz, João Lopes, Antônio Martins, Justiniano de Serpa e Antônio Augusto de Vasconcelos produziram discursos que contribuíram para a construção de uma identidade para o grupo de letrados defensores do progresso, atribuindo uma relevância fundamental ao papel que desempenhavam na cultura e para a elite letrada local. As interpretações dos letrados acerca da realidade do Brasil e do Ceará, cujas ideias foram influenciadas pelo repertório evolucionista, foram responsáveis por dar ensejo a elaboração de projetos de transformações sociais e políticas. Os grupos políticos possuíam estratégias e modos de utilizar os instrumentos teóricos de acordo com suas posições e em favor de seus interesses.

Em nossa investigação também demos destaque às reflexões acerca da sociedade, do meio físico e da raça, que eram concatenadas às ideias científicas naturalistas e tiveram papel relevante para a elaboração de um perfil do povo do Ceará condicionado pelo meio. A abordagem dos aspectos sociais, morais e físicos dos homens pressupunham, recorrentemente, a influência do meio sobre o social em suas características físicas e a ideia de que a natureza teria implicância essencial sobre o desenvolvimento do caráter da população. As leituras evolucionistas também

estiveram presentes nos discursos da emancipação dos escravos e dos chamados “melhoramentos” da nação, pois a luta pela igualdade entre os homens foi fundamentada nos princípios deterministas que levariam aos ideais civilizatórios.

3.1 A ideia de progresso

Nas décadas de 1870 e 1880 a ideia de progresso permeou os pensamentos dos intelectuais brasileiros, inicialmente com a influência dos determinismos físico-sociais, que gradualmente foram suplantados pelo positivismo comtiano e evolucionismo. A elite intelectual e política brasileira buscava promover a modernização do Brasil, pois se inspirava nas mudanças das formas produtivas na Europa e nos Estados Unidos, devido ao desenvolvimento industrial. Por isso, a noção de progresso passou a ser associada à de civilização, uma vez que os países europeus e os EUA eram tidos como modelos para os demais países.

No Ceará, a “Mocidade Cearense” foi o grupo de letrados que, inspirados na visão de mundo cientificista, buscou incentivar ações sociais e políticas, visando o progresso local e a congregação da sociedade em que vivia no mundo moderno.

De acordo com Murari,

O padrão intelectual dominante na segunda metade do século XIX, pode ser também caracterizado como marcadamente cientificista, uma vez que a ciência foi então alçada de método de conhecimento em visão de mundo. A objetividade da pesquisa e sua articulação à teoria impuseram-se à especulação filosófica. As definições então estabelecidas a propósito do mundo físico-natural e, frequentemente, da vida em sociedade, passavam a ser referidas aos modelos científicos em voga que, a partir de um pressuposto de regularidade dos fenômenos, concentrava-se na observação do mundo factual e no estabelecimento de leis, recusando qualquer possível interferência da tradição ou da autoridade na elaboração do conhecimento. Pressupunha-se que o universo estava dotado de mecanismos de autorregulação que conduziam ao equilíbrio, sendo a ciência capaz de fornecer instrumentos para a descrição e a compreensão destes mecanismos. O real era tido como uno e, portanto, todas as suas esferas – o homem, a sociedade, a cultura, a arte, o mundo físico-natural – estariam submetidas às mesmas leis, e possuiriam um só sentido, que lhe conferia racionalidade: o progresso (MURARI, 2009, p. 66).

A crença na ciência que possibilitou que a ideia de progresso e da modernização das estruturas produtivas se firmasse entre a elite intelectual do

País adveio também do positivismo comtiano. Auguste Comte, cujo pensamento encontrava-se consolidado nos anos 1870, contribuiu para que a imagem moderna da ciência passasse a desempenhar um papel determinante para o aperfeiçoamento das sociedades. Comte (1848) afirmava que

teorias diretamente relativas às leis dos fenômenos e destinadas a fornecer previsões reais, [eram] apreciadas, sobretudo como as únicas capazes de regularizar nossa ação espontânea sobre o mundo exterior.⁶⁴

Ou seja, as mudanças que poderiam ser feitas pelos homens deveriam ter por base os conhecimentos humanos e, por meio da sistematização das ciências, é que o homem poderia agir intervindo em sua realidade e promovendo transformações progressistas. Para o positivismo comtiano a ideia de progresso era um ponto fundamental, pois ele seria uma necessidade natural, que dependeria da ordem. Esta é condição do progresso e ambos (progresso e ordem) são considerados, de acordo com o pensamento positivista comtiano, condições essenciais da civilização moderna.

A noção de progresso também foi tema de reflexão de outros pensadores associados ao evolucionismo, dentre os quais Herbert Spencer, que no seu *Progress: its law and cause (Do progresso: sua lei e sua causa)* (1857) criticava o que ele chamava de “concepção vulgar do progresso”, propondo um entendimento “orgânico” do mesmo. Para Spencer, o progresso vinha sendo designado como um simples crescimento ou mudanças consideradas avançadas relativas à quantidade de habitantes, território, produtos materiais e acúmulo de conhecimento. Por outro lado, o filósofo considerava que o verdadeiro progresso ocorreria do interior para o exterior, de dentro para fora. Ou seja, no caso do progresso social, ele consistiria nas transformações de estrutura do organismo individual e social e nas suas diferenciações que compõem sua complexidade. Para Spencer,

a lei do progresso orgânico é a lei de todo progresso; quer se trate das transformações da terra, do desenvolvimento da vida à sua superfície ou do desenvolvimento das instituições políticas, da indústria, do comércio, da língua, da literatura, da ciência, da arte, dá-se sempre a mesma evolução do simples para o complexo, mediante sucessivas diferenciações. Desde as mais remotas transformações cósmicas, de que ainda existem sinais, até aos mais recentes

⁶⁴ COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores) p. 48.

resultados da civilização, vê-se que o progresso consiste essencialmente na passagem do homogêneo para o heterogêneo.⁶⁵

Ou seja, no pensamento de Spencer o progresso, sendo individual ou social, significava evolução ou mudança. A lei ou a natureza das mudanças seria fundamentalmente orgânica, do simples para o complexo. De acordo com Caponi (2014), para Spencer as mudanças em algumas partes dos indivíduos acarretariam modificações em outras e/ou produziriam transformações ulteriores nos organismos, bem como seriam cumulativas, permitindo aos descendentes passarem por alterações que não seriam permitidas aos seus ancestrais. Acreditamos que, da mesma forma que Spencer pensou a evolução individual dos organismos, o filósofo refletiu acerca do social e de suas modificações de acordo com suas condições sócio históricas, pois para Spencer (1857, p. 14) “a passagem do homogêneo para o heterogêneo verifica-se também nos progressos da civilização, vista em conjunto, do mesmo modo que nos de cada nação ou tribo”. Portanto, podemos inferir que os indivíduos deveriam adaptar as instituições sociais acompanhando as transformações em um sentido progressista e benéfico, ou seja, sempre para melhor.

Sandra Pesavento (1994) assevera que o progresso foi a ideia-mãe norteadora do século XIX. Ao estudar a Exposição Universal da Filadélfia de 1876, visando perceber as representações da nação em fins do século XIX, a autora percebe que as imagens e as ideias construídas sobre as sociedades modernas estavam associadas ao progresso e a tecnologia. Para o homem do século XIX a crença no progresso era ilimitada, bem como era elemento central de uma visão de mundo na qual o futuro se antecipa como uma conquista assegurada.

Através dos olhos da burguesia, o progresso era desejável, o desenvolvimento da técnica produzia um mundo melhor e o futuro se apresentava como a concretização da sociedade do bem-estar. Sem dúvida alguma, o progresso técnico fora obtido pelo pensamento racional. O personagem-símbolo da racionalidade era também, sem sombra de questionamento, a burguesia triunfante que, com seu gênio criativo e sua racionalidade, fora capaz de “produzir” a moderna sociedade industrial. Desenvolvia-se, assim, uma particular forma de concepção da razão libertadora: a racionalidade fora capaz de romper as barreiras da ignorância e produzir a ciência. Por sua vez, o

⁶⁵ SPENCER, Herbert. **Do progresso**: sua lei e sua causa. EBooksBrasil, 2002. p. 7. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/progresso.html>>.

conhecimento científico, aplicado à técnica, concebera as máquinas e os novos e surpreendentes inventos (PESAVENTO, 1994, p. 155).

O desenvolvimento das forças produtivas proporcionado pela burguesia industrial nas sociedades consideradas avançadas inspirou os intelectuais brasileiros a realizar o mesmo em seu País. Assim como na Europa e nos Estados Unidos, os intelectuais do Brasil pretenderam mostrar que o trabalhador livre era elemento principal para a condução ao progresso e ao bem-estar social. No sentido de um caminho para o progresso, Salles pondera que

o conceito de progresso presente em todo o pensamento da segunda metade do século XIX, é a expressão de desenvolvimento do trabalho cuja noção necessita ser recuperada em decorrência do próprio processo social de produção (SALLES, 1986, p. 42).

Para a autora, o pensamento liberal considerava o trabalho como condição imanente ao homem e o seu desenvolvimento possibilitaria a produção dos bens morais, uma vez que recupera e aumenta o sentido ético dos indivíduos, bem como dos bens materiais. Assim, a noção de progresso encontrava-se ligada às modificações sociais relativas ao desenvolvimento da vida urbana, das relações de trabalho, da modernização das cidades e aos processos industriais. O conhecimento das técnicas produtivas era controlado pela burguesia industrial, que construiu acerca de si própria a ideia de que era o grupo social progressista por excelência.

Podemos afirmar que havia uma crença geral de que a finalidade dos homens e das sociedades era evoluir. À medida que os melhoramentos iam acontecendo, as teorias progressistas iam se comprovando.

As diferentes correntes teóricas influenciaram os letrados brasileiros e conviveram, por vezes, confluindo e/ou divergindo no conjunto da produção intelectual no País. Pretendemos mostrar que mesmo com a apropriação de conceitos de progresso divergentes, sejam positivistas ou evolucionistas, o objetivo dos letrados, inclusive no Ceará, era promover transformações que ajudassem a inserir a sociedade em que viviam no mundo considerado civilizado. Independente das escolhas teóricas e das posições políticas, os letrados acreditavam que as transformações modernizariam o Brasil.

As ideias evolucionistas contribuíram para embasar as críticas ao governo central por parte da elite letrada que, em sua maioria, passou a visualizar na abolição o progresso do País. Para o projeto liberal que visava a

modernização do Brasil na segunda metade do século XIX, a abolição gradual da escravidão deveria se iniciar com a abolição do ventre. A aprovação da Lei do Ventre Livre ocorreu em 28 de setembro de 1871 no gabinete Rio Branco.

Encontramos nas páginas do jornal liberal *Gazeta do Norte* o editorial intitulado “A Lei Rio Branco”, nome pelo qual também ficou conhecida a Lei do Ventre Livre, cujo projeto foi defendido pelo visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos (1819-1890). Nesse editorial, visualizamos como os letrados construía uma imagem progressista para o País:

A historia ainda curta da vida nacional do Brazil contem capitulos, tão grandes, escriptos a uma luz tão pura e brilhante que podem enobrecer os annaes dos povos mais adiantados no caminho da civilização, nas praticas da liberdade.

Esta verdade consola os que aspiram o bem, fortalece os espiritos contra esse pessimismo que caracteriza o juizo emitido sobre o nosso desenvolvimento politico pelos insoffridos utopistas que pretendem sujeitar a marcha cyclica da civilisação a outras leis que a do evolucionismo firmada na historia, deduzida na natureza do individuo e da sociedade.

Constituido politicamente, ha sessenta anos apenas, o Brazil vae marcando sempre e em periodos mais ou menos iguaes a sua passagem pelo estádio onde se exercita a atividade das nações, colhendo troféus na lucta em que se empenham os povos pela perfectibilidade possivel.

[...]

O immortal Visconde do Rio Branco teve a vantagem de conhecer que a sociedade de que era orgam como chefe do governo, havia resolvido o problema e previo o sucesso infallivel de um golpe desfechado no unico manancial ainda aberto a perduração do elemento servil.

[...]

Conquistando a lei de 28 de setembro de 1871 resolvera o difficil e urgentissimo problema.⁶⁶

É possível perceber que para os letrados do *Gazeta do Norte* as mudanças que civilizariam o Brasil deveriam se basear no conhecimento moderno e, especificamente, no evolucionismo. Os letrados construía a ideia de que o Brasil estaria em desenvolvimento e, a cada etapa superada, progrediria. No caso, a escravidão era um dos obstáculos que teria sido transposto no interim do progresso.

Evidenciando a construção de narrativas dentro de uma ótica cientificista/naturalista, Oliveira (1998) considera que a abolição era identificada com a evolução e com a lei do progresso positivo. A partir da análise dos poemas abolicionistas, contidas no jornal *Libertador*, o autor afirma que a crítica à escravidão por parte dos letrados abolicionistas incorporou leituras

⁶⁶ *Gazeta do Norte*, Fortaleza/CE, Ano III, N. 214, 28 set. 1882. p. 2.

sociais envolvidas com as modificações política, econômica, social e cultural da estrutura imperial, assim como inauguraram uma abordagem positiva do trabalho livre entendido como gerador da riqueza da nação. Para Oliveira, o ano da abolição no Ceará, 1884, determina a crença por parte dos intelectuais cientificistas de Fortaleza no poder da ciência como um conhecimento que oferece uma leitura e uma intervenção incisiva na sociedade.

A construção de uma ideia de progresso também pode ser observada no jornal liberal *Cearense*. Para além do discurso partidário – em que os letrados colaboradores do jornal afirmavam que “a situação actual do paiz nada tem de extraordinário e de aterrador como parece aos nossos adversarios” (os conservadores) devido a eleição de “uma camara liberal em maioria”⁶⁷ –, destacamos a referência àquilo que os liberais entendiam como progresso:

A tendencia do paiz para as reformas, o discredito das velhas instituições estão largamente espalhados e desenvolvidos. Quanto mais novo é um povo, mais rapidas e precipitadas são as transformações, porque passa, e por isso mesmo que a nossa nacionalidade ainda não tem um character firme e bem definido, por isso mesmo que ainda soffre e tem de soffrer graves modificações, á proporção que o elemento colonizador melhor tiver se adaptado ás condições e exigências do paiz, e novos factores de civilização e progresso tiverem exercido sobre nós sua influencia, menos estabilidade podem ter as nossas instituições.

É factó reconhecido universalmente que ao principiar-se a viver, a vida é mais pujante, quer nos individuos, quer nos povos; as transformações são mais rápidas, mais violentas.

Sem a experiência necessária para sabermos adaptar as instituições ao character do povo; nada pode ser proclamado estável, duradouro entre nós.⁶⁸

Conforme o editorial, o Brasil estaria passando por transformações que se encontravam submetidas à influência dos paradigmas de civilização europeus e norte-americanos. Para os letrados, as antigas formas de organização do País estavam perdendo sua importância e sendo substituídas por outras modernas. Antes de se afirmarem como os condutores do país no processo de mudanças, os liberais construíram a ideia de que o Brasil progrediria “naturalmente”, pois a modernização seria inevitável, estaria determinada pelas leis do progresso e garantiria o equilíbrio social.

No jornal *Constituição*, encontramos no artigo “A Igreja e a liberdade”, de autoria do Padre Bellarmino, uma ideia de progresso associada à

⁶⁷ *Cearense*, Fortaleza/CE, Ano XXXVII, N. 156, 25 jul. 1883, p. 1.

⁶⁸ *Idem*, p. 1-2.

defesa do trabalho livre e ao papel da Igreja cristã na evolução dos povos considerados civilizados:

As nações so são verdadeiramente grandes, quando são verdadeiramente livres.

O resultado espontâneo da atividade humana, sempre crescente no desenvolvimento das forças combinadas do homem em ordem a realizar o bem pelas leis reguladoras do trabalho livre, esse é o progresso, vida do mundo, e genio da humanidade. Sem liberdade, porem, não pode haver progresso; porque sendo a suprema directris das ações humanas, é por isso mesmo o estímulo dos individuos e das sociedades, e a melhor garantia do seu futuro.

[...]

Também não compreendo a civilização sem liberdade.

O povo verdadeiramente livre é o que chamo verdadeiramente civilizado.

A escravidão tem origem no paganismo, na cubiça dos bárbaros; a liberdade, porem, nos veiu com o christianismo [...]

A Egreja, que é a instituição mais livre do mundo, deu sempre exemplo de amor immenso à liberdade christã.⁶⁹

Não encontramos informações sobre o Padre Bellarmino. Porém, consideramos que sua formação eclesiástica e o convívio com os colaboradores do jornal o tenha tornado um letrado a par do ideário evolutivo. Observamos ainda que o Padre escreveu na edição especial do jornal em comemoração à libertação dos escravos do Ceará, em 25 de março de 1884. Acreditamos que seu objetivo era legitimar o papel da instituição religiosa da qual era representante, tendo em vista a crescente importância do pensamento evolutivo nos círculos letrados da província em detrimento do religioso.

Os letrados construíram o discurso de que o momento pelo qual o Brasil estava passando em fins do século XIX era de mudanças e, de acordo com eles, o atraso ocasionado por ideias e instituições consideradas ultrapassadas estava sendo superado. A elite letrada brasileira, influenciada pelos cientificismos e evolucionismos, estava substituindo os referenciais de sociedade, economia e política. De acordo com Montenegro era um momento em que

Perd[ia]m-se os referenciais da existência cristã e se apela[va] para os substitutivos insanos ou materialistas. Do que é exemplo a obra de Darwin, estimulando a confrontação cruel que toma conta da sociedade, da economia e da política, subvertendo estruturas modelares, testadas pela força do tempo, instituições comprovadamente boas e dignificadas pelos valores e pelos costumes (MONTENEGRO, 1992, p. 78).

⁶⁹ **Constituição**, Fortaleza/CE, Ano XXI, N. 33, 25 mar. 1884, p. 2.

Os letrados buscavam transformar a realidade social, política e econômica em que o Brasil se encontrava. Todavia, à medida em as transformações foram ocorrendo não havia como retroceder. Por isso cada grupo social e político desejou garantir seu lugar e sua participação nesse processo de renovação cultural. Nesse sentido, entendemos o motivo pelo qual os homens de letras se arrogavam o papel de grupo promotor dos avanços do País.

As reformas abolicionistas, a partir dos anos 1870, foram consideradas pelos intelectuais e políticos como medidas progressistas, uma vez que seus pensamentos estavam influenciados pelo ideário evolutivo. Nas sociedades tidas como avançadas, como as europeias e as estadunidenses, a abolição já havia sido realizada e a força de trabalho das economias desses países era a livre. Ao contrário, o Brasil era considerado atrasado por ainda se valer da força de trabalho escrava, por isso a abolição seria um grande passo para o aperfeiçoamento do País.

Através da análise dos impressos que circulavam em Fortaleza, no decênio de 1880, notamos que a ideia de progresso, compreendido como evolução social, estava presente no ideário da elite letrada na forma de discursos que pregavam a modernização das estruturas da nação. Dentre esses impressos, destacamos a revista *A Quinzena*, de propriedade do Clube Literário e fundado em 1886 por João Lopes (1854-1928), que contou com a participação de homens e mulheres, membros da elite letrada local.

No programa da revista, contido no artigo “Preliminares”, João Lopes declarou que o seu intuito era fazer com que ela fosse uma “publicação puramente litteraria”. Para os letrados, a literatura era identificada com o conhecimento de diversas áreas, como artes e ciência. No artigo mencionado, “Preliminares”, o autor fez algumas considerações acerca do lugar da revista na imprensa local:

Não faltará quem considere arriscado, temerario mesmo, este empreendimento a que nos balançamos.

Si na capital do império, metrópole da civilização sul americana, o meio não é o propicio ás letras e as publicações exclusivamente litterarias mal podem, a custa de tenaz e mortificante sacrificio, romper a espessa crosta da indiferença publica para arrastar uma vida penosa e ephemera; na província, aqui por estes recantos do norte, parece desatino quebrar a homogeneidade beatificamente rotineira da vida provinciana, para escrever sobre letras e artes e sciencias.

[...]

Sabemos d'ante-mão que muito caro nos vae custar cada um desses efêmeros prazeres intellectuais, deliciosos prazeres que só comprehendel-os e poder aspiral-os é já uma fortuna immensa, um gaudio ineffavel.

Mas, para defrontar com essas desanimadoras convicções, temos no coração bom numero de esperanças que assentam na licção dos factos, pouco explicaveis para nós ao menos, mas em todo caso verdadeiros e inconstetaveis.

[...].⁷⁰

E de acordo com Lopes, dentre os fatos que tornavam os colaboradores da revista *A Quinzena* otimistas em relação à produção literária na província, estava a sua convicção de que o Ceará era uma província progressista, pois promoveria mudanças, dentre as quais destacamos no discurso do autor a defesa da abolição pelo povo do Ceará:

O trabalho livre foi ensaiado, acceito e adoptado entre nós, muito antes que o Visconde do Rio-Branco houvesse introduzido na legislação patria a aurea lei que estancou a derradeira fonte de procedencia do escravo;

Pedro Pereira, o anonymo, precedeu de 29 annos Paranhos, o benemérito, na aspiração de liberdade do ventre escravo. Por indicação do conego Pinto creou fundo de emancipação a nossa lei orçamentaria 4 annos antes da de 28 de setembro;

A eliminação do elemento servil foi decretada <<em nome e pela vontade deste povo>> quando ainda os governos só se dignavam referir á abolição do captiveiro para dizer que não cogitavam d'ella [...].⁷¹

Observamos que o autor construiu seu discurso – em que o Ceará seria uma terra “progressista” – em torno da ideia de trabalho livre como se a abolição houvesse sido decretada por meio de uma lei, ocultando o fato de que as alforrias dos escravos foram compradas. Destacamos que a liberdade dos trabalhadores escravos do Ceará ocorreu através de manumissões realizadas devido à campanha abolicionista dos letrados, ou seja, o que houve foi a indenização dos proprietários.

João Lopes participou ativamente dos círculos letrados no Ceará durante os anos 1870 e 1880. O letrado iniciou sua formação secundária no Atheneu Cearense, onde teve contato com Rocha Lima. Na década de 1870 ajudou a fundar a Phoenix Estudantal, sua primeira experiência em um agrupamento letrado. Também participou da Academia Francesa, onde teve contato com as leituras científicas e outras discussões acerca da religião e da educação, tendo vista sua colaboração no jornal maçom *Fraternidade*.

⁷⁰ *A Quinzena*, Fortaleza/CE, Ano I, N. 1, 15 fev. 1887. p. 2.

⁷¹ *Idem*.

Acreditamos que a atuação de João Lopes nesse jornal o deixou a par da ideia de laicização do Estado e da visão pedagógica da maçonaria. Lopes estudou Direito em Recife, mas logo retornou ao Ceará. Em 1879 foi redator do jornal *O Município*. Em 1878 e 1879 foi deputado provincial, ou seja, esteve atualizado com o debate acerca da modernização e da abolição no meio político. Nos anos 1880, João Lopes compôs a redação dos jornais liberais *Gazeta do Norte* e do *Cearense*, bem como do jornal abolicionista *Libertador*, órgão da Sociedade Cearense Libertadora. Já no ano de 1882 ajudou a fundar o Centro Abolicionista 25 de Dezembro, onde os chamados legalistas se reuniram. Em 1886 fundou o Clube Literário, escrevendo n' *A Quinzena* e em 1888 colaborou n' *O Domingo, folha litteraria*. Foi também funcionário da Repartição dos Correios de Fortaleza e professor de Português no Liceu do Ceará.⁷²

Diante dos diversos meios de formação e de agrupamentos de letrados, do qual participou durante 1870 e 1880, podemos afirmar que João Lopes conhecia bastante os letrados do Ceará, suas preferências literárias e políticas, bem como aquilo que agradaria a um ou outro grupo em relação às formas de promoção da modernização da província.

Notamos que no seu artigo “Preliminares”, ele era crente da aceitação d' *A Quinzena* enquanto publicação literária no Ceará. O discurso de João Lopes nos mostra que o autor se utilizava da justificativa das letras, quer dizer, do próprio discurso dos letrados que se consideravam os defensores e guias das transformações sociais, econômicas e políticas do Brasil. O pensamento de Lopes contribuía para criar a ideia de que o povo da província era mais avançado e, por isso, tomava a frente da pauta modernizadora e civilizatória no processo de atualização do País.

Lopes abordou a abolição como uma característica do progresso e o Ceará estaria na vanguarda do movimento civilizatório do Brasil, pois havia sido a primeira província a pôr fim ao cativeiro. Diante do “caráter modernizador” do povo do Ceará, o autor mostrou-se confiante na aceitação da

⁷² João fundou a Phoenix Estudantal junto com Rocha Lima, Fausto Domingos da Silva e Manoel do Nascimento Castro e Silva. Além dos periódicos mencionados no texto, ele colaborou no jornal de críticas literárias *Thesoura*, que saía da tipografia d' *O Município*, em 1879, onde também colaboraram Júlio César da Fonseca e João Cordeiro; no periódico *Gazeta do Norte* foi redator junto com Thomaz Pompeu, Júlio César da Fonseca, Vírgilio Brígido e João Câmara; no *Libertador* foi redator junto com Antônio Bezerra, Antônio Martins e Telles Marrocos. STUDART, Guilherme (Barão de). **Dicionário bio-bibliográfico cearense**. 1v. Edição fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 494-495; GUIMARÃES, Hugo Victor. **Deputados provinciais e estaduais do Ceará** – Assembleias Legislativas (1835-1947). Fortaleza, CE: Editora Jurídica LTDA, 1947. p. 310-311.

revista do Clube Literário no meio letrado da província. Acreditamos que ele também considerava a adoção das letras como um dos aspectos do desenvolvimento local. Ao escrever sobre a abolição João Lopes buscou demonstrar “como e porque e[ra] radicalmente evolucionista o povo cearense.”⁷³ Ou seja, criou um discurso de que houvera “abolição” com o qual justifica um “caráter” evolutivo para o Ceará. Por isso o movimento “literário” científicista e determinista ser “natural” na província.

Ainda na revista *A Quinzena* há o artigo “Os quinze dias”, de autoria de Antônio Martins, onde o autor assegurava que a Mocidade Cearense era

sempre inclinada aos tentamens da actividade e do progresso, sempre valente e audaz.

Distanciada de todos os favores do governo e dos poderes políticos – a provincia lucta sempre!

E é pela evolutiva e constante acção de seus esforços que se conserva evidentemente ao par de suas mais fortes e favorecidas irmãs na communhão e no congresso do trabalho, em todas as suas multiformes manifestações.

Nenhuma tão prompta nem tão solícita como ella aos alarmas do progresso e da civilisação.

Mas luta só! Tosquiada pelo centralismo deixam-n'a entregue ao destino.

Hoje tudo deve-se ao esforço próprio da província, ao seu natural pendor para as reformas adiantadas.⁷⁴

Antônio Martins contribuiu para a construção de um pensamento onde o Ceará era “naturalmente” a favor da modernização. Tal ideia foi assegurada pelo argumento de que o Ceará não tinha o apoio do governo central e, dessa forma, os letrados legitimavam a ideia de aceitação “natural” dos processos modernizantes.

A confiança que os “moços cearenses” depositavam em si próprios e a relevância que eles se auto atribuíam vinha sendo construída desde o início da década de 1880, com a fundação do jornal abolicionista *Libertador*, no qual encontramos a seguinte reflexão no editorial “Embora o sangue”:

Venha a lucta, a mocidade não a teme.

Pelo contrario procura-a, e para ella se prepara armada do gladio da palavra, mais destruidor que as armas de extermínio.

A revolução pela intelligencia tem a força da erupção das crateras.

(...)

Somos moços, somos revolucionários.

Mas revolucionarios que querem a liberdade universal, a confraternização de todos os cidadãos, a gloria da pátria e o renome do Brazil.

⁷³ *A Quinzena*, Fortaleza/CE, Ano I, N. 1, 15 fev. 1887. p. 2.

⁷⁴ *A Quinzena*, Fortaleza/CE, Ano 1, N. 1, 15 fev. 1887. p. 6-7.

Que querem a realização da mais palpitante questão da actualidade – a extincção da escravatura que os nossos homens de estado reconhecem-se sem forças para resolvel-a, acobardados ante as bravatas dos fazendeiros potentados. Que querem uma nação respeitada no estrangeiro e nunca uma poderosa senzala.⁷⁵

A “Mocidade Cearense” lutava contra o atraso que dificultava a modernização. A metáfora geológica conferia às letras uma relevância que contribuiu para formular a ideia de “literatura como missão”, em que a força do conhecimento conduziria a nação brasileira no caminho do progresso. Sob a capa do discurso civilizador, a Mocidade Cearense defendia a modernização. Porém, tinha o objetivo de manter seus interesses protegidos.

Nesse sentido, concordamos com Cardoso quando o autor afirma que os letrados da Mocidade usavam sua

Máquina discursiva, originalmente literária, colocando seus instrumentos teóricos, repertórios de leituras, a serviço de seus interesses de grupo, e impulsionaram uma potência estética que colaborou para manutenção do poder tradicional com a roupagem da modernidade (CARDOSO, 2000, p. 48).

A “Mocidade Cearense” pregou o discurso de que as reformas políticas e econômicas, bem como o desenvolvimento científico e literário, mudariam a imagem do Brasil. Este, nos anos 1880, passava a ideia de que era um país atrasado que se fundamentava em valores ultrapassados. Assim, os letrados do Ceará defendiam as transformações econômicas, sociais e políticas, pois as consideravam necessárias para o progresso da nação, embora defendesse a manutenção de seus valores de grupo social.

O abolicionismo, a atualização do mercado de trabalho com o incentivo do trabalho livre em detrimento do escravo e o estímulo à imigração de europeus foram apontadas pelos intelectuais como soluções para civilizar o País e a província. E para a ocorrência dos melhoramentos, os letrados fizeram do seu ofício de escrita uma condição imprescindível.

⁷⁵ **Libertador**. Fortaleza/CE, Ano 1, N. 3, 7 fev. 1881. p. 3.

3.2 O “verbo da redenção social”: a missão dos letrados, a abolição e a questão do trabalho

O ideário modernizante influenciou a forma como os homens de letras do Ceará passaram a pensar acerca da modernização da província do Ceará, assim como do Brasil. As teorias evolucionistas contribuíram para despertar nos grupos intelectuais e políticos o desejo de reformar o País, em que a abolição passou a ser considerada uma característica do progresso na medida em que dava impulso à formação de um mercado de trabalho livre.

Antônio Bezerra, Justino Domingues, Antônio Martins, Antônio Augusto de Vasconcelos e Pedro de Queiroz foram alguns dos letrados do Ceará que refletiram acerca da libertação dos escravos, como fator modernizador da província e do Brasil e integrador ao mundo considerado civilizado. Para atingir seus objetivos, os letrados fizeram uso dos principais meios de divulgação de suas ideias: os impressos.

A imprensa foi uma instituição de grande importância e influência no universo letrado brasileiro no século XIX. Os mais importantes letrados também foram políticos; por isso, não constituíram um grupo de elite apartado da elite política. A maioria dos jornais existentes no Brasil no século XIX era vinculado aos partidos políticos e serviam aos seus interesses, na divulgação de seus projetos e críticas aos seus adversários (CARVALHO, 2003). O Ceará fazia parte desta regra partidária da imprensa, onde os jornais se denominavam como “órgão liberal” ou “órgão conservador”, como foi o caso, por exemplo, do *Cearense* e do *Pedro II*, respectivamente. As contendas partidárias e os discursos proferidos na Assembleia Provincial pelos deputados, ou no Parlamento, pelos senadores e deputados-gerais, eram veiculados nos jornais locais onde também podemos encontrar sessões de folhetins, literatura, ciência, arte e propagandas comerciais.

A autodenominação como liberal ou conservador foi contestada por Ana Carla Fernandes (2004) em seu trabalho acerca da imprensa do Ceará na segunda metade do século XIX. Discordamos da afirmação da autora de que não havia grandes diferenças entre os políticos partidários da província, onde liberal e conservador – antes de conceitos – teriam sido termos circunstanciais, que, na maioria das vezes, somente serviam para nomear “grupos distintos de pessoas diante de disputa, como as eleições, em prol da posse de seus

representantes, e de contendas que aconteciam, antecipadamente, nos bastidores das redações dos jornais” (FERNANDES, 2004, p. 25).

Essa reflexão de Sabino acerca do jornalismo oitocentista no Ceará difere do pensamento de Renée Zicman (1985). Este resume brevemente a imprensa do Brasil e assegura que até 1945/50 a imprensa brasileira constituía-se por pequenas empresas em que a gestão era improvisada e seus capitais e negócios eram limitados, havendo destaque de suas posições políticas. Esse tipo de empreendimento é chamado de “imprensa de opinião”, a qual se caracterizava pelo tom político e apaixonado, sendo um instrumento ativo de opinião pública, além de exercer a função de “espelho da realidade”. Assim, os jornais dirigiam-se preferivelmente a um determinado tipo de público e a atividade jornalística não era muito diferente de um exercício literário. Em nenhum momento Zicman afirma que não houve diferenças entre os partidos políticos e seus veículos de comunicação. Acreditamos que ao se definirem como liberal ou conservador, os letrados já assinalavam suas diferenças ideológicas.

Há de se ressaltar o fato de que os impressos, nessa época, eram feitos para as elites letradas, familiarizadas com a leitura, com seus ideais e objetivos políticos e intelectuais. Por meio de suas práticas, esse segmento social fez parte do campo de tensões políticas e institucionais com a finalidade de obter para o seu grupo papéis representativos (CARDOSO, 2000). Deste modo, com o poder político e o da palavra, os letrados participaram do jogo de interesses de diversos setores da sociedade do Ceará, a fim de promover a ordem e a modernização da província como um todo.

Como políticos, os letrados defendiam a liberdade de imprensa. Entretanto, isso não significava que adotavam a mesma postura ou pensavam de forma semelhante. Os impressos eram os principais meios em que se veiculavam as suas convicções no progresso, na ciência e na razão humana e contribuiu para assegurar o caráter de veracidade que lhe era atribuído. Sobre a imprensa, observamos no jornal *Constituição* o seguinte:

A imprensa, - poderoso elemento de civilização e progresso das gerações hodiernas, - tem direitos que ninguém contesta, que cercão-nas de garantias, que facilitão-lhe, em summa, o bom desempenho de sua elevada missão.

Instituir exame rigoroso e minudente sobre a macha dos negócios públicos; traduzir fielmente as manifestações da opinião e encaminhal-a, quando erradia; condennar com severidade os devios

e excessos do dever publico; tornar extensivas aos grandes, como aos pequenos, aos ricos, como aos pobres, as bem merecidas censuras; profligar o vicio, o crime e o abuso, e ecomiar a virtude e o mérito;eis, além d'outras, importantes atribuições da imprensa, exercitando-as na esfera da legalidade.⁷⁶

Esta passagem encontra-se no texto “Desmandos da imprensa”. Na perspectiva dos conservadores do *Constituição*, a autenticidade da imprensa garantia uma crítica considerada justa a qualquer postura ou acontecimento social. Isto é, os discursos dos letrados nos jornais seriam incontestáveis, pois representariam a ciência e todo o seu poder sobre a civilização.

O tema da imprensa era alvo de abordagem não somente dos conservadores, mas também dos liberais, como podemos perceber no jornal *Gazeta do Norte*, que na seção “Notícias” saudava a publicação do jornal *Granjense*, que passou a ser veiculado em 1880 na cidade de Granja, no interior da província do Ceará:

Recebemos o 1º nº. do <<Granjense>>, jornal que começou a publicar-se no dia 15 do corrente, na cidade de Granja. A imprensa em qualquer parte que desfralde seu estandarte civilizador, deve ser saudada por todos quantos, de coração, se interessam pelo desenvolvimento moral e material da sociedade. Em todos os tempos foi ella considerada como o phanal do progresso e da civilização dos povos.⁷⁷

Os colaboradores do periódico liberal *Gazeta do Norte* também acreditavam que o jornal era uma indicação de civilização, pois era uma evidência do desenvolvimento social. A presença do periódico mostrava que tanto os homens como a sociedade estava tendo condições intelectuais e materiais de produzir e receber informações que fossem de seus interesses ou que seus redatores considerassem importante e/ou conveniente serem divulgadas. Independentemente da posição política era consenso a opinião de que a imprensa era um indicador de progresso, de avanço, uma vez que mostrava que as pessoas estavam em condições materiais e morais para produzir e receber determinado conhecimento.

Nesse sentido, concordamos com Chartier (1990) quando o autor pondera a inscrição do leitor no texto, pois este só é escrito por um determinado autor, visando a sua compreensão por aquele que está apto a decifrar seu significado. E esse entendimento só se torna possível devido a sua

⁷⁶ *Constituição*, Fortaleza/CE, Ano XX, N. 25, 30 mar. 1882. p. 1.

⁷⁷ *Gazeta do Norte*, Fortaleza/CE, Ano I, N. 63, 21 ago 1880. p. 1.

formação intelectual que permite a interpretação, a decifração de seus signos, conferindo um sentido ao que está sendo lido. Desta forma, acreditamos que o que era publicado tanto era compreendido pelo público leitor da mesma forma que este poderia estar à espera desse tipo de leitura. Em uma via de mão dupla, a imprensa foi influenciada pela cultura letrada, a qual reforçou a visão de mundo que fez com que os letrados do Ceará buscassem a modernização da sociedade em que viviam para que ela se tornasse civilizada.

O alto préstimo conferido à palavra escrita e à imprensa no ocidente gerou a crença em que:

Quando a cruz do jornalismo se levanta no Golgotha da imprensa, e falla aos povos o verbo da redempção social, o progresso que é a formula synthetica e suprema da civilização toma impulso titanico e marcha desassombrado á conquista do futuro.

[...]

A imprensa não tem o único effeito de vulgarisar conhecimento[s] uteis, explorando a vasta mina do saber humano. Assegura aos variados interesses da sociedade a primeira condição de sua estabilidade tranquilisadora, eleva o cidadão instruindo-o sobre a extensão dos seus direitos e deveres, promove e fomenta o desenvolvimento e a mobilidade d'esses interesses, sob as suas multiplices formas e relações, e, apontando as phases porque passam as instituições, estabelecer as luses largas, sobre as quaes [d]eva ser levantado o edificio do futuro.

Fechar o cyclo das revoluções e abrir o das evoluções: - eis o destino providencial da imprensa.⁷⁸

Esse editorial veiculado no *Gazeta do Norte* revela a influência do pensamento evolucionista no discurso dos letrados. Se a presença da imprensa era vista como um indicador do progresso e uma representação da civilização, por meio da imprensa os letrados se afirmavam enquanto progressistas e guias da nação em um momento de valorização do pensamento científico. As teorias evolucionistas marcaram os discursos da elite letrada do Ceará, os quais intencionaram obter reconhecimento de seus pares. “Fechar o ciclo das revoluções e abrir o das evoluções” significava acima de tudo promover transformações sociais e econômicas que favorecessem o surgimento de uma civilização pautada no modelo das sociedades industriais.

Notamos também a defesa de que as mudanças deveriam ser realizadas de modo pacífico, sem grandes abalos na ordem, controladas pela imprensa, ou melhor, pela elite letrada e política. Destarte, afirmamos que a presença dessa ideia de controle das mudanças conferida à imprensa pelos

⁷⁸ *Gazeta do Norte*, Fortaleza/CE, Ano I, N. 2, 9 jun. 1880. p. 1.

letrados, na verdade, referia-se ao controle e ordenação do processo da abolição.

A “revolução pacífica” era considerada a solução para uma transição ordeira do trabalho cativo para o livre. Maria Helena Machado (1994, p. 145) aponta para uma intervenção planejada por certos setores das elites, que visavam controlar o movimento abolicionista, como uma barreira conservadora, a fim de impedir o movimento dos escravos. Para a autora, os movimentos abolicionistas congregaram propostas, ideias e ações de setores sociais divergentes.

O cientificismo naturalismo proveniente da Europa marcou o discurso dos abolicionistas, que enxergavam no movimento um aspecto que ultrapassava a mera substituição do trabalho escravo para o livre. Eles percebiam também o risco da militância do abolicionismo para a manutenção da ordem social, visto haver, além dos cientificismos, a presença de orientações socialistas utópicas e jacobinistas mesmo vagas, que poderiam se desenvolver junto ao novo corpo de trabalhadores que estava se constituindo. Por isso, as elites propalavam seu papel de lideranças na ingerência da modernização.

Ainda segundo Machado (1994, p. 157), ao longo dos anos 1880 a ideia de abolição teria funcionado até certo ponto como agregadora de tendências e matizes diversas. Os grupos urbanos eram os principais combatentes contra a escravidão, uma vez que observavam o trabalho livre como uma oportunidade para fazer com que a sociedade em que viviam, bem como eles próprios, ingressasse no mundo civilizado.

Fazendo uso de uma terminação da autora, os caifazes do Ceará, ou seja, os homens de ação eram os letrados, como eles mesmos apregoavam.⁷⁹ Diferentemente do significado original apontado por Machado, no contexto de sua pesquisa, no caso do Ceará os “homens de ação” encontravam-se associados na ramificação carbonária do movimento abolicionista identificada com a Sociedade Cearense Libertadora. Segundo

⁷⁹ Maria Helena Machado utiliza o termo de época, “caifazes” para denominar os homens de ação no movimento abolicionista de São Paulo: “Centralizando as atividades na Confraria de Nossa Senhora dos Remédios, a associação tendeu a dividir-se em dois grupos. Um, dos chamados intelectuais, que desembocou na organização do jornal *A Redenção* e outro, homens de ação, que, envolvendo-se diretamente com os escravos das fazendas, foram denominados caifazes”. In: MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994. p. 153.

Oliveira (1998, p. 92-94), o grupo mais radical do movimento assumiu posturas e atitudes intelectuais características desse radicalismo seja por meio de ações estratégicas no movimento ou por meio da imprensa combativa.

A Sociedade Cearense Libertadora liderou as ações favoráveis à abolição no Ceará até dezembro de 1882, quando foi criado o Centro Abolicionista 25 de Dezembro, cujos associados adotaram uma atitude legalista em relação à abolição. Ainda de acordo com Oliveira (1998), tanto a ala carbonária como a legalista tiveram suas análises sociais e atuações políticas marcadas pelo repertório de leituras científicas e positivistas, responsáveis pela emergência de perfis intelectuais que conferiram poder à ciência, configurada em ação política incisiva, e ao entendimento de que a abolição seria uma “evolução natural” e não uma “convulsão social” (OLIVEIRA, 1998). Dessa forma, o autor chama nossa atenção para os usos diferenciados das teorias evolucionistas baseados nos interesses de cada grupo, os quais, todavia, visualizavam a escravidão como entrave ao desenvolvimento.

Em outro texto do periódico *Gazeta do Norte* encontramos a defesa das revoluções “naturais” e civilizadas:

A sciencia, a politica e a religião, em todas as suas manifestações, recebem d'elle [jornal] os elementos de que precisão para completar seu movimento evolutivo: porque só elle pode estabelecer os laços de assimilação necessaria e fatal entre as instituições e as aspirações de um povo.

Collabora com os governos na gestão dos interesses publicos, milita com as sociedades no pleito de seus direitos, na expressão de suas necessidades.

Produz e evita revoluções.

Produz as revoluções pacificas cujos resultados são reais e duradouros, porque surgem naturalmente e desenvolvem-se sem violencia.

Evita as revoluções sanguinolentas que, ou dão resultados negativos, ou raramente equivalentes as energias despendidas na lucta.

D'ahi a effectividade de sua influencia.

A mais modesta forma litteraria constitue um dos mais poderosos factores da civilisação.⁸⁰

No discurso visualizamos a representação do jornal como expositor de elementos essenciais para a evolução social e obtenção do progresso tanto por se acreditar que desempenharia um papel relevante junto ao governo pelo bem dos cidadãos, assim como por ser um meio pelo qual a parcela privilegiada da população poderia denunciar e clamar seus direitos às autoridades. Nas entrelinhas do discurso, compreendemos que a importância

⁸⁰ *Gazeta do Norte*, Fortaleza/CE, Ano I, N. 1, 8 jun. 1880, p. 1.

do jornal estaria nas atividades de seus redatores, que elaboravam e selecionavam os textos a serem publicados em suas páginas. Assim, camuflados pelo jornal, os colaboradores transmitiam a ideia de que eram os detentores do poder de promover as transformações na sociedade.

Observamos que as “revoluções” civilizatórias eram compreendidas como “naturais” nos processos sociais. Eram essas transformações modernizadoras que levariam à evolução social e histórica de um determinado grupo. O progresso se daria por meio da liberdade dada os trabalhadores, que era compreendida como o primeiro passo para se atingir o progresso.

Para os legalistas e alguns cabornários que se reuniram na Sociedade Cearense Libertadora, as transformações deveriam ocorrer de forma ordeira e, a principal delas, à qual era dada prioridade, era a transição do trabalho escravo para o livre. Portanto, esse discurso que as modificações sociais eram “naturais” estava atrelado ao processo da abolição que vinha se desenvolvendo desde a Lei do Ventre Livre de 1871.

Temos em vista que a modernização da província estava inscrita no ideal de modernização nacional, que se baseava na ideia de civilização emanada pelas nações europeias, onde o homem livre era a principal força de trabalho no desenvolvimento industrial. No Brasil, a lei de 28 de setembro de 1871 iniciou a transição do trabalho cativo para o livre e uma primeira organização do mercado de trabalho livre ainda que de forma inadequada, uma vez que permitiu a continuidade do trabalho escravo. Ou seja, mesmo passando a ter certo efeito na constituição do mercado de trabalho brasileiro, a Lei do Ventre Livre não significou o fim do controle desse mercado por parte das elites (GEBARA, 1986).

O discurso de ordem que à primeira vista pode parecer preocupado com o bem-estar e com o adiantamento da sociedade local – ou humanista pelo fato de defender a libertação dos escravizados e suscitar o pensamento de que os libertadores se engajassem no movimento abolicionista por amor ao próximo –, oculta o interesse da elite letrada da província. Acreditamos que o projeto que estava acima da abolição era o de inserção da província e da nação brasileira na economia mundial capitalista e que, para isso, era necessário que a elite letrada do Ceará, a qual em sua maioria correspondia à elite política, formulasse soluções favoráveis para a formação de um contingente de mão de obra livre.

Partindo dessa perspectiva sobre os objetivos da elite letrada local, concordamos com Iraci Salles (1986), que, ao estudar o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra entre 1870 e 1889, afirma:

para a reprodução e ampliação do capital nos limites da Nação brasileira, o fundamental não era lutar pela abolição mas criar as condições sociais objetivas para o desenvolvimento do capital o que implicaria necessariamente no término da escravidão. O importante era definir e controlar uma política de formação do mercado de trabalho no nível nacional que correspondesse às condições da divisão internacional do trabalho. O relevante nesse processo era colocar o Estado a serviço da classe e assim dotá-lo de um aparato legal de dominação capaz de impor uma direção ao processo de acumulação de capital (SALLES, 1986, p. 52).

De acordo com Salles (1986), o Partido Republicano Paulista defendia durante os anos 1870-1880 os direitos de propriedade dos fazendeiros com a indenização e o resgate dos escravos. Da mesma maneira, os abolicionistas do Ceará também assegurariam a inviolabilidade da propriedade por meio da compra das alforrias e apoiando leis que dificultavam a manutenção ou posse da força de trabalho escrava. Assim, a Sociedade Cearense Libertadora, bem como o Clube 25 de Dezembro, apesar das diferenças de atuação, angariavam recursos pecuniários para promover as libertações.

Sobre as tensões existente no início da implantação do mercado de trabalho livre no Brasil entre 1871 e 1888, Ademir Gebara (1986) afirma que

a “civilização” e a “socialização” dos escravos foram um aspecto essencial da estratégia de abolição gradual para organização do mercado de trabalho livre. A abertura de possibilidades para pretos e escravos foi um fenômeno complexo, operando tanto em benefício de escravos quanto de senhores e comerciantes (GEBARA, 1986, p. 115).

O autor, ao discutir as relações existentes entre a legislação nacional e as peculiaridades locais, considera que o estratagema da transição gradual formulada a nível nacional foi possibilitado devido às articulações fundamentais ocorridas nos níveis locais. A estratégia para a extinção da escravidão, estabelecida a partir da Lei do Ventre Livre, fixada pela legislação nacional, tratou de conduzir politicamente a questão da mão de obra livre de forma controlada, visto que “era preciso evitar qualquer risco tanto à população quanto ao sistema social vigente; nessa medida, quaisquer turbulências deveriam ser vistas com o máximo rigor e cuidado” (GEBARA, 1986, p. 118).

A transição para a mão de obra livre foi acompanhada pela preocupação com o controle sobre esses trabalhadores. Para o caso do Ceará, notamos a existência de discursos que valorizavam o conhecimento e o seu papel nas transformações graduais, orientadas pela ciência para construir os momentos da civilização, como podemos perceber na fala de Antônio Augusto de Vasconcelos em decorrência da instalação do Gabinete Granjense de Leitura,

Este poder que mede o azulado do Céu, que soletra as constelações do firmamento e conta as areias da terra, vós o sabeis: é o sceptro da intelligencia, a força do genio – o vidente dos mysterios insondaveis do futuro.

Eis porque o mundo se agita na febre das revoluções, no delirio do entusiasmo, no esplendor das festas!

E a marcha triumphal dos povos, a crusada esplendida dos espiritos para a Jerusalem ansiosa – templo da sciencia!

Tudo estremece por essa ancia de saber – brilhante floração da intelligencia, tesouro que a poeira dos seculos não destróe e os vermes do tumulo não corrompem, para inscrever-se, glorioso, na pyramide monumental dos povos, na memoria da posteridade.

[...]

É que a sciencia é a religião eterna da humanidade, vello de ouro dos argonautas do porvir, o labaro santo que, anciosos, disputão os templários do progresso; a causa das revoluções pacificas que tem assombrado ás gerações, a bigorna cyclopea dos Hercules da intelligência, a suave atmosfera de luz que vivifica os pulmões do espírito.⁸¹

Vasconcelos bacharelou-se em Ciências Sociais e Jurídicas em Recife no ano de 1880, após abandonar o Seminário de Fortaleza.⁸² É visível no seu discurso como a ciência substituiu a religião católica, como no “apostolado positivista” de Comte e os determinismos naturalistas substituíram o pensamento religioso. No texto é notável, também, a euforia de Vasconcelos ao falar sobre a importância do saber. A sua admiração e o seu elogio ante a ciência provavelmente foram o motivo pelo qual ele abandonou o cargo de promotor de justiça de Canindé e de Granja para se dedicar ao magistério público e privado, visto ter lecionado no Liceu do Ceará e na Escola Militar, ter sido diretor da Biblioteca Pública do Ceará, em 1887, e ter fundado em 1880 uma Escola Popular e o referido Gabinete de Leitura na cidade de Granja

⁸¹ **Gazeta do Norte**, Fortaleza/CE, Ano I, N. 42, 28 jul. 1880, p. 3.

⁸² Em Recife manteve contato com Gil Amora, Virgílio Brígido, Pedro de Queiroz. *In*: OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará**: memória, representações e pensamento social (1887-1914). 2001. Tese (Doutorado em História Social). PUC, São Paulo, 2001. p. 132; STUDART, Guilherme (Barão de). **Diccionario bibliographico cearense**. 1, 2 e 3 v. Edição fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 60-62.

(STUDART, 1980). Em seu discurso, publicado no jornal *Gazeta do Norte*, percebemos sua crença na força do saber e no prestígio que este conferiria aos seus detentores. Deduzimos que no modo de Vasconcelos pensar, o Gabinete proporcionaria o desenvolvimento das atividades intelectuais por ser o templo do saber, já que a ciência era abordada como sendo tão dogmática quanto a religião, vide as várias referências religiosas utilizadas pelo autor.

A valorização do saber, ligava-se ao utilitarismo intelectual que, no dizer de Nicolau Sevcenko (1999, p. 80-81), só atribuía “validade às formas de criação e reprodução cultural que se instrumentalizassem como fatores de mudança social”. No momento em que ocorria o movimento abolicionista e a inquietação em relação às condições do mercado de trabalho livre, a elite letrada procurou formas ideológicas para disciplinar a força de trabalho. O disciplinamento ocorreria por meio da instrução dos trabalhadores. Esse fenômeno deixava clara a relação entre o desenvolvimento cultural e o material, tal como notamos na continuação do discurso de Vasconcelos:

O livro e o trabalho são as duas poderosas alavancas da civilização e felicidade geral. O livro é o disco luminoso em que a inteligência bebe a inspiração, a luz das grandes criações, a estrela polar da humanidade. [...]

E' ele [livro] que faz as revoluções, personifica os seculos e diviniza a memoria dos genios [...]

E' porque a intelligencia é imortal passa intacta á posteridade retractada nas paginas do livro.

[...]

E' o poder do livro, a maravilha do gênio escripturado em lettras – perystilo de sua immortalidade.

A outra columna sobre que descança o edificio do futuro é o trabalho.

[...]

E' o trabalho fonte de todo material, a vida da indústria, o veio poderoso de toda grandesa moral das nações [...]

Si quizerdes a felicidade, a paz, a ordem, a harmonia de todos os sagrados direitos que formão a vida moral, concentraí as forças, exercitai-as no trabalho.

Foi no seio das grandes difficuldades que o trabalho fez brotar os monumentos estrondosos que enriquecem a civilização, os maiores inventos que o seculo admira.

[...]

O trabalho não é pena, é riqueza, é uma sciencia, é a bíblia dos povos, o íris da redempção como a liberdade é o Evangelho.⁸³

Com esse discurso “pronunciado na instalação do Gabinete Grangense de Leitura”⁸⁴, Antônio Augusto de Vasconcelos se afirmava como homem das letras e defensor do conhecimento como instrumento de progresso

⁸³ *Gazeta do Norte*, Fortaleza/CE, Ano I, N. 42, 28 jul. 1880, p. 3.

⁸⁴ *Idem, Ibidem.*

intelectual, que promoveria transformações materiais. Para ele, por meio do trabalho livre é que as dificuldades seriam superadas.

Vasconcelos pronunciou seu discurso no momento em que a província saía de um período de seca, que marcou profundamente a sociedade do Ceará. Suas palavras se encaixam, sem dúvidas, no discurso de reconstrução social, uma vez que o trabalho corresponderia à riqueza, no qual a conduta dos homens deveria se pautar.

Nesse momento de mudança da mão de obra escrava para a livre, a libertação encontrava-se relacionada à instrução e ao trabalho. A instrução contribuiria para disciplinar o trabalhador livre. Assim, na visão dos intelectuais do Ceará

a questão de uma sociedade mestiça e plurirracial, o comprometimento com a nova ética do trabalho e a idealização de uma ampla reforma social eram desafios teóricos a serem enfrentados como possibilidades de progresso social (OLIVEIRA 2001, p. 38).

A valorização do trabalho estava relacionada à ideia de progresso, pois se fazia imperativa para os letrados como um ato gerador de riqueza por excelência. Também seria por meio da difusão do ensino, norteado pela liberdade científica e administrativa, que o trabalhador desenvolveria sua capacidade produtiva, enquanto “operário”, por meio da “educação” (SALLES, 1986, p. 126). Para os letrados do Ceará, a ordem natural para o País avançar seria acabar com a escravidão e promover o trabalho livre, que seria o instrumento utilizado por eles no combate ao atraso por meio do qual a reforma social seria executada.

O gradual processo de libertação das forças produtivas, instrução e formação do mercado de força de trabalho livre eram concepções que foram construídas a partir da visão civilizatória pautada nas teorias evolucionistas, que influenciaram as interpretações intelectuais nacionais e locais, bem como a busca por soluções para as situações ocorridas no período que vivenciavam. A fonte transcrita a seguir evidencia como a presença da abolição foi tida como progresso.

Baseado nas ideias modernizadoras, o Brasil – por meio da elite política e letrada – teria atingido o objetivo de libertação dos trabalhadores escravos, o que indicava sua evolução social. Vejamos:

Com a intenção do grande e do bello, amolda-se ás exigencias da pujança de seu tempo e cuidou na eliminação do estorvo ao aperfeiçoamento economico e social do Cruzeiro. E a faisca atirada de cá explodiu lá fora – fazendo o crepitoso incendio que devorou a senzala – sepultura de vivos, que viviam a vida da animalidade.

Derrui-se a pesada construção trisecular do direito da força.

Mas cuidado! É mister continuar a obra a que falta muito para a cumieira. O estacionamento aniquila, como as delicias de Capua, a que se entregaram os soldados de Hannibal, depois da victoria de Cannes.

A terra opulentíssima lavada pela luz do sol do equador, não deve parar.

A economia politica fez o seu triumpho estrondoso – diffundiou-se por todas as camadas, dominou a todos os espiritos, congregou a todas as energias progressiva, convenceu aos equivocados manifestando a improductividade do trabalho escravo. Impoz-se por sua força invencivel.⁸⁵

Esse artigo, intitulado “O Novo Regimen: o cidadão de 13 de Maio, a escola e o trabalho”, foi publicado no jornal *O Domingo – folha litteraria*⁸⁶, que começou a circular em Fortaleza a 20 de maio de 1888, onde vários colaboradores de outros periódicos tiveram seus textos publicados.

O discurso acima foi assinado por “Wilberforce”, pseudônimo de Pedro de Queiroz (1854-1894), bacharel em Direito pela Faculdade de Recife em 1880 e colaborador em outros periódicos, que circularam em Fortaleza nessa década, como o *Libertador* (STUDART, 1980). A escolha por esse pseudônimo por parte de Queiroz não foi aleatória, mas uma referência a William Wilberforce (1759-1833), o principal porta-voz parlamentar responsável por angariar a maior quantidade de votos em favor da proibição do tráfico de escravos nos domínios ingleses ocorrida em 1807.

Compreendemos que, ao se apropriar do nome de Wilberforce, Pedro de Queiroz pretendia passar a imagem de que teria os mesmos ideais abolicionistas do político inglês. Notamos que para Queiroz, após a abolição, os letrados deveriam continuar o processo de melhoramento social. De seu texto, também destacamos a seguinte passagem:

⁸⁵ **O Domingo**, Fortaleza/CE, Ano I, N. 5, 17 jun. 1888, p. 7.

⁸⁶ **O Domingo** era impresso na tipografia do jornal *Cearense* e teve como diretores Joaquim Olímpio, Jorge Miranda, Papi Júnior e José Martins. Sua frequência era desconhecida e somente os números 1 e 5 foram conservados e encontram-se na coleção microfilmada da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. O jornal começou a circular em 20 de maio de 1888 e dizia-se substituto d'*A Revista*, que apareceu na cidade em 26 de fevereiro de 1888, cujos diretores eram Joaquim Olímpio, Ximenes de Aragão, Belfort Sobrinho e Ulisses Bezerra. Segundo Dolor Barreira, consta no corpo de colaboradores d'*O Domingo* homens das letras que também haviam colaborado n'*A Quinzena*. In: BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. Fortaleza: Edições Instituto do Ceará, 1986. p. 132-133; NOBRE, 2006, p. 112.

A evolução vae sua rota de luz. A planície do retrocesso afasta-se, já fica distante. O Brazil vae, em passo ambicioso e acelerado, o caminho da colina larga e illuminada do progresso.

Bersot, no oeste da França, a um ministro do Napoleão exprimia-se: "Ide dizer ao governo que aqui também se quer prosperar..." Repita o Brazil estas palavras ao mundo, fazendo-se, por sua prosperidade, americano.

E' de hontem a genese da idéa da extinção da escravidão no paiz. Foi um esforço arrancado ao prodigo Ceará, tão entregue ao madrastismo de uma natureza aspera, e por um turbilhão expandiu-se por todos os angulos do território nacional, povos do seu vasto território nacional, immergeindo por todos os povos do seu vasto organismo. Era do Ceará – tinha grande força expansiva. O cearense, patriota e cosmopolita ao mesmo tempo, affaz-se a todás as intemperies, á inclemencia de todas as condições climatologicas; caminha como o Ashaverus da legenda, a derramar as exuberancias de seu coração, de sua cabeça.⁸⁷

É possível perceber a influência do darwinismo social de Herbert Spencer (que abordaremos mais adiante neste trabalho), pois uma das ideias fundamentais para essa teoria é a de que os seres mais adaptados em determinado ambiente seriam os mais aptos a superarem as adversidades do meio em que habitam. E o povo do Ceará, apesar das condições desfavoráveis, conseguiu superar as dificuldades impostas pelo ambiente, fazendo avançar a sociedade local por meio da abolição dos escravos.

Para enfatizar a importância da libertação dos trabalhadores escravos no Ceará, Queiroz apresentou a natureza do território como severa, uma ameaça, mas que foi sobreposta pelo povo, mais adaptado ao meio local. Acreditamos que o objetivo de Queiroz era mostrar que o tipo físico local, além de lutar contra as adversidades impostas pela natureza, também lutou contra o atraso ocasionado pela escravidão. O cientificismo baseado no determinismo climático aparece, portanto, no momento em que o autor faz uma conexão entre o mundo físico-natural e o universo moral, onde as características do povo contribuiriam para sua sobrevivência.

Todavia, para Pedro de Queiroz, a abolição pela abolição não era suficiente. Era preciso instruir os ex-escravos, visto ter considerado que

Só o trabalho ao ar puro e sadio da liberdade, nos campos e nas officinas, é productivo, é fecundo e conducente da grandeza dos povos.

[...]

A egualdação dos cidadãos não está feita: vae em caminho glorioso, exige o complemento pelo valor sociológico da liberdade de todos os povos livres.

O cidadão de 13 de maio se acha embrutecido á porta de seu humilde tugúrio, pedindo forças para o coração e para a intelligencia,

⁸⁷ O Domingo, Fortaleza/CE, Ano I, N. 5, 17 jun. 1888, p. 7.

preciosos largos horisontes a sua existencia. Sahiu do turvo de sua choupana e mal se move, necessita do perfumoso claro da escola – quer aspirara plenos haustos os princípios fortes da vida moral.

É preciso fazê-lo saber querer ser cidadão activo.

[...]

A instrução é um desvendamento e este desvendamento é o precursor do culto da patria e da familia, a ante-aurora da aspiração para o melhor.

E' mister illuminar o coração e a cabeça do novo cidadão fazer d'elle o operário, o esforço componente do engrandecimento da terra de seu berço.

E' preciso dar nova feição risonha a esta patria carcomida pelo caruncho da indiferença e da inactividade.

A transformação deste estado em uma micante primavera será o resultado fatal da educação que desentorpecerá ao homem de Maio, dando-lhe movimento, a iniciativa individual, a fonte fecunda e perenne das energias sociais.

Urge continuar a subir a extremidade aguda da montanha da opulencia desta patria livre.⁸⁸

Deste modo, para o autor, os ex-escravos poderiam vir a ser cidadãos brasileiros. Entretanto, não bastava apenas a liberdade: esses novos cidadãos deveriam receber uma instrução voltada para o trabalho, pois seria por meio deste que a nação se engrandeceria. A ideia dele era fazer desse novo cidadão um operário. Acreditamos que nesse contexto de organização do mercado de trabalho livre, a instrução, ou seja, a formação voltada para a capacitação em exercer determinada atividade, encaixava-se como objetivo das elites intelectual e política em aumentar a produtividade dos “operários” por meio do ensino profissional, uma vez que, dessa forma, também se elevaria o “nível igualitário entre os cidadãos”.

O pensamento de que a instrução era o único “instrumento capaz de estabelecer a igualdade na sociedade” fazia parte da proposta republicana, segundo a qual “educação e profissionalização constitui[am] [...] um binômio inseparável” (SALLES, 1986, p. 127). A valorização do trabalho estava, assim, relacionada à ideia de progresso. Os esforços dos cidadãos contribuiriam para o desenvolvimento da nação brasileira e para sua consequente integração ao mundo considerado civilizado.

No mesmo sentido de valorização do trabalho observamos na revista *A Avenida, semanario critico e litterario*, em editorial homônimo, o seguinte pensamento:

A mais ampla liberdade na manifestação da sua arte, compatível com a dignidade da causa que professamos, é o lemma que deve inspirar os que escrevem nas columnas d'*A Avenida*; por que só assim os

⁸⁸ O Domingo, Fortaleza/CE, Ano 1, N. 5, 17 jun. 1888, p. 7-8.

verdadeiros eleitos do talento acharão meio fácil de partir o casulo que os envolve, e desatarem o vôo n'uma escapada para o ideal. Trabalhar e lutar; na luta e no trabalho está o desenvolvimento da inteligência e do coração. Não esquecer nunca que uma bella frase é uma obra meritoria. Eis uma obra da conducta razoavel e logica.⁸⁹

A revista foi um semanário fundado em 1889 por Antônio Sales, Virgílio Brígido, José Carlos, Jovino Guedes e Papi Júnior, que também foram seus redatores. Sua publicação foi encerrada em 29 de julho de 1889⁹⁰ e contou com a participação de vários letrados, mas o editorial não foi assinado. A questão do trabalho, ou melhor, da formação de um mercado de força de trabalho livre seria solucionada com a abolição e com a instrução o que significaria que, com o acesso ao conhecimento adequado para o exercício de determinada atividade, o trabalhador estaria em condições de promover o progresso local e nacional. Ou seja, a ciência seria o instrumento utilizado pelo homem para modificar a sociedade, civilizando-a.

Após a libertação dos escravos a nível local, os letrados acreditavam que o Ceará havia de se preparar para “evoluir” por meio do trabalho. Os responsáveis pela evolução social local não poderiam ser outros senão os típicos homens do Ceará, que, em seus discursos, seriam a principal força de trabalho promotora das transformações sociais e econômicas, visto que eram considerados como adaptados ao meio, acostumados a lutar pela sobrevivência.

No conflito entre o avanço e o atraso propalado pelos letrados do Ceará, em fins do século XIX, a luta entre o homem e a natureza se fazia presente. E esse homem local somente seria capaz de vencer essa luta devido às suas características físicas e biológicas.

3.3 Raça e natureza

As interpretações dos letrados acerca do progresso social estiveram permeadas pelas ideias evolucionistas, conforme temos delineado. Para compreender o posicionamento dos homens de letras do Ceará acerca do papel do trabalhador livre é importante, também, compreender o debate racial que foi influenciado pelo ideário evolutivo. No Ceará, as teorias sobre a raças ajudaram os letrados a compor um pensamento que enfocava a composição

⁸⁹ **A Avenida**, Fortaleza/CE, Ano I, N. 1, 9 jun. 1889, p. 2.

⁹⁰ NOBRE, 2006.

racial do povo da província e de sua formação física e moral relacionado à sua predisposição ao trabalho. Para realizar essa análise não podemos deixar de compreender as reflexões sobre a diferenciação dos tipos humanos e como elas contribuíram para criar uma imagem que induzia a um pré-conceito sobre suas características morais.

O debate racial se desenvolveu no universo intelectual europeu e norte-americano ao longo do século XIX e foi recebido no Brasil a partir dos anos 1870, compondo o ideário evolutivo e sendo influenciado por ele. De acordo com Gould (1991), as ideias sobre as raças passaram a ser influenciadas pela ciência, entre fins do século XVIII e início do XIX. Nas sociedades europeias e norte-americanas, anatomistas, etnologistas e frenologistas⁹¹ passaram a traçar as categorias raciais, imputando aos indivíduos um caráter “inferior” ou “superior” a partir de suas conformações físicas. A princípio, os estudos desses pesquisadores baseavam-se mais em hipóteses, uma vez que dificilmente tinham contato com as populações de outros territórios. A partir da expansão europeia na primeira metade do século XIX os estudiosos das raças tiveram contato com outros povos, cuja aparente ausência de civilização fez com que os europeus passassem a elogiar sua própria história cada vez mais e a se ver como civilizados.

Legitimado pela Ciência, o racismo despertou novas perspectivas intelectuais sobre as transformações da espécie humana e engendrou pensamentos racialistas. Diferente do racismo, o racialismo não precisava de uma justificação baseada em estudos científicos, pois se resumia ao estudo da afirmação da inferioridade das raças não brancas, as quais eram consideradas subalternas, imperfectíveis e incivilizáveis. Havia a condenação da miscigenação, visto que a mistura entre elementos da raça branca com os de uma “raça inferior” originaria seres fracos, degenerados física, moral e psiquicamente. Contudo, dentro dos estudos racialistas do período, existiam também várias subdivisões da raça branca, definidas como diferenças morais, espirituais ou como “as características” de cada nação (MURARI, 2005).

Gould (1991) identifica como os principais naturalistas do século XIX Georges Cuvier (1769-1832), Charles Lyell (1797-1875) e Charles Darwin (1809-1882), que apresentavam opiniões que diferenciavam a raça negra das

⁹¹ “[...] estudiosos do caráter e das funções intelectuais humanas com base na conformação do crânio”. *In*: DESMOND, Adrian; MOORE, James. **A causa sagrada de Darwin**: raça, escravidão e a busca pelas origens da humanidade. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 57.

demais. Cuvier considerava a raça negra a mais degenerada das raças humanas. Para Lyell, tido como o fundador da moderna geologia, o cérebro do povo que habitava a região Sul da África, os bosquímanos, assemelhava-se ao dos macacos, o que indicava sua falta de inteligência. E Darwin havia escrito sobre um futuro em que a diferenças entre os homens e os símios seriam maiores, uma vez que previa a extinção das espécies intermediárias, como o chimpanzé e a etnia hotentote, nativa da África do Sul.

Dentre os estudiosos que eram defensores da igualdade entre os homens, Gould (1991) menciona o antropólogo alemão Johan Friedrich Blumenbach (1752-1840) e Alexander von Humboldt (1769-1859). Para Blumenbach, as diferenças raciais eram atribuídas às influências do clima. O antropólogo se opôs às hierarquias baseadas na aparência e nas capacidades mentais. No entanto, acreditava que as raças não brancas eram desvios da raça branca. Humboldt (1769-1859), assim como Blumenbach, contestava a hierarquização baseada na beleza e na capacidade mental e investiu contra toda forma de escravidão, pois a considerava como impedimento para o desenvolvimento mental, apesar de recorrer a diferenças intelectuais para resolver alguns “dilemas da história humana”. Gould afirma que Humboldt considerou os árabes como uma raça melhor dotada que as tribos citas do sudeste da Europa, pois aqueles haviam passado por um florescimento cultural e científico após o surgimento do Islã e as tribos não, mesmo ambos os povos sendo nômades e compartilhando o mesmo clima e ambiente. O naturalista Alfred Russel Wallace (1823-1913) também é considerado antirracista, pois afirmou que a capacidade intelectual de todos os povos era quase igual, pois para ele o cérebro dos selvagens era tão bom quanto o dos brancos, só não o eram porque não o usavam em sua totalidade, como indicava o “primitivismo de sua cultura”.

O debate sobre as raças atingiu seu auge nas últimas décadas do século XIX. Segundo Ventura (1991), um dos principais problemas antropológicos do século XIX foi o debate travado entre monogenistas e poligenistas surgido a partir do conceito de degeneração elaborado por Georges-Louis Leclerc ou Conde de Buffon (1707-1788). Naturalista francês do século XVIII e identificado com a corrente monogenista, Buffon estudou os efeitos do cruzamento entre cavalos e asnos e detectou uma degeneração no produto (o mulo, que é estéril). No entanto, defendia que essa degeneração se

restringia ao mundo animal e que havia uma “grande e única família de nosso gênero humano”, que se multiplicou e se dispersou pelo mundo, tendo se modificado em decorrência das ações do meio físico e ao modo de vida que levava e, assim, as diversas raças foram produzidas.

As ideias de Buffon foram retomadas no século seguinte sob uma óptica diferenciada por Louis Agassiz (1807-1873) e Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), que negaram a existência de uma origem comum dos homens – defendendo o poligenismo ou a separação das raças – e que a miscigenação resultaria em homens degenerados. Poligenistas e monogenistas utilizaram o degeneracionismo como argumento principal para explicar as diferenças entre os humanos, visto haver um certo respeito às Sagradas Escrituras, que não poderiam ser refutadas de modo irresponsável. Gould (1991, p. 30) identifica que a corrente poligenista se originou na Europa, mas se desenvolveu nos Estados Unidos, onde os americanos “ampliaram os dados que podiam ser citados em seu favor e realizaram um vasto conjunto de investigações que se baseavam em seus princípios”⁹². A ideia de Gobineau de que as “catástrofes políticas” teriam causas raciais juntou-se ao racismo de Agassiz e fortaleceu o pluralismo em relação à origem das raças humanas (DESMOND; MOORE, 2009).

Louis Agassiz conquistou sua reputação no continente europeu por ter sido discípulo de Georges Cuvier. Ele se estabeleceu nos Estados Unidos da América em 1846, onde se “converteu” à poligenia, tornando-se o seu principal defensor (DESMOND; MOORE, 2009; GOULD, 1991).

Agassiz esteve no Brasil junto com sua esposa, Elizabeth Cary Agassiz, que também era naturalista. Lorelai Kury (2001), em seu estudo sobre a expedição científica comandada por Agassiz na região Amazônica, entre os anos de 1865 e 1866, afirma que o naturalista em sua *Voyage au Brésil, 1865-1866* [*Viagem ao Brasil, 1865-1866*] (1867), avaliava negativamente o que chamava de hibridizações, ou seja, miscigenação entre as raças, pois afirmava que “o indivíduo resultante do cruzamento de diferentes raças perde as

⁹² Para Stephen J. Gould era óbvio que não era “acidental que uma nação que ainda praticava a escravidão e expulsava os aborígenes de suas terras tenha favorecido o estabelecimento de teorias que sustentavam que os negros e os índios eram espécies à parte, inferiores aos brancos”. In: GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 30.

melhores características das raças puras” (KURY, 2001, p. 169). Ou seja, o híbrido ou mestiço seria naturalmente degenerado.

Nos EUA, nos anos 1850, o pensamento do conde francês Arthur de Gobineau foi divulgado por meio de sua obra dividida em quatro volumes e traduzida do francês original *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853) para o inglês sob o título *The moral and intellectual diversity of races* [A diversidade moral e intelectual das raças]. Ricardo Sousa (2013) defende que para Gobineau a questão étnica era a informação fundamental para se compreender todos os problemas históricos, pois o naturalista francês entenderia que o declínio das civilizações antigas teria decorrido da mistura de uma raça originalmente pura com outras impuras. Portanto, no pensamento de Gobineau, a miscigenação era inevitável entre dominadores e dominados o que seria a causa da degeneração, uma vez que por meio dela se perderia as qualidades essenciais das raças superiores.

As teorias das desigualdades entre as raças foram recebidas no Brasil pelos intelectuais e estimularam estudos sobre a realidade do País. De acordo com os racialistas, como Agassiz e Gobineau, o Brasil era naturalmente degenerado, uma vez que era um país formado por um povo miscigenado. Deste modo, as diversas raças – branca, negra e índia, como geralmente eram referidas pelos evolucionistas estrangeiros e por alguns intelectuais brasileiros, que contribuíram para a construção do País – estavam fadadas à extinção.

Dentre as instituições brasileiras que se preocuparam com a questão das origens do Brasil que, influenciadas pelas ideias evolucionistas, também fomentaram pesquisas acerca da origem do homem, em especial do homem americano, estavam o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e o Museu Nacional do Rio de Janeiro (1818) (GUALTIERI, 2008). O tema da origem do homem foi destaque em estudos produzidos no Museu Nacional, a partir de 1875, na administração de Ladislau Netto (1838-1894). A maior demonstração da relevância dada aos estudos sobre a espécie humana ocorreu em 1882, com a Exposição Antropológica, em que houve a exibição de crânios, esqueletos e artefatos de tribos indígenas, que povoaram ou ainda povoam o território brasileiro.

Delineamos o debate sobre as raças para trazer elementos que colaboraram para a compreensão das interpretações dos letrados do Ceará acerca do homem local, do “típico homem cearense”, das suas características

físicas e da sua adaptabilidade ao meio físico que habitava. Podemos afirmar que as teorias de diferenciação dos tipos humanos concorreram para a formulação de pensamentos, pois construíram uma imagem do trabalhador livre europeu e do trabalhador livre do Ceará a partir de suas respectivas composições físicas e do papel que esses trabalhadores poderiam exercer na modernização do Brasil.

No Ceará, as reflexões sobre a origem do homem e a diversidade humana estiveram presentes no pensamento de Joaquim Catunda (1834-1907), estudado recentemente por Nivea Marques Monteiro. Em Catunda podemos encontrar elementos que evidenciam sua preocupação antropológica em relação ao homem brasileiro e do Ceará.⁹³

Divergentemente, os letrados do Ceará que fazem parte da nossa análise realizaram outro tipo de reflexão acerca das raças, principalmente considerando a composição física do homem local. Nos anos 1880, verificamos discursos relacionados ao progresso da província e do País, bem como ideias sobre o trabalhador nacional que apontam para o conhecimento acerca do debate sobre as raças.

Em relação à construção de uma ideia sobre as características morais do povo do Ceará, encontramos as reflexões de Gil Amora (1855-1888), em seu artigo “Hosana!”, publicado no jornal *Gazeta do Norte* na edição especial em homenagem à libertação dos escravos na província:

O povo cearense experimenta uma forte e vehemente emoção ao despontar o glorioso dia 25 de Março.

Tem sobeja razão. Essa data tem um fluido magnetico que nos enlouquece e embriaga.

E' uma legenda de luz que illumina as vastas cordilheiras, os extensos pampas, a immensidade das florestas, os povoados e os caminhos desertos, quebrando as gargalheiras.

[...]

O que não pude fazer a nação, fel-o os abolicionistas, sem sangue e sem polvora.

[...]

O egoísmo é um fenômeno biológico; é o instinto da conservação vital, com suas variedades e inclinações psicologicas que se oppõem a todo interesse geral, coletivo, universal. Ao altruismo, fenômeno social deve-se a reacção da liberdade contra o despotismo: ao instinto das collectividades humanas deve-se o triumpho da humanitaria idéa.

Eis aqui porque sempre as idéas egoistas soffrem a condemnação e o anathema da posteridade.

⁹³ Sobre o pensamento de Joaquim Catunda, ver: MONTEIRO, Nívia Marques. **Joaquim Catunda e a recepção do debate evolutivo na segunda metade do século XIX**. 173f. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

Falla a voz dos profetas da redempção traduzindo a impetuosidade do indígena, a coragem do tigre e do jaguar; e a escravidão expachela-se apesar da therapeutica dos pharisêos da idéa democrática.⁹⁴

Amora havia entrado para o Seminário de Fortaleza, em 1870, e depois seguiu para a Bahia, onde realizou estudos preparatórios no Liceu de Salvador. Entre 1875 e 1880 frequentou a Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se nesse último ano (STUDART, 1980). Gil Amora teve contato com dois ambientes intelectuais de destaque no Brasil do século XIX, visto que Recife e Salvador congregaram intelectuais de várias regiões do País que foram influenciados pelo ideário evolutivo. Dentre os letrados do Ceará que se formaram no Recife e na Bahia encontrava-se, por exemplo, Pedro de Queiroz e Rodolfo Teófilo, respectivamente.

Notamos também que o conhecimento adquirido no Seminário reverberava em seu texto por meio da presença de referências bíblicas. Ao refletir sobre a importância da libertação dos escravos no Ceará, Gil Amora considerava uma característica moral, o egoísmo, como uma herança biológica que favoreceria os indivíduos na luta pela sobrevivência. De acordo com o letrado, o egoísmo não contribuiria como desenvolvimento social, mas sim o humanitarismo, um sentimento que teria surgido nos homens devido sua convivência em sociedade. Compreendemos que no pensamento de Gil Amora, a modernização do Ceará havia se realizado porque os “libertadores” queriam “igualar” os homens ao promover a libertação dos escravos. Seu discurso constrói a ideia de que os homens das letras do Ceará, porque eram defensores do abolicionismo, eram evoluídos socialmente.

Observamos também que Gil Amora tinha conhecimento sobre a ideia de hereditariedade, de que os indivíduos herdariam características de seus ancestrais. No último trecho do texto que destacamos anteriormente, percebemos uma clara referência ao atavismo, ou seja, à ideia que afirma o reaparecimento de certos caracteres físicos ou morais nos descendentes, que não necessariamente poderiam estar presentes em seus ascendentes imediatos, mas nos distantes. O atavismo é uma lei da ideia de descendência, ou de herança dos caracteres formulada por Lamarck, da qual Darwin havia

⁹⁴ **Gazeta do Norte**, Fortaleza/CE, Ano 5, N. 64, 25 mar. 1884, p. 2.

lançado mão para pensar as leis da herança na origem das espécies⁹⁵, assim como os estudiosos das raças, que a utilizaram em estudos sobre a degeneração dos indivíduos devido à miscigenação. No sentido atávico, Amora considerava que a veemência ou impulso que os abolicionistas do Ceará tiveram em sua luta foi uma característica herdada do elemento indígena, destacando dessa forma sua participação na composição do tipo humano representativo do povo local, considerando a sua positividade.

Sobre a ideia de desigualdade entre as raças e a questão da degeneração decorrente da miscigenação, encontramos o pensamento de Antônio Bezerra para quem os “valores da alma” dos homens eram mais importantes que sua composição étnica, como podemos observar nos seguintes versos de seu poema “A Jose do Patrocínio”, no livro *Três Liras: poesias*:

Ergue esta fronte de bronze
Terrível batalhador!
Que o escravagismo s'esb'rôa
Da tua voz ao canglor;
Não tens tu n'alma a nobreza
Que constitui a grandeza
Dos verdadeiros heroes?
No craneo luz que incendeia
E que alumia a cadeia
De teus passados avós?

Avante, filho do povo,
Que a gloria alem ja transluz!
A inveja não mata o genio
Nem a treva offusca a luz!
O século é de quem mais luta
E traz a fronte impolluta
A's seducções do poder
Quem sob andrajos de pobre
Esmaga o brilho do nobre
Com os louros do saber

(...)

Qu'importa que não te ameiguem
Venturas de melhor cor,
Se tens de sobejo n'alma
Riquezas de mais valor?
- Character que não se ageita
Ao ver traser a grillheta
O ente que é nosso irmão,

⁹⁵ Castañeda aponta para vários aspectos do argumento geral de Darwin que dependem dos aspectos da hereditariedade, dentre os quais destacamos como influência do pensamento lamarckista: a importância do atavismo ou regressão para explicar o surgimento de novas espécies; e a importância do uso/desuso e da herança em idades correspondentes para explicar o surgimento de espécies novas. *In*: CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. As ideias de herança de Darwin: suas explicações e sua importância. **Revista SBHC**, n. 11, p.63-73, 1994.

- Talento que não se vende
E que mais bello resplende
Na luta com a escravidão.⁹⁶

José do Patrocínio (1854-1905), a quem o autor dedicou o poema, foi um jornalista e escritor abolicionista aliado à ala liberal republicana na Corte. Patrocínio esteve em Fortaleza entre 30 de novembro de 1882 e 10 de fevereiro de 1883, desenvolvendo atividades em prol da campanha abolicionista, angariando adesões e recursos financeiros, por meio de conferências pagas, cujos recursos foram destinados à compra de alforrias dos últimos escravos da vila do Acarape (atual município de Redenção), que em 19 de janeiro de 1883 foi a primeira vila no Brasil a libertar todos os escravos (SILVA, 2002).

Com o poema, Bezerra pretendeu homenagear a José Patrocínio devido ao seu apoio à luta pela abolição no Ceará e no Brasil. O discurso de Antônio Bezerra critica a ideia de degeneração no caso da miscigenação de Patrocínio, uma vez que ele foi filho de um padre e uma escrava, um homem branco e uma mulher negra. De acordo com as teorias das desigualdades das raças de Agassiz e Gobineau, José do Patrocínio era considerado mestiço e, por isso, seria naturalmente degenerado. Todavia, Bezerra declarou que a luta pela abolição mostrava que Patrocínio tinha valores morais “elevados”, por defender a modernização das forças produtivas com a libertação dos cativos.

João Lopes, em artigo publicado no *Gazeta do Norte* escreveu o seguinte sobre a emancipação dos cativos no Ceará:

A patria brasileira attinge hoje um novo estadio no caminho encetado para a civilização. A terra Cearense realisa o facto mais decisivo de sua evolução, marca o ponto culminante da história nacional. A eliminação do escravo na terra de José d'Alencar é um acontecimento tão grande em sua manifestação pura e simples, quanto complexo em suas ultteriores consequencias. Para os gloriosos vencedores de hoje é minimo, insignificante mesmo o facto de haverem restituído ás officinas do progresso 31 mil brasileiros até hoje exilados da communhão humana. O que é eminentemente grande, indizivelmente auspicioso é o effeito moral: incalculavel para os que dormem tranquilamente embalados pelo murmurio lugubre da senzalla: decisivo, completo para os que compreendem toda a extensão e intensidade do movimento civilisador que se opera no paiz contra o elemento servil.⁹⁷

⁹⁶ BEZERRA, Antônio; SERPA, Justiniano de; MARTINS, Antônio. **Três liras**: poesias. Fortaleza: Typographia Economica, 1883. p. 16-18.

⁹⁷ **Gazeta do Norte**, Fortaleza/CE, Ano 5, N. 64, 25 mar. 1884, p. 2.

O texto foi escrito para a edição especial sobre a abolição no Ceará, em 25 de março de 1884, ao qual João Lopes conferiu importância local e nacional. Conforme Gil Amora e Pedro de Queiroz, João Lopes também associou o fim do cativo à ideia de progresso, conferindo um caráter civilizador à conquista. Para João Lopes, mais importante que abolir a escravidão, a qual teria restituído os ex-escravos à sociedade, o que os faria participar dos avanços, era o seu efeito progressista. O exercício do trabalho livre contribuiria para o progresso que faria com que o País se congregasse às nações civilizadas. No entanto, o trabalho livre não haveria de ser realizado pelo trabalhador nacional, mas pelo estrangeiro. Dessa forma, os libertos não participariam do progresso e a civilização se realizaria pelo elemento estrangeiro que traria em si características “avançadas” e/ou “superiores”, uma vez que para Lopes o povo do Ceará era inferior.

Em seu discurso, o letrado não pensou a abolição associando-a à absorção da força de trabalho ex-escrava para a formação do mercado de trabalho livre, mas lançou a possibilidade do imigrantismo na sociedade do Ceará:

Quando, amanhã, o sangue caucasico, atrahido pela abolição, tiver trazido seiva sadia ao nosso solo e os milagres do trabalho livre tiverem dignificado o lugar do Brazil nas grandes officinas da industria moderna, o nome cearense fulgirá deslumbrante na memoria das gerações para as quaes estamos preparando uma patria livre.

E' quanto basta como recompensa para um povo tão excepcionalmente forte e digno.⁹⁸

Ao defender a entrada de trabalhadores estrangeiros na província, compreendemos que João Lopes acreditava que o Ceará precisaria de uma força de trabalho considerada capacitada para modernizar a província. Assim, o autor afirmou que os trabalhadores do Ceará não teriam a capacidade de promover transformações progressistas: ele considerava relevante que os europeus viessem e ensinassem como era ser desenvolvido, notadamente, por meio da experiência e do trabalho livre.

A instauração de um mercado de trabalho livre no Brasil foi acompanhada pela ideia do “europeu como condição de progresso”, aspecto que observamos no discurso de Lopes, o que mostra que ele estava alinhado ao pensamento que conferia ao imigrante, além da capacidade de executar as

⁹⁸ *Idem, Ibidem.*

tarefas, a condição de “refletir sobre elas, atraindo, assim, um ‘cabedal’ para as atividades produtivas” (SALLES, 1986, p. 80). Lopes indicou a possibilidade da entrada de trabalhadores europeus no País após o fim da escravidão. Em uma perspectiva nacional predominava o pensamento de que essa mão de obra europeia, branca e livre traria o conhecimento prático que ajudaria o Brasil a se modernizar.

João Lopes abordou a questão do trabalho livre associado ao imigrantismo, desvalorizando, desse modo, o trabalhador nacional. Preocupou-se também com a racionalização do trabalho, mostrando a reelaboração de sua noção. O trabalho escravo era marcado pelo preconceito ao negro considerado ocioso, indisciplinado, pois

Ao confundir aquilo que é resultado de uma determinada forma de exploração do trabalho com o trabalhador em si, como sendo qualidades inerentes ao próprio negro, o branco alijou-o do mercado de trabalho, como elemento de atraso e dispersão. Esse estigma de preconceito em relação ao negro ao mesmo tempo que justificava para o branco a violência do cativo, como necessidade para o rendimento do trabalhador, ao invés de necessidade do sistema de trabalho, dificultou o reconhecimento do negro enquanto agente social e se reproduziu no nível da ideologia como forte elemento para se isolar da concorrência de mercado de mão de obra uma fatia significativa da população (SALLES, 1986, p. 82).

Sobre o imigrantismo para o Ceará, também encontramos o editorial do *Gazeta do Norte* intitulado “Immigração”, do qual destacamos o seguinte pensamento:

Tem encontrado entre nós simpathyas e adhesões a idéa de canalisar para as provincias do norte uma derivação da corrente immigratoria.

[...]

E’ com effeito notavel, sobre esta como sobre todas as outras condições de vida e de progresso, a inferioridade desta parte do territorio brasileiro em relação ás outras regiões do império. Para esta provincia, particularmente, si o colono europeu não é factor essencial ao povoamento do solo, o é ao aperfeiçoamento do trabalho, ao desenvolvimento da actividade industrial.

Consultam, portanto, a uma necessidade indeclinavel os esforços tendentes a attrahir para o meio de nós essa corrente de immigração, cujos effeitos beneficos já se fazem sentir em algumas provincias do sul, como principalmente em S. Paulo, Rio Grande e Paraná.

O que cumpre entretanto é dar a esses patrioticos esforços uma direcção conveniente e efficaz.

[...]

E’ por isto que nos parece que, reconhecida como está a necessidade de attrahir para a nossa provincia a immigração

européia, deve-se ter a maior prudência e critério na escolha dos meios para consegui-lo.⁹⁹

O texto de um dos redatores do periódico apontou o desejo de promover a entrada do trabalhador estrangeiro no Norte do Brasil, acreditando em sua importância para o aperfeiçoamento da região. A justificativa para a importação do trabalhador europeu foi a afirmação da inferioridade do trabalhador local, que não teria os conhecimentos necessários para o desenvolvimento da atividade na indústria. Desta forma, podemos notar que a defesa da imigração europeia para as províncias do Norte foi fundamentada na ideia de que o trabalhador europeu seria mais capacitado que o trabalhador local.

O processo imigratório, principalmente de italianos para as áreas da Serra Gaúcha e no sul de Santa Catarina havia se intensificado a partir da década de 1870.¹⁰⁰ No discurso é claro o incentivo à importação da mão de obra europeia para o Norte do Brasil, para que os “efeitos” da modernização ocorressem na região. Com esse intuito, os letrados levaram em conta os aspectos que poderiam atrair os possíveis colonos europeus:

Toda tentativa de chamar colonos para uma região é ineficaz, sinão se despuzeram antes as condições para nellas fixal-os e para que os primeiros auxiliem por sua vez a continuação e o desenvolvimento da corrente.

Ora para isto não bastam as condições do clima e do solo.

Sem duvida que não faltam no Ceará atrações naturaes para o immigrante: a colonização européa pode para aqui encaminhar-se, sem deixar de satisfazer a condição essencial de dirigir se segundo as linhas isothermicas.

[...]

A essas condições naturaes muitas outras precisam ser accrescentadas pela acção do homem.

A colonização européa não se desenvolverá nesta provincia sem que o nosso solo esteja dotado de trabalhos e irrigação e sem que os meios de transporte hajam alcançado as regiões productoras.

A construção dos grandes açudes proporcionaria excellente ensejo de chamar para as nossas terras o trabalhador europeu, e de preferencia o lombardo, que viria encontrar aqui a irrigação artificial que fertilisa o solo de sua patria e educaria o nosso povo nos meios de bem utilisal-a.

[...]

⁹⁹ **Gazeta do Norte**, Fortaleza/CE, Ano VIII, N. 73, 5 abr. 1887, p. 1.

¹⁰⁰ Giralda Seyferth verificou a existência da motivação da imigração desde 1818, quando D. João VI assinou o Tratado de Nova Friburgo. O interesse do governo na diversificação da agricultura marcou a fundação de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, com a entrada de imigrantes suíços em 1819, bem como ao incentivo à colonização. *In*: SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./maio 2002.

Para atrair-o, portanto, para fixá-lo, para estabelecer uma corrente contínua a imigração, é preciso predispor-lhe condições de facilidade para a vida e de prosperidade para o trabalho.¹⁰¹

Não somente atrair esse trabalhador, mas o ideal era fixá-lo a terra, de acordo com as propostas modernizadoras do *Gazeta do Norte* em 1887. Ao analisarmos o texto percebemos que havia certo conhecimento acerca da adaptação ao território, onde clima e solo favoreceriam a permanência do europeu, acostumado a climas temperados, nos trópicos. Nesse contexto, o intuito dos letrados era fazer com que o imigrante ponderasse a semelhança da nova terra com a sua de origem e notasse as vantagens de lá se trabalhar. De acordo com o editorial, a imigração estava relacionada com a adaptação ao meio e à transformação da natureza pelo homem através da construção de açudes, estradas e canais de irrigação. Tais construções dariam um sentido civilizador ao local e

ajudava a firmar a imagem de um país que se construía pelo sacrifício daqueles, que ao buscarem sua própria sobrevivência, ajudavam a desbravar e a povoar um território ainda hostil (MURARI, 2009, p. 161-162).

Podemos afirmar que a defesa de uma imigração europeia para o Norte estaria relacionada à ideia de que a raça branca seria mais propícia para desenvolver o trabalho industrial. Não somente por causa da experiência, mas devido à herança de caracteres mais evoluídos ou adaptados ao tipo de trabalho.

De acordo com o editorial “Imigração”, a escolha do trabalhador europeu não era indeterminada, pois havia a preferência pelos lombardos, povo de origem germânica que ocupou a região setentrional da Itália e é conhecido por prosperar em um território considerado impróprio para agricultura por meio do desenvolvimento das técnicas de irrigação do solo.¹⁰²

Nesse sentido, Salles (1986) afirma que havia uma preferência pelos trabalhadores italianos, pois a Itália – devido às mudanças políticas e econômicas pelas quais passou no último quartel do século XIX, com a unificação dos estados da região –, oferecia trabalhadores acostumados ao trabalho agrícola e suas exigências estavam de acordo com às expectativas

¹⁰¹ **Gazeta do Norte**, Fortaleza/CE, 5 abr. 1887, Ano VIII, N. 73, p. 1.

¹⁰² Agricultura em Portugal pelo Systema Lombardo. **Revista Universal Lisbonense**. Lisboa: Typographia da Revista Universal Lisbonense, 1852.

dos proprietários brasileiros. Dessa forma, o conhecimento sobre as técnicas para a modernização do trabalho no Ceará seria ensinado para a população local, visto que era essencial para promover a agricultura, reputada como fonte de riqueza.

A natureza era comumente abordada como um obstáculo à civilização que deveria ser superado pelo homem. Por isso o estímulo ao imigrantismo de pessoas tidas como qualificadas para exercerem o controle sobre o ambiente natural e, assim, transformar a sociedade. A exclusão do trabalhador nacional, não branco, visava um distanciamento do escravismo e o melhoramento da raça por meio da entrada de europeus e de seu estabelecimento no País. Em fins do século XIX iniciaram-se as discussões acerca da má influência do meio e da possibilidade do aclimatamento (adaptação de um indivíduo a um clima diferente do seu original) ou não dos europeus no Brasil. De acordo com Rebelo (2007, p. 168), esse debate foi motivado pelas políticas de imigração europeia, que tinham basicamente dois objetivos: “o primeiro, povoar as terras inabitadas do Sul do país; o segundo, a substituição da mão de obra negra pela europeia, após o fim do tráfico negreiro”.

As políticas imigrantistas também fizeram parte do projeto dos intelectuais brasileiros de modernização nacional. Visando a adaptação do europeu, a melhor região para onde eles deveriam se destinar era o Sul devido ao clima ser mais ameno, semelhante ao seu de origem, bem como por ser a região que mais necessitava de braços para exercer o trabalho nas lavouras a fim de substituir o escravo. Diante da possibilidade da entrada em massa de uma força de trabalho considerada especializada e civilizada, os letrados do Ceará, na região Norte, também almejavam fazer parte desse projeto e, por isso, intentaram estimular a imigração europeia para a província. Todavia, o clima local não era favorável à adaptação dos trabalhadores europeus por ser quente e seco, a não ser nas regiões serranas, mais úmidas.

Para Seyferth (2002, p. 119) a escolha do imigrante ideal “teve seus determinantes biológicos articulados à predisposição da superioridade europeia”, com limitada participação da população nativa, tida como degenerada e incivilizada. E o determinismo climático foi a ideia que direcionou os locais para onde os imigrantes deveriam ir, onde o clima colaborasse para sua adaptação.

As características climáticas locais compuseram o discurso dos letrados tanto para criticar a escravidão e a posição dos escravistas e dos governantes, bem como para enaltecer os nativos e suas faculdades de superação ante às forças da natureza. Isto pode ser observado no editorial “Abaixo a escravidão”, publicado no jornal *Libertador*.

[...] é tempo que desapareça do meio de nós esta infâmia [a escravidão] que retarda o nosso progresso e nos distancia do lugar que compete-nos no congresso das nações.

Em quanto a liberdade não congregar-mos no mesmo amplexo, como irmãos que somos perante Deus e a humanidade, perante a civilização e o progresso, seremos um povo sem autonomia, sem consciencia do nosso valor, por quanto amesquinha a nossa grandeza, as instituições que nos governam, o desequilíbrio de acção, o poderio do forte contra o fraco, cuja permanencia criminosa, a despeito dos brados de indignação da imprensa livre, atira ainda á face da nação a repetição de scenas de horrores, praticadas a sangue frio e em pleno século XIX!

[...]

Se uma parte do império só sabe elevar-se auxiliada pelo braço do escravo, que lhe proporciona as comodidades da riqueza, alem da uberidade do solo, da regularidade das estações, da doçura do clima, que tudo lhe é favorável, nós os desamparados da fortuna, que luctamos com as calamidades inherentes a posição geographica de nosso trovão, para quem a vida é difficil e exige constante trabalho; nós os beduinos do deserto, acostumados a arrancar do solo o sustento quotidiano com muito suor da frente, devemos orgulhar-nos de termos sido os primeiros que enunciamos o trabalho livre e que primeiro extinguiremos o elemento servil, que tanto destoa do nosso adianta[mento].¹⁰³

É notável que a parte do Império apontada no texto se refere às províncias do Sul, que à época se destacavam economicamente por serem grandes produtoras e exportadoras de café e por serem as que mais requeriam mão de obra. Segundo esse discurso, essas províncias, além de possuírem solo fértil e clima agradável, viviam “comodamente” à custa do trabalho escravo.

De acordo com Araújo (2001), até os anos iniciais do século XX, a ideia de natureza que prevalecia entre a elite política e cultural brasileira era a de que o Brasil tinha uma “vocação agrária”. Havia a evocação da “fecundidade divina da terra”, representada, principalmente pela economia cafeeira. A questão apresentada era a da gestão da terra: era preciso uma boa gestão da natureza, pois era através dela que o País tomava seu lugar dentre as nações civilizadas. Logo, ao analisarmos o discurso dos letrados no Ceará, percebemos que a província destoaria desse Brasil fecundo, pois, por estar

¹⁰³ *Libertador*, Fortaleza/CE, 1 jan. 1881, Ano II, N. 1, p. 1.

localizada numa terra árida, era preciso que seus habitantes, despendessem um esforço maior para conseguirem o básico para sobrevivência.

No pensamento assinalado anteriormente, podemos notar que para os chamados libertadores era motivo de orgulho o fato de o Ceará, apesar de todas as dificuldades impostas pela natureza, ter sido a primeira província a proclamar a luta contra o cativo em favor do trabalho livre, visando o progresso. Eles estavam exaltando os habitantes de sua terra, ao mostrar que mesmo acostumados ou adaptados ao trabalho árduo, pois não tinham as tão mencionadas regalias, manifestavam o interesse em estar atualizados ao perfil de civilização e lutar pela liberdade.

A partir do texto percebemos que havia a crença de que a natureza não tinha sido generosa com o homem do Ceará, o qual, devido ao clima árido e ao solo pouco fértil, teria se esforçado mais para obter o alimento e sobreviver em meio às adversidades naturais, comparado aos habitantes das áreas consideradas mais férteis do território brasileiro.

O desejo e o incitamento do imigrantismo não era consenso entre os letrados. A ideia de que os trabalhadores europeus deveriam trazer a modernização e a “consequente” proximidade com o mundo civilizado também foi acompanhada pela valorização do nativo local. Os letrados afirmavam que a terra do Ceará era de difícil habitação e cultivo. Porém, o homem local, ao lutar por sua sobrevivência, teria desenvolvido suas habilidades, pois ele estaria adaptado a esse ambiente. Por meio das atividades cotidianas, do trabalho na terra pouco fértil e com a dificuldade de encontrar água nos períodos de escassez, o homem do Ceará teria encontrado soluções que tornassem possível sua permanência no local e o desenvolvimento mesmo que simplório de suas condições de vida.

Nesse sentido, Antônio Martins no seu artigo “Os quinze dias”, publicado n’*A Quinzena*, em 1887, período posterior à libertação dos escravos no Ceará, fez menção ao caráter livre da “terra cearense”, embora houvesse a dificuldade imposta pelo ambiente e pela política do governo imperial em relação à província:

Distanciada de todos os favores do governo e dos poderes políticos – a província lucta sempre!
E é pela evolutiva e constante acção de seus esforços que se conserva evidentemente ao par de suas mais fortes e favorecidas irmãs na communhão e no congresso do trabalho, em todas as suas multiformes manifestações.

Nenhuma tão prompta nem tão solícita como ella aos alarmas do progresso e da civilização.¹⁰⁴

Martins, como mencionamos, foi autor de poesias abolicionistas contidas no livro *Três Liras: poesias* e também colaborou no *Libertador*. O discurso nos mostra o pensamento que assevera a concepção de “autonomia” da província do Ceará em relação ao governo central e às províncias tidas como privilegiadas, que pode ser traduzida por uma ideia de abandono ou indiferença em relação ao Norte do País. Acreditamos que o objetivo do texto era declarar as mudanças pelas quais a sociedade havia passado, apesar de não haver incentivo nem financiamento de parte alguma. Mais do que mostrar o descaso era imperativo expressar a inferioridade para em seguida exaltar os resultados de se ter conseguido galgar as condições geográficas particulares, que ocasionaram a diferenciação entre Norte e Sul e que levou à formação de um tipo humano tido como mais apto, resistente, autônomo. No mesmo texto, Antônio Martins afirmou que

Em que pese aos nossos antagonistas, que são os antípodas da civilização, a terra livre do Ceará após todos os desastres da ultima secca de cinco anos, e, mesmo, dos constantes obstáculos que se lhe antepõem a política e o governo floresce a olhos vistos diante do estrangeiro e diante do paiz.

[...]

E' bem de vêr que o trabalho livre, sobrepuja todas as dificuldades que o rodeiavam.

O agricultor cearense, desfalcado embora, quase nas condições da Venus de Milo, realisa verdadeiros milagres, e as colheitas multiplicam-se de anno a anno com um augmento prodigioso.

O cearense é, como se justifica, o povo mais laborioso, mais activo, de toda a communhão brasileira, porque tem como legenda o – *Libertas quae sera tamen*.¹⁰⁵

Percebemos que o fator climático era atrelado ao discurso de superação das dificuldades na província. É importante observar que nesse texto, para Antônio Martins, a população local havia superado os entraves ocasionados pela seca de 1877, que assolou a província, bem como aqueles que eram contrários a abolição em todo o País. Para o letrado, o povo do Ceará seria o mais dado ao trabalho em todo o Brasil, pois mesmo com a carência de força de trabalho obteve bons resultados na lavoura e prosperava a cada dia. Assim, o autor criou uma imagem do povo do Ceará sob o seio da

¹⁰⁴ A Quinzena, Fortaleza/CE, Ano I, N. 1, 15 jan. 1887, p. 7.

¹⁰⁵ A Quinzena, Fortaleza/CE, 15 jan. 1887, Ano I, N. 1, p. 7.

dificuldade imposta pelo meio que o teria feito mais resistente fisicamente e determinado em seus objetivos.

Ao encontro desse pensamento de Antônio Martins, observamos no *Gazeta do Norte* o seguinte pensamento de João Brígido (1854-1913):

Só a abolição da escravidão foi obra do povo, produto de sua exclusiva mentalidade, do seu esforço e de sua convicção. Começou com a terminação de uma intensa calamidade, que ceifou, na província, para mais de 1000:000 mil vidas. Porque se cogitou de empresa tão ardua, após os luctuosos dias da secca de 1877-1879, por entre os túmulos, em frente á miseria, e cismando nos perigos do dia seguinte? No Ceará, por um destino, que não se desmentiu jámais, toda calamidade foi sempre um passo á frente. A seca de 1792 foi seguida do plantio do algodão e da fundação do commercio directo; a de 1825 deu incremento á cultura da cana; a de 1815 fez desenvolver-se a açudagem da província; a de 1877-1879 finalmente acabou com os captivos; a prova de que não ha mal, que a vontade humana não supere, e os infortunios de um povo quasi sempre lhe despertam uma faculdade, que dormitava.¹⁰⁶

Brígido utilizou metáforas botânicas, pois compreendemos que comparou o povo do Ceará a uma semente adormecida, que estava à espera de algo que a despertasse e a fizesse germinar. A seca seria, portanto, o fator que desabrocharia a espécie humana nativa da latência na qual se encontrava, fazendo emergir nos mais capacitados, os sobreviventes, virtudes que supostamente estivessem escondidas.

É importante notar que o discurso de Brígido construiu a ideia do papel do povo na libertação dos escravos do Ceará, realizada por meio de manumissão. Ora, essa atitude nos leva a acreditar que havia o intuito de dar destaque ao povo local, criando uma imagem progressista do mesmo para legitimar uma conquista dos letrados. Não negamos que a população tenha participado em certa medida da campanha abolicionista. No entanto, os líderes do movimento foram dos homens de letras.

A luta entre o homem e a natureza foi demonstrada pela “Mocidade Cearense” por meio da relação entre seca e povo, tema bastante presente em seus discursos. O povo local, entendido pelos letrados como estando adaptado ao meio em que vivia, teria conseguido superar as adversidades da natureza, obtendo bons resultados na lavoura, bem como a modernização de suas condições sociais que o inseriria no mundo civilizado.

¹⁰⁶ *Gazeta do Norte*, Fortaleza/CE, Ano 5, N. 64, 25 mar. 1884, p. 2.

4 O DISCURSO EVOLUCIONISTA EM FORTALEZA

Viver é lutar tanto no mundo physico, como
no mundo intelectual; a lei do mundo
physico é também a do mundo psychico;
ambos explicam-se pela teoria da evolução.
(*Cearense*, 18 set. 1885,
Ano XXXIX, N. 184, p. 2).

Neste capítulo dedicaremos nossa análise à percepção da influência das ideias evolucionistas de Charles Darwin e Herbert Spencer, destacando a forma como foram apropriadas pelos letrados no Ceará.

Intencionamos compreender o modo como a teoria da seleção natural e a noção de luta pela sobrevivência foram associadas à realidade do Brasil e da província. Da mesma forma, pretendemos entender como o ideário evolutivo interferiu na concepção de nação elaborada por Ernest Renan, um dos autores bastante lidos em fins do século XIX no Brasil, a qual serviu para pensar o País a nível mundial.

4.1 Charles Darwin e Herbert Spencer: a luta contra as adversidades

As discussões sobre as raças e a ideia de influência do meio físico sobre os indivíduos compuseram as interpretações dos letrados do Ceará no que diz respeito à composição física do homem nativo, às suas características morais e ao seu papel no desenvolvimento da província.

Vimos no capítulo anterior que o racionalismo compôs a elaboração de soluções que promovessem a modernização do Ceará. Por um lado, havia os letrados que valorizavam o trabalhador nativo, considerando-o apto a exercer as atividades que desenvolveriam as forças produtivas devido à sua adaptação ao ambiente. Por outro, havia aqueles que eram a favor da importação de mão de obra europeia, a qual além de ser tida como qualificada, devido à experiência na indústria europeia, trazia a possibilidade de melhoramento da “raça” local por meio da miscigenação.

O desejo pelas transformações econômicas, políticas e culturais expresso nos discursos dos letrados deveu-se ao ideário modernizante, composto e notadamente influenciado pelas teorias evolucionistas de Charles Darwin e Herbert Spencer. A visão de mundo evolucionista foi apropriada pelos homens de letras na defesa das modificações, as quais eram vistas como

aperfeiçoamentos indispensáveis para o progresso, que conduziria o país à condição de civilização ou nação civilizada.

Ao longo de nossa investigação percebemos nos discursos dos letrados do Ceará que o darwinismo e o spencerianismo contribuíram para a estruturação de um modo de pensar sobre o desenvolvimento da sociedade a partir da ação do homem. Sobre o Ceará, os homens de letras construíram a ideia de que o solo pouco fértil e a irregularidade das chuvas não facilitariam a sobrevivência do homem na província e que, apesar dessas dificuldades impostas pelo ambiente, o nativo teria se esforçado para extrair da terra elementos que proporcionassem seu meio de vida, ou seja, ele teria lutado pela sobrevivência.

Observamos a construção de uma ideia sobre o homem local relacionada ao pensamento evolutivo darwinista e spenceriano, no artigo “A mulher cearense”¹⁰⁷, de Abel Garcia (1864-1907), publicado na revista *A Quinzena*:

Neste breve ensaio sobre o espirito da mulher cearense, expomos apenas o que se nos afigura sufficiente para a elucidação do assumpto e pôde ajustar-se à capacidade de um artigo de revista.

[...]

A critica historica dos acontecimentos humanos nesta provincia, explicando a sua marcha e as condições de *meio* em que se produziram, e a observação no actual momento evidenciam a differença que ha entre o character cearense e a indole dos demais habitantes do paiz. Facilmente se reconhecerà isto como fundamento verdadeiramente scientifico si attender-se à infinita variedade de agentes ou influencias locaes, que têm aqui actuado sobre a vida humana.

Si é certo que as acções do homem são sempre influenciadas pelo meio que habita, por seu organismo e por suas aptidões adquiridas hereditariamente, convem explanar o processo pelo qual o typo physico e moral do cearense chegou a differenciar-se das feições characteristics dos brasileiros em geral.

No Ceará o homem é activo, arrojado e impressionavel. As fatalidades do meio deram-lhe às formas de vida a mais forte organização. Educado na luta, energico pela necessidade, tem mais de uma vez attestado brilhantemente o sentimento profundo de sua força.¹⁰⁸

Para além de perceber qual eram suas reflexões acerca da mulher, o nosso objetivo ao analisar o texto é entender como o letrado associou o meio

¹⁰⁷ O artigo divide-se em três partes nas seguintes edições da revista: **A Quinzena**, Fortaleza/CE, Ano I, n. 2, 30 jan. 1887, p. 9; **A Quinzena**, Fortaleza/CE, Ano I, n. 3, 15 fev. 1887, p. 23; **A Quinzena**, Fortaleza/CE, Ano I, n. 4, 28 fev. 1887, p. 25.

¹⁰⁸ **A Quinzena**, Fortaleza/CE, Ano I, n. 2, 30 jan. 1887, p. 9.

natural ao que ele denominou de “typo physico e moral do cearense”. Por isso nos deteremos à primeira parte do artigo do letrado.¹⁰⁹

Notamos no pensamento de Abel Garcia a presença do determinismo climático, que acreditamos ter sido influência das leituras sociais produzidas nos anos 1870 e 1880 no meio intelectual do qual fazia parte, bem como à sua formação da Faculdade do Recife. Garcia formou-se em Direito em 1886, momento em que o determinismo climático encontrava-se consolidado e era uma “certeza” no ambiente intelectual brasileiro. Em seu artigo, Garcia apontou para a influência do meio local na formação do homem do Ceará como o fator causador das diferenças entre este homem e os homens de outras regiões do País. De acordo com o letrado, o homem do Ceará teria sido forjado em meio as adversidades da natureza que o teria feito forte, tornando-o mais adaptado às suas condições de vida.

A ideia de adaptação dos indivíduos ao ambiente em que habitam provinha da teoria evolucionista de Darwin, a qual se encontra associada a concepção de luta pela sobrevivência ou *struggle for life*. Lilian Martins (2004) afirma que Darwin desenvolveu a noção de luta pela sobrevivência a partir da expressão “sobrevivência do mais apto”, cunhada por Spencer em seu ensaio “*The development hypotesis*” (1852) no qual discutiu a importância da contribuição de Lamarck para o pensamento evolutivo. De acordo com a teoria da evolução das espécies de Darwin, “a luta pela existência exerce influência sobre a seleção natural”¹¹⁰. Esta, a seleção natural, seria “uma força sempre pronta a atuar”¹¹¹ e que

procura, a cada momento e em todo o mundo, as variações mais insignificantes, rejeitando as nocivas, preservando e ampliando as que foram uteis, trabalhando de forma silenciosa e imperceptível, quando e onde surge uma oportunidade, no sentido de aprimorar os

¹⁰⁹ Cláudia de Oliveira realizou a análise do artigo “A mulher cearense”, dedicando-se principalmente a segunda e terceira parte, em que Abel Garcia buscou provar, baseado nas ideias do antropólogo francês Gustave Le Bon (1841-1931), grande divulgador das ideias científicas, porque algumas mulheres eram mais inferiores que outras em relação ao homem. Para a autora, “o objetivo de Abel Garcia é conduzir seu raciocínio na tentativa de explicar porque a mulher cearense destacava-se das demais brasileiras e, para isso, ele aponta novamente para o meio físico como um de seus grandes fatores responsáveis, na medida em que a mulher conseguia lidar com as adversidades de uma natureza que sempre lhe fora hostil”. In: OLIVEIRA, Cláudia Freitas. **Banquete literário**: as ideias “científicas” do século XIX nas produções literárias de Fortaleza (O Club Literário). 2000. 258p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000. p. 149.

¹¹⁰ DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. 5. reimpressão. São Paulo: Martin Claret, 2013. p. 89.

¹¹¹ *Idem*, p. 91.

seres vivos no que diz respeito às suas condições de vida orgânicas e inorgânicas.¹¹²

Podemos, então, estabelecer uma conexão entre o pensamento de Abel Garcia e o darwinismo e o spencerianismo, visto que Spencer e Darwin acreditavam que as condições do meio habitado pelas espécies ocasionavam modificações nos organismos (MARTINS, 2004). Spencer afirmava que

[...] se apenas sobreviverem os indivíduos capazes, as consequências serão muito mais felizes [...]. M. Darwin provou que a 'seleção natural', unida a uma tendência para a variação e para a hereditariedade das variações, foi uma das causas principais embora não a única, ao meu modo de ver – dessa evolução, graças à qual todos os seres vivos, desde os mais rudimentares atingirem sua atual organização, adaptando-se ao seu padrão de vida.¹¹³

Ao escrever sobre essa ideia da seleção natural ligada às variações, Spencer baseava-se no seguinte pensamento de Darwin:

Uma grande variabilidade hereditária e diversificada é favorável à ação da seleção natural, mas creio que, para que isso ocorra, sejam suficientes as meras diferenças individuais. A multiplicidade de indivíduos, apresentando maiores probabilidades de variações vantajosas em um determinado espaço de tempo, compensa uma variabilidade individual menor, sendo este, segundo meu modo de ver, um fator muito importante para o sucesso da seleção natural. Embora a Natureza precise de longos períodos de tempo para o trabalho da seleção natural, esse tempo não é indefinido, uma vez que todos os seres vivos estão lutando, por assim dizer, para se apoderar de seu lugar na economia da Natureza; se alguma espécie não se modificar e não se aperfeiçoar tão rapidamente quanto seus concorrentes, ela logo será extinta. A seleção natural não pode agir sem que alguns descendentes herdem as variações vantajosas da espécie.¹¹⁴

Em Darwin e em Spencer, as modificações benéficas ocorridas nos organismos dos indivíduos ao longo do tempo favoreceriam a espécie na luta pela existência, pois promoveriam a sobrevivência dos mais aptos. Percebemos na continuação do artigo “A mulher cearense” que a ideia de luta pela vida foi apropriada por Garcia no que concerne às modificações herdadas hereditariamente. Assim, de acordo com o letrado, o homem do Ceará estaria mais adaptado, pois por meio da seleção natural teria herdado características de seus ancestrais que foram transformadas ao longo do tempo, fazendo-o o tipo ideal para a região.

¹¹² *Idem*, p. 111.

¹¹³ SPENCER, Herbert. **O indivíduo e o estado** (1884). Bahia: Livraria Impresso Editora: s/n. p. 97.

¹¹⁴ DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. 5. reimpressão. São Paulo: Martin Claret, 2013. p. 129-130.

No pensamento de Garcia, a seleção natural afigura-se da seguinte forma:

Como é sabido, a concorrência vital é um dos factores mais importantes da evolução social.

[...] a contribuição da – selecção natural – resultante do conflito vital, para a constituição do caracter cearense [...]

Desde o seculo XVII, até onde alcança a historia do accidente natural – a secca –, tem se reproduzido em ordem regular, periodicamente, este fenomeno regido por lei imutavel talvez, mas ainda não estudado scientificamente. Determinando profundas e successivas mudanças nos diversos processos industriaes, usos e costumes do povo, activava as funcções organicas e mentaes do homem. D'ahi resultou o facto de observar-se no cearense notavel desenvolvimento intellectual e uma quasi hypertrophia da sensibilidade.

Bracejando com grandes dificuldades, arrastado no fluxo e refluxo de uma vida accidentada de perigos e aventuras dramaticas em emigrações forçadas, obtinha essa energia caracteristica e vivacidade de imaginação que, em irisações fulgurantes, transluz na poesia natural dos cantos populares. Adaptando-se ao meio, conseguia resistir às forças geologicas conspiradas contra todo o principio de vida organica. pela selecção depuravam-se as energias, triumphando os mais fortes.¹¹⁵

No seu estudo acerca do Clube Literário e da revista *A Quinzena*, Cláudia Oliveira (2000, p. 130) também analisa essa primeira parte do artigo de Abel Garcia, à qual damos destaque, afirmando que o letrado se apoiou na noção de evolução, tomando-a como um conceito prático, próximo de sua realidade, e não um conceito meramente teórico. De acordo com a autora, o letrado haveria dado exemplos “do seu próprio cotidiano e de suas ações” para demonstrar a evolução do povo do Ceará e a seca seria vista “como fator responsável pela existência de um espírito forte do povo, oriundo das sequenciais privações sofridas pelo flagelo”.

Aprofundando a análise de Oliveira (2000), acreditamos na influência da teoria da seleção natural no pensamento de Garcia. Notamos que, para o letrado, a seca era o elemento causador das transformações nos indivíduos, bem como era o mecanismo de seleção que promovia a perpetuação dos mais adaptados. No discurso do letrado, os períodos de escassez seriam momentos de difícil sobrevivência em que o povo era obrigado a modificar seus hábitos. Dessa forma, a seca estimularia o surgimento de características adaptativas que seriam transmitidas aos descendentes, as quais explicariam a peculiaridade do homem do Ceará em relação aos homens de outras áreas do

¹¹⁵ *A Quinzena*, Fortaleza/CE, Ano I, n. 2, 30 jan. 1887, p. 10.

Brasil. Entendemos, portanto, que em busca da sobrevivência, o homem do Ceará travava um conflito contra a situação ocasionada pela seca.

La Vergata (2009) considera que Darwin, apesar de não ter tratado particularmente do tema da guerra em seus escritos, o menciona rapidamente em *The descent of man and selection in relation to sex (A origem do homem e a seleção sexual)* (1871) em que “aplica a teoria da evolução pela seleção natural à criatura privilegiada” e, por isso, o define como darwinista social. O naturalista teria insistido

que a luta pela sobrevivência é necessária ao progresso e que o homem não se teria elevado ao nível atual se a pressão demográfica não tivesse estimulado a concorrência e se a seleção não tivesse premiado os mais capazes (LA VERGATA, 2009, p. 238).

La Vergata (2009) extraiu do pensamento de Darwin a ideia de que a guerra teria um significado biológico-evolutivo, embora nenhum de seus trabalhos contenha elementos que o autorizem a realizar tal afirmação, como o próprio autor escreve. Todavia, podemos ter em vista que a relação entre o homem do Ceará e a seca é conflituosa, uma vez que esta ameaçaria a sobrevivência e contribuiria para a seleção dos mais aptos ou mais adaptados ao ambiente. Por isso, podemos afirmar que Abel Garcia entendeu a seca como um mecanismo que selecionaria os organismos mais adaptados.

Observamos que de maneira diferente de Garcia, para quem a natureza era o mecanismo de seleção natural, encontramos a reflexão de Antônio Martins, na qual os abolicionistas locais eram vistos como heróis. Martins afirmou que o povo do Ceará foi responsável pelo surgimento daqueles que lutaram pela libertação dos cativos. Em seus *Versos*, sobre a libertação dos escravos no município de Acarape (atual Redenção), contido no livro *Três Liras: poesias* (1883), Martins fez a seguinte afirmação:

Quando a Patria se redime
E o Povo é seu redemptor,
A tyrannia se esgrime
No sabre libertador;
Nas tempestades da guerra
O sangue os olhos aterra,
Mas – esta victoria encerra
Uma epopeia de amor!
[...]
O povo – é o rei dos tyrannos,
– É o guante da humanidade;
Produz Grachos na poeira
Forja heróes na adversidade:
Elle faz reis por brinquedo,

Depois, com a ponta do dedo,
 Fal-os voar n'um torpedo,
 N'um *trapo* de magestade!
 E' assim que o povo se ergue
 Mesmo após longo dormir;
 As vigas rompe do alvergue
 Para o infinito medir;
 Si é escravo pensa um dia...
 E á luz das phylosophias
 – Promove as grandes orgias,
 Faz a Bastilha cahir!¹¹⁶ (grifo nosso).

No discurso de Martins podemos perceber a influência da noção de seleção natural. Na visão do letrado, o povo do Ceará tinha sido considerado o próprio mecanismo que selecionaria os indivíduos mais aptos para a luta abolicionista. Isto é, o povo era o fator que moldaria os chamados “heróis”, ou libertadores, defensores da abolição dos escravos. Acreditamos que o letrado fez uso do princípio da seleção natural para construir uma ideia de que os abolicionistas foram forjados pelo povo, pois eram tidos como os mais aptos para promoverem a luta contra o cativo, na qual foram vitoriosos, devido aos bons resultados com as libertações. Por serem produzidos pelo povo, a atuação da “Mocidade Cearense” em prol da libertação dos cativos era considerada legítima, pois entendemos que para Martins isso seria uma vontade popular.

Antes de prosseguirmos com a análise dos discursos dos letrados é relevante mostrar que a teoria da evolução de Darwin – divulgada no seu livro *The origins of species (A origem das espécies)* (1859) – é considerada por muitos estudiosos¹¹⁷ o auge do debate evolucionista.

O evolucionismo é uma teoria geral que busca explicar, por exemplo, o desenvolvimento, a extinção, a variabilidade e a distribuição das espécies (BOWLER, 1989). Não poucas vezes a teoria da evolução das espécies de Darwin foi confundida com o próprio evolucionismo, que passou a ser

¹¹⁶ BEZERRA, Antônio; SERPA, Justiniano de; MARTINS, Antônio. **Três liras**: poesias. Fortaleza: Typographia Economica, 1883. p. 65.

¹¹⁷ Dentre os estudiosos que destacam *A origem das espécies*, de Charles Darwin, um livro de grande repercussão, que levou a diversos questionamentos na comunidade científica em todo o mundo, podemos citar: DESMOND, Adrian; MOORE, James. **A causa sagrada de Darwin**: raça, escravidão e a busca pelas origens da humanidade. Rio de Janeiro: Record, 2009; MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil** (1870-1922). São Paulo: Alameda, 2009; GUALTIERI, Regina Cândido Ellero. **Evolucionismo no Brasil**: ciência e educação nos museus (1870-1915). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008; GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

considerado o mesmo que darwinismo¹¹⁸, o qual é uma teoria particular, uma ramificação que busca esclarecer vários aspectos acerca das espécies por meio do mecanismo de seleção natural.

No Brasil, a recepção do evolucionismo se inseriu no “caudal do ‘cientificismo’” e o darwinismo, o spencerianismo e o haeckelismo – teoria do naturalista alemão Ernst Haeckel (1834-1919), que adotando o princípio da seleção natural admitiu, inclusive, a geração espontânea – contribuíram para a realização de estudos e discussões, principalmente, sobre a origem do povo americano e a formação do povo brasileiro.¹¹⁹ Augusto Cezar de Miranda Azevedo (1851-1907), José de Araújo Ribeiro (1800-1879), Domingos Guedes Cabral (1852-1883) são apontados por Gualtieri (2008) como os principais divulgadores do evolucionismo no Brasil.

Waizbort (2012, p. 61) afirma que 1875 foi um ano em que o darwinismo se tornou conhecido por meio das *Conferências Populares da Freguesia da Glória*, no Rio de Janeiro, em que o médico Miranda Azevedo defendeu que o darwinismo “era necessário para explicar o lugar superior do homem na natureza e na escala dos seres”. O também médico Guedes Cabral defendeu “posições claramente materialistas e darwinistas, dentre as quais a ideia de que o cérebro humano era o cume de um processo progressivo de evolução”. Já o romancista Augusto Emílio Zaluar publicou *O Doutor Benignus*, considerada a primeira obra de ficção científica do Brasil em que há referência a Darwin e à teoria da evolução, bem como “ao lugar reservado à espécie humana no cenário natural brasileiro”.

O darwinismo e o spencerianismo permearam as concepções acerca do meio natural, da sociedade e da raça, as quais se transformaram e

¹¹⁸ “O termo ‘darwinismo’ foi cunhado em 1864, por Thomas Huxley (1825-1895), estudioso da morfologia animal, grande polemista e defensor de Darwin (...). Pretendia, com a expressão criada, referir-se ‘às ideias de Darwin’. Alfred Russel Wallace (1823-1913), naturalista que chegou, independentemente, às mesmas conclusões de Darwin relativas à seleção natural, por sua vez, publicou, em 1889, um livro denominado *Darwinismo*, reforçando essa terminologia”. In: GUALTIERI, Regina Cândido Ellero. **Evolucionismo no Brasil: ciência e educação nos museus (1870-1915)**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008. p. 20

¹¹⁹ Collichio afirma que a partir da teoria biológica de Darwin, Haeckel a desenvolveu, “formulando a lei segundo a qual ‘a história da evolução individual ou ontogênese é uma repetição abreviada da história evolutiva da espécie ou filogênese, conforme as leis da hereditariedade e da adaptação ao meio’. O haeckelismo, aceitando o princípio da seleção natural, levava às últimas consequências as ideias de Darwin, admitindo a ‘geração espontânea’. Sustentava que um organismo – a monera – teria sido a origem de todas as espécies animais. Assegurava que a origem única dos seres não permitiria qualquer teleologismo.” In: COLLICHIO, Terezinha Alves Ferreira. **Miranda Azevedo e o darwinismo no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 15.

passaram a ser compreendidas de forma diferente ao longo do século XIX. O pensamento científico e social contribuiu para que essas concepções passassem a ser entendidas como estando em constante transformação. Essa nova forma de pensar fomentou reflexões acerca da evolução das sociedades e das espécies em geral, dentre outros questionamentos.

A importância do evolucionismo darwinista reverberou, inclusive, na teoria de Spencer acerca da evolução da sociedade, visto que posteriormente ficou conhecida como darwinismo social¹²⁰, apesar de ter escrito sobre sua ideia de evolução anteriormente a Darwin, conforme vimos. Se por um lado Darwin influenciou o pensamento de Spencer e teve primazia na divulgação de suas ideias, por outro também teve sua teoria da seleção natural influenciada por Spencer, uma vez que Lilian Martins (2004) afirma que os autores fizeram parte do mesmo círculo intelectual e que houve uma influência mútua na maneira de pensar de cada um. Deste modo, podemos afirmar que os letrados do Ceará estavam a par das discussões sobre o evolucionismo e o utilizaram em suas interpretações conforme estamos delineando neste trabalho.

Dando prosseguimento à nossa investigação, sobre o evolucionismo, encontramos no jornal *Cearense* na seção “Litteratura” o artigo “Minhas senhoras, meus senhores”, dividido em duas partes, em que há a afirmação de que

A teoria geral da evolução, a teoria da progenese, no sentido o mais amplo, como concepção philosophica do universo, sustenta que existe na natureza inteira um grande processo evolutivo, uno, continuo e eterno, e que todos os phenomenos da natureza, sem exceção, desde o movimento dos corpos celestes e a queda de uma pedra até o crescimento das plantas e a consciência do homem, acontecem em virtude de uma só e mesma lei de causalidade, n'uma palavra que tudo é reductivel á mechanica dos átomos.¹²¹

O texto foi assinado pelo Dr. F. C. Sousa Pinto (1848-1895). No Ceará, o letrado exerceu carreira burocrática como Terceiro Escriurário do Tesouro Provincial e Segundo Escriurário da Tesouraria Geral da Fazenda. Após sua formatura em Direito pela Faculdade do Recife, em 1881, foi nomeado Secretário do Tribunal da Relação de Fortaleza e, em 1888, mudou-

¹²⁰ O termo “darwinismo social” foi cunhado em 1944 pelo historiador Richard Hofstadter, autor do livro *Social darwinism in american thought* (1860-1915). In: VEIGA, José Eli da. Darwinismo e humanidades. Seminários de genética e biologia evolutiva, 2014, São Paulo. **Palestras...** São Paulo: IB/USP, 2014. Disponível em: <<http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=22634>>.

¹²¹ **Cearense**, Fortaleza/CE, Ano XXXIX, n. 184, 18 set. 1885, p. 2.

se para a Amazônia e não retornou mais ao Ceará¹²². Em nossa perspectiva, Sousa Pinto enquanto representante do governo provincial, tendo em vista os cargos que ocupou, apropriou-se do evolucionismo para pensar o progresso da sociedade local. Acreditamos que sua formação lhe havia dado subsídios para que pudesse realizar uma reflexão em que a modernização da província estava ligada às teorias evolutivas em voga no final do século XIX.

No discurso, notamos que Sousa Pinto compreendia a teoria da evolução como uma visão de mundo que explicava toda a dinâmica do universo. Desse modo, os pressupostos do evolucionismo explicariam desde inquietações científicas até as que diziam respeito aos aspectos sociais ou aos assuntos mais triviais, como notou Monteiro (2014) em seu estudo sobre a recepção do pensamento evolutivo no Ceará na segunda metade do século XIX. De acordo com a autora, até o modo como as parisienses andavam eram explicados com a ajuda da teoria de Darwin.¹²³

Nessa perspectiva, Sousa Pinto valeu-se da teoria evolucionista para explicar a sociedade e propôs soluções:

A vida é uma lucta, e ou defina-se ella como Virchow, um caso especial da mecanica, sua fórmula a mais complexa, aquella onde as leis ordinarias da mecanica se realisão sob as condições as mais extraordinarias e as mais variadas, enfim um caso particular do movimento; ou se defina, como Spencer, a combinação definida de mudanças heterogeneas ás vezes simultaneas e sucessivas, em correspondencia com co-existencias e sequencias exteriores, a adaptação continua de relações externas; é certo que a vida organica é a relação do organismo com o meio ambiente onde existe, e a lei de equivalencia entre a acção do meio e a reacção do organismo é o q' constitue a fatalidade do desinvolvimento material, o automatismo da materia organica inferior, ainda mesmo da selecção natural pela qual se aperfeioa; mas o homem póde dominar esta lei de equivalencia, quer agindo sobre as circumstancias que o cercão, para modifical-as e adaptal-as á sua vida, quer actuando sobre os seus proprios instinctos para adaptal-os ao seu progresso e ao de sua espécie, em virtude do poder de que é dotado o homem para escolher e melhorar as condições de sua existencia e do seu desenvolvimento.

Mocidade cearense, erguei-vos a altura da vossa missão; si as condições mesologicas com que tendes de luctar vos indicão um combate herculeo, não esmoreçaes, trabalhae, tende a crença no povir, e vós vencereis, pois que a crença nas grandes idéas é talvez a mais poderosa força social [...]

¹²² **Revista do Instituto**, Fortaleza/CE, Ano XXXI, tomo 31, 1917, p. 229-230.

¹²³ Em nota de rodapé do seu trabalho, Nívia Monteiro faz a seguinte citação: “Um sábio americano explicou, com a ajuda da teoria de Darwin, a razão porque as parisienses andam de uma maneira muito mais graciosa e elegante do que as outras mulheres”. Segundo a pesquisa da autora, essa nota havia sido publicada no jornal *Globo* e foi reproduzida no jornal *Cearense*, Ano XXXVII, N. 190, 4 out. 1882. p. 2. In: MONTEIRO, Nívia Marques. **Joaquim Catunda e a recepção do debate evolutivo na segunda metade do século XIX**. 173f. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. p. 133.

Meus senhores, agradeço-vos a atenção com que tendes ouvido, si as idéas que emitti merecem a vossa atenção, protegei-a com o ardor próprio do character de um povo a quem a natureza ensinou a lançar-se valente no *struggle for life*; si não forem digna do vosso apoio, permittí que de vossa decisão apelle para o futuro, elle decidirá qual de nós tem rasão.¹²⁴ (grifos do jornal).

O letrado demonstrou seu conhecimento acerca do debate evolutivo, ao mencionar duas das visões acerca do *struggle for life* ou luta pela vida: a do médico alemão Rudolf Virchow (1821-1902)¹²⁵ e a de Herbert Spencer, que foram influenciados pela noção de seleção natural de Darwin. Nesse discurso, o que nos interessa é observar que Sousa Pinto se apropriou da concepção darwinista social em que o homem teria consciência das mudanças e capacidade para mudar a si e sua realidade, visando o desenvolvimento da espécie e da sociedade. Porém, em seu pensamento, o homem responsável pelas transformações seria o homem de letras, pois para Sousa Pinto, o conflito ocorreria entre o meio e a “Mocidade Cearense”. Portanto, o grupo de letrados do Ceará dos anos 1880 teria a missão de vencer as condições mesológicas para fazer evoluir a sociedade em que vivia.

Martins (2004, p. 287), ao estudar a influência de Lamarck em Spencer, mostra que o filósofo “considerava a seleção natural como um dos fatores envolvidos na evolução orgânica, mas que tinha algumas limitações” e “de modo análogo ao próprio Darwin, não a considerava o único e exclusivo meio de modificação das espécies”, uma vez que considerava a importância de outros fatores como “o efeito do uso e do desuso e a transmissão das características adquiridas aos descendentes”.

Em Spencer havia dois mecanismos diferentes que contribuíam para a preservação e permanente reformulação de um estado de equilíbrio na existência dos seres vivos: a compensação direta e a compensação indireta.

A *compensação direta* era o que Spencer também chamava ‘*adaptação*’, e a *compensação indireta* era o que, nesse momento, Darwin já tinha denominado ‘*seleção natural*’. Todavia, no *sistema* de Spencer a função dessa segunda forma de compensação só podia ser entendida a partir da primeira. Para Spencer, o fator evolutivo chave era a adaptação fisiológica projetada evolutivamente pela transmissão hereditária das modificações funcionais que esta

¹²⁴ **Cearense**, Fortaleza/CE, Ano XXXIX, N. 185, 19 set. 1885. p. 2.

¹²⁵ Rudolf Virchow além de médico atuou como naturalista, político antropologista e filósofo. É considerado o sanitarista alemão mais importante do século XIX, bem como é reconhecido com o Pai da Patologia Celular. In: MAGALHÃES, Márcio. Por uma medicina científica e humanista: a atualidade da obra de Rudolf Virchow. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 537-538, abr./jun. 2010.

adaptação exigia em cada vivente individual. Eis aí, nessa projeção evolutiva da adaptação fisiológica, o núcleo da teoria da evolução biológica proposta por Spencer. O organismo responde às contingências do entorno modificando-se, e essas modificações, ao serem transmitidas hereditariamente, acumulam-se produzindo a evolução da linhagem (CAPONI, 2014, p. 1).

Ponderamos que, influenciado pelo darwinismo social, Sousa Pinto afirmou que a reação do homem sobre as condições de vida, que de certa forma lhes eram impostas era fundamental para o aperfeiçoar enquanto espécie e ser social. Assim, entendemos que para o letrado o homem tinha a faculdade de se adaptar ao agir para modificar e desenvolver positivamente sua espécie e suas condições de existência. Ou seja, ele estava em consonância com o pensamento de Spencer, visto que segundo Caponi (2014) – nessa perspectiva que compreende o homem como apto para adaptar a si e sua realidade –, o filósofo evolucionista defendia que a adaptação fisiológica era o principal elemento para o fator evolutivo.

É importante percebermos que o evolucionismo influenciou as análises sociológicas acerca do Ceará, fazendo parte do repertório de leituras dos letrados e fornecendo elementos que contribuíam para a elaboração de explicações “corretas” por serem embasadas em conhecimentos científicos. As leituras sociais realizadas pelos letrados construíram ideias segundo as quais os homens eram os responsáveis por inserir a si e sua realidade no mundo considerado civilizado.

Em meio ao debate evolucionista e civilizatório, o *status* de nação desenvolvida era almejado principalmente pelos grupos letrados dos países que não faziam parte da América do Norte nem da Europa Ocidental. Então, a questão é sabermos o que era entendido como nação e como o ideário evolutivo foi utilizado pelos intelectuais na elaboração do que seria uma nação, ou uma comunidade nacional progressista.

4.2 Nação e evolução

Conforme analisamos até o presente momento, para os homens de letras do Ceará a modernização política, econômica e cultural correspondia ao progresso, que levaria o País e a província a se congregarem ao mundo considerado civilizado. A visão de mundo evolucionista permeou o ideal progressista, entendido pelos intelectuais como um desenvolvimento gradual e sempre benéfico em que a atuação do homem seria essencial. Nesse interim, a evolução era vista como sinônimo de progresso, e o progresso era entendido como condição para a civilização.

Renato Ortiz (2012, p. 15) assinala que

Elaboradas na Europa em meados do século XIX, essas teorias, distintas entre si, podem ser consideradas sob um aspecto único: o da evolução histórica dos povos. Na verdade, o evolucionismo se propunha a encontrar um nexo entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história; aceitando como postulado que o “simples” (povos primitivos) evolui naturalmente para o mais “complexo” (sociedades ocidentais), procurava-se estabelecer as leis que presidiriam o progresso das civilizações. Do ponto de vista político, tem-se que o evolucionismo vai possibilitar à elite europeia uma tomada de consciência de seu poderio que se consolida com a expansão mundial do capitalismo. Sem querer reduzi-lo a uma dimensão exclusiva, pode-se dizer que o evolucionismo, em parte, legitima ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental. A “superioridade” da civilização europeia torna-se assim decorrente das leis naturais que orientariam a história dos povos.

As ideias evolucionistas junto ao desenvolvimento industrial na Europa Ocidental e nos Estados Unidos contribuíram para construção de um ideal de civilização e nação progressista por parte dos intelectuais.

Conforme vimos nos capítulos anteriores, as mudanças que ocorriam nessas sociedades em decorrência do desenvolvimento econômico eram consideradas progressistas, pois eram tidas como melhoramentos das condições de vida. No Brasil, nas três últimas décadas do século XIX, as interpretações acerca da sociedade estiveram fundamentadas no conjunto de leituras influenciadas pelo evolucionismo e pelas teorias raciais. O darwinismo, o darwinismo social e o racialismo fizeram parte do ideário europeu, que promoveu discussões sobre a evolução das espécies, incluindo a humana, bem como das sociedades.

A recepção do ideário evolutivo despertou nos intelectuais brasileiros indagações acerca do Brasil enquanto nação, principalmente a partir da formação do seu povo relacionada ao meio. Nas análises de Louis Agassiz e de Arthur de Gobineau, o Brasil encontrava-se em um estágio “inferior” no processo civilizatório. E isso, em parte, devia-se ao fato de o País ter se constituído por um povo miscigenado, e que, por isso, seria naturalmente degenerado e incapaz de se civilizar. Entretanto, os estudiosos brasileiros – ao se apropriarem das teorias raciais para pensar sua realidade – passaram a compreender o País em suas peculiaridades.

O evolucionismo foi relacionado ao determinismo mesológico e racial para explicar as características do povo e do Brasil e, assim, contribuiu para a elaboração de uma visão positiva acerca da evolução da nação pela maioria dos intelectuais brasileiros. Para Roberto Ventura (1991), o racismo passou a ser adotado, quase unanimemente, a partir de 1880 e a questão racial ou étnica se tornou central nas reflexões sobre a implantação do liberalismo e do trabalho assalariado. Por conseguinte, podemos entender a razão da defesa do abolicionismo, visto que uma nação progressista deveria ser edificada por meio do trabalho livre tal como vinha ocorrendo nos países europeus.

No Ceará, no final do século XIX, o debate dos letrados produziu discursos que proporcionaram a construção de interpretações diferenciadas e influenciadas pelo ideário evolutivo, com a finalidade de desenvolver e inserir a província e o País no processo civilizatório. Ao buscarmos entender como o ideário evolutivo interferiu na forma como o nacionalismo foi pensado pelos letrados do Ceará, encontramos no jornal *Gazeta do Norte* o editorial intitulado “Era nova”, que declara:

Como tudo quanto tem começo de existencia, a ideia oferece uma genese que, as mais das vezes, se occulta nos mysterios do passado, e uma historia que se deve estudar no seio das massas populares.

A's vezes cercada de luminosa aureola de luz, outras anegrada por sombrios acontecimentos, esta historia é um repositorio do quanto amou e soffreu, alegrou-se e chorou, esperou e descrêo essa personalidade moral, que se chama humanidade.

Sem levar em conta as generosas, porem, inscientificas concepções de um governo do mundo, guiado pelos principios de uma philosophia que adopta por ponto de partida em criterio da verdade meia duzia de supostas verdades absolutas, o ser humano é tão inviolavel como qualquer das cousas que formam a existencia universal.

Composto dos mesmos elementos chimicos ou phisicos, diferenciando-se apenas na forma e estrutura intellectual dos outros

seres, não lhe cabe senão o papel que ha representado atravez dos seculos nas diversas regiões da terra.

E' o que devera ser.

Sob este ponto de vista, a legitimidade dos fenômenos sociaes decorre da sua permanencia, dos motivos especiaes que lhe deram origem, como as raças, os meios e as tradições.¹²⁶

Esse discurso liberal não cita a palavra nação, mas compreendemos que ele está permeado pela ideia que privilegiava certa igualdade entre as raças humanas. Identificamos a contestação das teorias que afirmavam a desigualdade ou uma composição diferenciada dos tipos humanos, bem como a ênfase na formação moral dos indivíduos. Notamos, também, a compreensão de que os homens, de modo geral, diferenciavam-se dos demais seres vivos em decorrência de suas capacidades cognitivas, que os tornavam responsáveis pelas mudanças nas regiões que habitavam desde tempos remotos. Desta forma, para os liberais do *Gazeta do Norte* as transformações sociais resultariam da combinação de fatores como a raça, o meio e a cultura de cada comunidade.

Na continuação do texto, que podemos observar a seguir, percebemos que esse discurso era uma crítica aos conservadores, que estariam baseados em ideias que justificavam a escravidão por meio da diferenciação entre os homens. Por isso, os conservadores, segundo os liberais, seriam contrários à ideia progressista que apoiava a abolição dos escravos:

Para os corações sensíveis, ungidos de certa religiosidade philantropica; para os temperamentos facilmente impressionaveis, governados por suggestões dos sentidos, para as almas desacostumadas a fria analyse do raciocinio, o spectaculo apparente das cousas humanas tem muito de encommodo, feio, tortuoso e imperfeito.

Basta que os acontecimentos se desviem dos preconceitos tradicionaes de ideias preconcebidas, de sentimentos por longo tempo acariciados, para que o observador descubra-lhes deffeitos, erros e ate horrores.

[...]

Felizmente para nossa estabilidade, não é dada a acção pessoal, nem mesmo á natureza operar saltos mortaes, mudanças bruscas, como ja no ultimo seculo observava Lineu.

[...]

Essas explanações pelo domínio da philosophia social vêm como explicação da nova phase em que a provincia acaba de entrar pela eliminção dos elementos que perturbavam sua economia.

Referimo nos aos resultados colhidos pelo esforço individual na extinção do elemento escravo, já condemnado pelo regimem producto do Ceará.

¹²⁶ **Gazeta do Norte**, Fortaleza/CE, Ano III, N. 3, 6 jan. 1883. p. 2.

A amplitude de acção a que atingiram as sociedades abolicionistas, o largo campo em que ellas semearam a semente da transformação do trabalho nacional são os primeiros estadios de uma evolução que approximarâ o Brazil das civilisações adiantadas da Europa e America do Norte.

Para o Ceará suou a hora desta evolução.

Tendo recebido minguado contingente escravo, no período colonial, e lhe sendo difficil radicar os processos agricolas do sul: forçado a manter e desenvolver a industria de criação, que exige certa liberdade de acção no industrial, nunca fez cabedal do braço servil, nem firmou a sua riqueza e prosperidade.

O empobrecimento geral, em consequencia da secca, a depreciação inevitável d'este genero de mercancia, depois da lei de 28 de Setembro, apressaram a eliminação do elemento perturbador.

O sólo estava preparado para receber a pedra fundamental do novo edificio social. Obreiros não faltaram.¹²⁷

O pensamento de que as mudanças ocorreriam gradualmente foi indicado pela influência do evolucionismo de Carl von Linné (1707-1778), botânico sueco, mais conhecido no Brasil como Lineu. Durante muito tempo da sua vida, Lineu acreditou que “o número de espécies existentes era o mesmo da época da Criação, ou seja, para ele as espécies eram fixas, imutáveis” (PRESTES; OLIVEIRA; JENSEN, 2009, p. 103). Com os estudos de Darwin é que essa concepção de Lineu, que também era a de muitos naturalistas da época, foi desconstruída. Isso porque passou a ser compreendido que a evolução das espécies se dava por meio de modificações que ocorriam em um longo período de tempo.

No discurso dos letrados do periódico *Gazeta do Norte*, as teorias evolucionistas aparecem associadas ao desenvolvimento social, o qual, no caso brasileiro, ocorreria principalmente com a luta pela abolição. A libertação dos trabalhadores escravos, para os letrados, objetivava o avanço social característico das comunidades nacionais tidas como avançadas. Uma nação se formaria por meio do esforço de homens que teriam a vontade de fazer avançar a sociedade em que viviam.

Acreditamos que esse modo de pensar a comunidade nacional formada por homens livres tinha influência da nova concepção de nação, que estava se desenvolvendo nos anos 1880, e era influenciada pelo pensamento do historiador francês Ernest Renan (1823-1892), pois para ele

um grande agrupamento de homens, de espírito sadio e coração ardoroso, cria uma consciência moral que se chama de nação. Enquanto puder provar sua força através dos sacrifícios que exigem a

¹²⁷ *Idem, Ibidem.*

abdicação dos indivíduos em prol de uma comunidade, essa consciência moral será legítima, terá o direito de existir.¹²⁸

Em sua conferência *Qu'est-ce qu'une nation? (Que é uma nação?)*, proferida na Universidade de Sorbonne, em Paris, no dia 11 de março de 1882, Renan mostrou-se contra a ideia de nação que se tornava cada vez mais comum em seu tempo, a qual vinculava nacionalidade e origem etno-linguística. Todavia, qual era a concepção de nação que se encontrava em voga em fins do século XIX?

Antes de prosseguirmos com a análise e para entendermos os discursos dos letrados do Ceará, consideramos relevante mostrar que as discussões acerca do nacionalismo não eram uma novidade surgida a partir ou devido à influência do ideário evolutivo. Os nacionalismos passaram a ser pensados entre fins do século XVIII, foram desenvolvidos por intelectuais ao longo do XIX e sofreram influência do debate evolutivo que se popularizou a partir de 1859, com publicação de *A origem das espécies* de Charles Darwin.

Eric Hobsbawm (1990) elucida que de 1780 a 1870 diversos estudiosos buscaram estabelecer critérios objetivos que determinassem os nacionalismos, ou que explicassem o porquê de certos grupos terem se tornado nações e outros não. Dentre esses intelectuais, Hobsbawm cita o jornalista, economista liberal e ensaísta britânico Walter Bagehot (1826-1877), que mostrou a história do século XIX como sendo a da “construção de nações”. Segundo o historiador, com frequência, as tentativas de determinar os critérios de definição de uma nação foram realizadas com base na língua ou na etnia, ou combinando a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros elementos que estabelecessem semelhança entre os indivíduos.

De 1830 a 1880 um povo seria classificado como nação a partir de três critérios. O primeiro era “sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável”. O segundo era a “existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito”. O terceiro e último “era dado pela capacidade para a conquista” (HOBBSAWM, 1990, p. 49). Essas determinações faziam parte da ideia de que o desenvolvimento da nação era

¹²⁸ RENAN, Ernest. Que é uma nação? **Revista Plural; Sociologia**, USP, São Paulo, 4, p. 154-175, 1. sem. 1997. p. 175.

uma fase para o progresso, ou para a evolução, e que partiria de uma organização simples, como a família ou a tribo, e atingiria o grau de comunidade nacional. Tal definição fazia parte da ideologia liberal para a qual a nação evidenciava o estágio evolutivo que deveria ser alcançado na segunda metade do século XIX.

Nesse cenário, uma comunidade nacional era determinada pela (re)construção de um passado comum que gerava o sentimento de pertença nos indivíduos. Fatores como a unidade étnica ou linguística, e outros elementos que indicassem uma continuidade histórica, ajudariam a construir e a legitimar os marcos de identificação das nações. De acordo com Pesavento (2003) a nação é uma categoria de reconhecimento do “nós”, que pressupõe a existência do(s) outro(s) e que necessita invocar origens, fixar fatos, nomes e datas com a finalidade de gerar um culto à memória. Esse modo de se construir uma nação se sustentou como um processo “natural” e inquestionável de afirmação identitária, das diferenças e dos atributos individualizantes de cada povo que constituía um Estado nacional no século XIX.

A partir de 1880 as determinações do nacionalismo sofreram mudanças, visto que demandar o direito de autodeterminação, ou seja, reivindicar o direito a um Estado independente poderia ser feito por qualquer grupo ou corpo de pessoas que se considerasse nação. Dessa forma, as “nações” seriam “não históricas”, não teriam um passado comum e as características étnicas e linguísticas passaram a ser o critério principal. Houve também uma mudança para a qual a expressão “nacionalismo” foi criada, ocorrida no direto político à nação e à bandeira, que atingiu os movimentos não estatais, bem como os sentimentos nacionais dentro dos Estados-nações que estavam estabelecidos (HOBBSAWM, 1990).

Benedict Anderson (2008) pondera que as nações, em sua distinção como comunidades políticas, também são comunidades imaginadas por seus membros, que – mesmo sem conhecer, encontrar ou ouvir falar da maioria de seus companheiros – conseguem constituir uma imagem viva da relação que existe entre eles. Ao fazer essa afirmação, Anderson baseou-se em Renan, na passagem de sua conferência na qual o historiador francês assegurou que “a

essência de uma nação está em que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também tenham esquecido muitas coisas.”¹²⁹

No sentido de que a nação é uma comunidade imaginada, acreditamos que em fins do século XIX, diante do pensamento da mudança da concepção de nação influenciada pelo evolucionismo, os intelectuais brasileiros imaginaram o Brasil, gerando um sentimento de pertença nos indivíduos e de crença em um futuro progressista em que a raça era um fator que não impediria ou dificultaria a evolução do País.

A mudança nos critérios de definição das comunidades nacionais nos anos 1880 teve notadamente a contribuição da ideia de nação de Ernest Renan. Para Renan, em fins do século XIX, cometia-se um erro muito grave: “confund[ia]-se a raça com a nação, e atribui[a]-se a grupos etnográficos, ou antes linguísticos, uma soberania análoga à dos povos realmente existentes”¹³⁰. A partir dessa sua ideia, o historiador francês buscou mostrar o que em seu entendimento caracterizava e permitia o surgimento de uma nação, recusando os aspectos linguísticos, religiosos, geográficos e étnico-raciais como explicações e/ou definições de uma comunidade nacional.

De acordo com Murari (2005), as teorias de identidade racial das nações foi o tema fundamental da conferência de Renan e estava ligada à fase do nacionalismo europeu compreendida entre os anos 1880 e 1914, cujos movimentos defendiam que qualquer coletividade que se considerasse nação tinha o direito à formação de um estado independente.

O Brasil havia se constituído como um país predominantemente mestiço. A miscigenação ocorrida entre as raças branca, indígena e negra, de acordo com os teóricos raciais como Agassiz, teria sido responsável por originar um povo degenerado e não civilizável; e o espaço físico brasileiro era visto como natureza e tropicalidade exótica, em que o meio era associado à raça, os quais seriam os elementos responsáveis pelo atraso da sociedade e cultura brasileira (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Por isso, a concepção de nação de Renan, que desconsiderava o fator racial e o ambiental, dava a possibilidade de os intelectuais brasileiros acreditarem no avanço do País a fim

¹²⁹ Cf.: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 32; RENAN, Ernest. Que é uma nação? **Revista Plural; Sociologia**, USP, São Paulo, 4, p. 154-175, 1. sem. 1997. p. 162.

¹³⁰ RENAN, Ernest. Que é uma nação? **Revista Plural; Sociologia**, USP, São Paulo, 4, p. 154-175, 1. sem. 1997. p. 158.

de fazê-lo se congregar às nações consideradas progressistas, mesmo sendo formado por um povo considerado naturalmente atrasado.

Ora, de acordo com Renan, o surgimento da nação dependeria do interesse de todos os indivíduos em promover o progresso da comunidade, ou seja, uma nação seria formada devido e por meio da vontade de um conjunto de homens que assim o quisessem. E somente homens livres e independentes teriam a possibilidade de querer formar um Estado nacional e dar impulso ao seu desenvolvimento.

Ernest Renan foi um dos autores mais lidos no final do século XIX por diversos intelectuais brasileiros, principalmente pelos abolicionistas. Em uma época em que as teorias raciais e os evolucionismos estavam em evidência, e que diversos estudiosos afirmavam a superioridade do homem branco sobre os demais tipos humanos, a nação do modo como era concebida por Renan foi uma alternativa que influenciou as interpretações dos letrados brasileiros sobre a formação do País e do seu povo.

Diante das discussões acerca do nacionalismo, compreendemos por que os letrados do jornal *Gazeta do Norte* no editorial analisado – “Era nova” – se consideravam progressistas por defenderem a libertação dos trabalhadores cativos em contraposição àqueles que eram contrários à abolição. Eles acreditavam que uma nação teria de ser composta por homens livres, cujo trabalho promoveria o progresso social. Notamos que para esses homens de letras, o Ceará encontrava-se no rumo certo em direção à civilização.

Em seu discurso, os letrados do *Gazeta do Norte* defendiam uma mudança prática – a abolição – e se arrogavam como “obreiros” que contribuiriam para a evolução social. Assim, eles defendiam as transformações que modernizariam a província e o Brasil, o qual se tornaria uma comunidade nacional, por ser constituído por homens livres, independentemente de sua herança étnico-racial.

No jornal liberal *Cearense*, notamos um pensamento semelhante ao dos letrados do *Gazeta do Norte* no editorial intitulado “A nação soberana”:

O governo da nação pela nação é o typo para o qual tendem todas as organizações políticas pela evolução natural dos espiritos. E' o ideal para o qual caminham os povos, na luta incessante do passado contra o futuro, do direito contra a força, da civilização contra a barbaria, qualquer que seja a forma, de que esta se revista. Chegarão mais cedo os povos, que mais compenetrados se mostrarem da consciencia de seu direito, procurando exercê-lo com

segurança e calma, sempre no terreno da legalidade, que é o da liberdade: <<sub lege libertas>>.

[...]

O Brasil é uma nação ainda nova, a qual não faltarão condições de engrandecimento desde que o povo por suas virtudes se erguer ao nível da grandeza physica com que a natureza nos distinguiu.¹³¹

Os letrados fundamentavam o projeto civilizatório do Brasil no ideário progressista. A nação era o resultado “natural” da evolução do povo, ou melhor, do esforço deste em construí-la. No respectivo texto, o aspecto da raça nem sequer é mencionado, mostrando um pensamento que tendia a criar uma imagem de igualdade entre os membros do País, ou pelo menos amenizar as diferenças físicas, intelectuais e sociais existentes, destacando as virtudes morais. Essa maneira de pensar sobre a relação entre nação e povo estava concatenada à concepção nacionalista que se constituía nos anos 1880, para a qual a existência de uma comunidade independia de uma preexistência de peculiaridades culturais, geográficas ou étnicas.

Não há dúvidas de que a elite intelectual tinha conhecimento de que o Brasil era um país formado por um povo miscigenado. Por isso, o novo nacionalismo se adequava ao Brasil: uma nação mestiça que avançaria em decorrência do trabalho de seus cidadãos, que não seriam pré-determinados por suas características físicas, e sim por suas virtudes.

Renan havia mostrado uma alternativa aos nacionalismos de sua época e não esteve apartado do debate em torno das teorias raciais, participando dele ao considerar a inexistência de raças puras, as quais eram bastante defendidas pelos racialistas europeus, ao afirmar que

A consideração étnica não foi de qualquer importância na constituição das nações modernas. A França é celta, ibérica, germânica. A Alemanha é germânica, celta e eslava. A Itália é o país mais etnicamente embaralhado: gauleses, etruscos, pelasgos e gregos, sem falar de outros elementos, cruzam-se ali uma mistura indecifrável. As ilhas britânicas, em seu conjunto, oferecem uma mistura de sangue celta e germânico em proporções especialmente difíceis de definir.

A verdade é que não há raças puras e que basear a política sobre a análise étnica é baseá-la sobre uma quimera. Os países mais nobres – a Inglaterra, a França, a Itália – são aqueles em que o sangue é mais misturado. A Alemanha seria uma exceção desse ponto de vista? Que ilusão! Todo o sul alemão foi gaulês. Todo o leste, a partir do Elba, é eslavo. E as partes que se pretendem realmente puras – elas de fato o são?¹³²

¹³¹ **Cearense**, Fortaleza/CE, Ano XXXVI, N. 235, 31 out. 1881. p. 1.

¹³² *Idem*, p. 166.

Embasados nos estudos sobre as raças, os racialistas defendiam a existência de raças puras, a branca e a negra, por exemplo, em que a branca era considerada superior a todas as outras. De acordo com Renan, pensar em uma pureza das raças era equivocado, uma vez que as chamadas raças puras eram misturas de diversas etnias existentes dentro da própria raça, além de conceber a mutabilidade do conceito de raça. Por isso, o historiador desconsiderou o fator racial como relevante para a definição de uma comunidade que almejava a autodeterminação. Para Ernest Renan,

a raça, tal como nós, historiadores, a entendemos, é algo que se faz e se desfaz. O estudo da raça é capital para o estudioso que se ocupa da história da humanidade – mas não tem aplicação em política. A consciência instintiva que presidiu ao desenho do mapa da Europa não levou em conta a raça, e as grandes nações da Europa são nações de sangue essencialmente mesclado.

O fator racial, decisivo na origem, vai assim perdendo gradualmente importância. A história humana difere essencialmente da zoologia. A raça não responde por tudo, como acontece entre roedores e felídeos, e não se tem o direito de andar pelo mundo afora a apalpar o crânio das pessoas e dizer-lhes: “És do nosso sangue: tu nos pertences!” Para além das características antropológicas, estão a razão, a justiça, o verdadeiro e o belo, que são os mesmos para todos.¹³³

Podemos perceber que Renan tentou mostrar que a raça não determinaria toda a vida social dos indivíduos, como era propagado pelo pensamento racial desenvolvido pelos frenologistas e antropólogos, que realizavam estudos baseados na análise dos crânios de homens e mulheres, buscando classificá-los etnicamente e determinar seu caráter e suas tendências morais ou comportamentais. Compreendemos que, de acordo com Renan, acima da raça estavam as virtudes que congregariam os indivíduos em seus interesses comuns.

Percebemos a nítida associação entre os nacionalismos embasados no pensamento renanista e as teorias evolucionistas em voga no final do século XIX no seguinte texto do *Gazeta do Norte*:

E' triste o que se passa, no fim do seculo 19, num paiz educado á europeia, e que estuda e trabalha á mercê da longa experiência e da intuição das raças privilegiadas.

Há quatro annos, debate-se um problema, já solvido por toda parte, e não foi possível tocarmos á solução! Os governos se succedem, e os campeões da idéa succumbem agora, para se erguerem mais logo, sem que se adiante um passo!

Fallamos da extincção do captivo no Brazil, a que estava reservada a vergonha de ser precedido pela ilha de Cuba, no reconhecimento

¹³³ *Idem*, p. 168.

do direito que tem o homem aos próprios braços, para prover a sua subsistência e conservação.¹³⁴

Essa passagem pertence ao editorial intitulado “A politica imperial”, no qual notamos que para os letrados colaboradores do jornal era desanimador ver o Brasil, cuja elite intelectual era formada nos parâmetros europeus, não conseguir avançar no que dizia respeito à abolição dos cativos. Compreendemos que esses letrados evocavam sua formação cultural “progressista” para reivindicar a abolição, pois quanto mais demorava a acontecer, mais o avanço do Brasil era adiado e o País demoraria a se civilizar. Para eles o problema da libertação dos escravos estava sendo subestimado, pois até mesmo Cuba – um pequeno país da América, após um complexo processo de emancipação gradual – conseguiu extinguir a escravidão em 1886¹³⁵, enquanto o Brasil continuava escravocrata. Desse modo, os letrados se questionavam sobre o que estaria impedito o avanço do País:

Que emperro, ou que fatalidade, nos traz adstrictos ás theorias e princípios, que immobilisãm, fazendo surgir na America, o império do meio?

Tem-se medo de andar, e prefere-se a paralyisia ao perigo dos tropeços, como se a marcha da humanidade fosse o deslizar sereno do carro de Apollo, não assim um saltitar continuo sobre as syrtes e urzes de que a vida está semeada.

Pretende-se que resgata perfeitamente a vergonha do Brazil o gozo pacifico, por muito tempo do suor alheio. Acredita-se que corrige perfeitamente o vírus, em circulação no corpo social, [...], que communique virtude ao cerebro diretor!

Tudo em detrimento da geração que chega! A nós outros, os contemporaneos, não caberia gosar mais, que a satisfação de preparar dias melhores para os que nos vão succeder na posse desta opulentissima natureza, pecúlio imenso para as raças mais pretenciosas.¹³⁶

Percebemos que o fator que dificultava a modernização do Brasil era a vontade dos membros da elite que desejavam manter as regalias do regime de trabalho escravo sem considerar as transformações que fariam a nação se congregar as sociedades europeias. De acordo com o discurso era relevante pensar no futuro da nação. Por isso. a evolução da sociedade estava em primeiro lugar.

¹³⁴ **Gazeta do Norte**, Fortaleza/CE, Ano VII, N. 246, 29 out, 1886. p. 1.

¹³⁵ Para mais informações sobre o processo de emancipação dos escravos em Cuba ver: MATA, Iacy Maia. Sentidos da liberdade e encaminhamento legal da abolição: Bahia e Cuba – notas iniciais. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 66-90, 2011.

¹³⁶ **Gazeta do Norte**, Fortaleza/CE, Ano VII, N. 246, 29 out, 1886. p. 1.

Nas reflexões acerca do Brasil como nação notamos a ausência de referências à composição racial do povo. Acreditamos que, para a elite letrada liberal do Ceará, acima da característica composicional dos membros do País, que seriam tidos como degenerados e atrasados, estava o seu progresso, o qual seria atingido por meio do trabalho dos cidadãos.

A crença de que o Brasil avançaria – independente das teorias que consideravam a inferioridade do povo – baseava-se na convicção da adaptação do povo ao ambiente em que vivia, pois “os brasileiros, mestiços ou negros, seriam inferiores, mas adaptados ao seu meio” (MAIO, 2004).

A partir da pesquisa nas fontes, nos periódicos que circulavam em Fortaleza na década de 1880, podemos perceber que os colaboradores dos jornais liberais, em especial os do *Gazeta do Norte*, eram os principais defensores da evolução do Brasil e da província do Ceará baseada na abolição dos escravos. E, mais de uma vez em suas páginas, encontramos referência à ideia de que o esforço individual contribuiria para o progresso da nação. Para demonstrar como isso poderia ocorrer, o jornal veiculou a seguinte notícia:

Por intermédio do nosso chefe o commendador Antonio Pinto Nogueira Accioly acaba o visconde de Mecejana de offerecer a província 4 predios na cidade do Aracaty, sendo 1 sobrado com 3 portas, 1 andar e sotão, 2 casas com 2 portas cada uma e uma dita com 3 portas.

Esse valioso donativo do illustre cearense que ha alguns annos vive ausente da província natal, mostra quanto a estremece.

Não é a primeira vez que o visconde de Mecejana patenteia seus sentimentos patrióticos. Sem ir longe basta lembrar os 6:000\$ de reis que em 1884 offereceu para auxilio da instrucção publica, e a compra de 100 escravos em Pernambuco, em 1885 para restituil-os á liberdade.

Serviços desta ordem, ao passo que ennobrecem a quem os presta, aceleram efficazmente a marcha progressiva da nação, collocando-a ao lado das que gozam os refinamentos da civilisação.

Os Estados Unidos, onde a munificencia de cidadão estende-se ás artes, letras, sciencias, obras publicas, etc, não devem pouco a iniciativa e concurso de seus filhos; sua civilisação é em parte a consequencia do esforço individual liberalisado por simples patriotismo.

No Brazil, so de poucos annos a esta parte, começou a desenvolverem-se taes sentimentos, e quando eles se traduzem em beneficios públicos precisam ser notados, não esquecidos, para servirem de estímulo ou exemplo a quem elles podem aproveitar.¹³⁷

¹³⁷ *Gazeta do Norte*, Fortaleza/CE, Ano IX, N. 126, 7 jun. 1888. p. 1.

O visconde de Messejana, Antônio Candido Antunes de Oliveira, havia nascido em Aracati no Ceará, onde foi negociante e proprietário, mas mudara-se para Pernambuco, onde faleceu.¹³⁸

Para além da relação existente entre o referido visconde e os letrados do *Gazeta do Norte*, que elogiaram os seus feitos, observamos o destaque dado à iniciativa particular desse “ilustre cidadão”. As atitudes do visconde de Messejana concorriam para os melhoramentos em uma vila particular da província do Ceará, a do Aracati, sua terra natal, e foram tomadas como exemplo que poderia incentivar outros homens de posses a colaborarem para o desenvolvimento local e/ou nacional.

De acordo com o texto, uma vez que as ações particulares promovidas por homens que tivessem condições de realizá-las resultaram em benefícios para diversos âmbitos da sociedade, como ocorria no caso dos Estados Unidos, compreendemos que se os homens abastados da província adotassem esse modo de contribuição social, tal como o visconde de Messejana, os avanços ocorreriam de uma forma mais rápida. Dessa forma, os letrados colaboradores do jornal *Gazeta do Norte* afirmavam que as mudanças sociais ocorriam não em decorrência de uma vontade popular, mas das concessões de membros social e economicamente privilegiados, os quais teriam um espírito público e patriótico voltado para o progresso.

Na busca pelo progresso, os redatores do *Gazeta* enfatizaram seu papel como letrados defensores das ideias que convergiriam para acelerar o processo civilizatório do País:

Completa hoje nove annos de existencia este periodico. Circumstancias especiaes determinaram seu apparecimento em 1880, e desde então só temos tido motivos para insistir na lucta que travamos em prol dos principios liberaes. Guiado pelo sentimento do dever, não nos affastamos um só momento da linha que traçamos para attingir mais seguramente as culminações do programma liberal. O que temos feito é apenas o reflexo dos bons desejos que nutrimos de servir o partido, a que estamos filiado, e um estímulo para melhor interpretar os principios democraticos, que são os da maioria da nação. Não nos desvanesce a trajectoria feita, mas enche-nos de legitima satisfação o favor com que temos sido acolhidos pela opinião.

¹³⁸ Não encontramos referências às datas de nascimento e falecimento do visconde de Messejana nem outras informações que auxiliassem nossa análise acerca desse sujeito histórico. Os dados mencionados no nosso texto foram encontrados em: STUDART, Guilherme (Barão de). **Diccionario bio-bibliographico cearense**. 1, 2 e 3 v. Edição fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

De 1880 pra cá, as necessidades do paiz têm crescido de par com os progressos realizados em todos os ramos da atividade nacional. As aspirações de hontem mal comprehendidas ao despontarem, solidificaram-se, generalisaram-se ou receberam, em parte, a consagração dos factos. Novos sentimento, idéas embryonarias, necessidades supervenientes, transformaram lentamente o espirito publico e impuzeram outros moldes aos partidos e aos governos. Ao liberalismo, um tanto tímido, de ha alguns annos, succedeu a expansão pujante e imperiosa das idéas radicais, extremas, com os quaes cumpre-nos viver. A lealdade com que sempre nos dirigimos aos correligionarios impõe-nos, ao tranpôr os umbrais do decimo anno de existência, a obrigação de declarar-lhes que nossa tenda de combate está levantada na vanguarda das ideias liberaes, por acompanharmos a evolução natural das aspirações nacionais, e não contrariar-as. A *Gazeta do Norte* continuará a ser uma sentinela avançada prompta a dar signal de alarma, sempre que o adversario aproximar-se hostilmente de nossa fortaleza. E nem quer outro premio que não o favor do publico e o apoio dos amigos; e não existindo motivos para duvidar de ambos, inceta resoluta o decimo anno de existencia.¹³⁹

Esse editorial intitulado “Anniversario” foi uma louvação direcionada aos liberais e uma afirmação à relevância do seu papel como promotores do progresso do Brasil.

A partir do texto consideramos que os letrados do referido periódico acreditavam que suas ideias beneficiariam a sociedade e estavam em consonância com a trajetória que deveria ser traçada em direção a evolução, haja vista que os liberais se arrogavam como adeptos e defensores das concepções mais corretas e avançadas que existiam em sua época. Concepções essas que norteariam a conduta ideal para se transformar a realidade que vivenciavam em fins do século XIX. Para esses homens de letras do Ceará, eles estavam seguindo a ordem natural para o melhoramento e desenvolvimento da nação.

A imprensa liberal se apropriou das ideias evolutivas para pensar o lugar do País no mundo e promover as modificações consideradas importantes para sua evolução. Para os letrados liberais do Ceará, que se consideravam guias do processo de modernização, tudo no Brasil era sinal de progresso, o que indicava a realização do ideal evolutivo.

¹³⁹ **Gazeta do Norte**, Fortaleza/CE, Ano X, N. A126, 8 jun. 1889. p. 1.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender de que forma ocorreu a recepção das teorias evolutivas pelos letrados no Ceará, no final do século XIX, mais precisamente nos anos 1880. Ao longo da pesquisa, podemos perceber que o ideário evolucionista foi apropriado pelos letrados para pensar a sociedade, o homem e a natureza local, articulando-os ao processo de modernização do Brasil.

As interpretações dos letrados – tais como Pedro de Queiroz, Antônio Martins, Justiniano de Serpa, João Lopes e Antônio Augusto de Vasconcelos – estavam em consonância com as ideias de autores como Darwin, Spencer e Comte, consideradas avançadas. As leituras comuns influenciaram os letrados que, mesmo assumindo posturas políticas divergentes, pensaram sobre os fatores que consideravam serem fundamentais para a evolução social. As teorias evolucionistas fomentaram a produção de pensamentos voltados para a modernização do Ceará e do Brasil, a fim de inseri-los no mundo considerado civilizado.

A defesa da abolição dos escravos, bastante presente nos discursos dos letrados, objetivava a formação do mercado de trabalho livre no Brasil para que o País se modernizasse e se industrializasse. Desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas o tornaria econômica e socialmente uma nação nos padrões europeus.

Para a construção da ideia de uma nação progressista, os letrados utilizaram suas leituras evolutivas, destacando uma reflexão racial e influenciada pelo determinismo climático, as quais contribuíram para pensar o trabalhador nacional e sua composição física associada ao seu papel no desenvolvimento da nação.

O desejo dos intelectuais locais e nacionais por transformações sociais, que desenvolveriam a província e o País, também estava permeado pelos nacionalismos. Pensar o Brasil enquanto nação era pensá-lo como uma civilização, constituída por um povo miscigenado (brancos, índios e negros, principalmente). No entanto, os letrados entravam em contradição ao defenderem a ação do trabalhador nacional no processo modernizador ao mesmo tempo em que afirmavam a importância dos feitos particulares de

cidadãos abastados como os verdadeiros contribuidores para o progresso e evolução da sociedade brasileira.

Este trabalho se ateve ao cientificismo, à visão de mundo construída a partir das teorias evolutivas engendradas no campo científico. Os letrados do Ceará não tiveram uma formação voltada para os estudos naturalistas. No entanto, os temas da raça, evolução e nação estiveram presentes em seus discursos não de uma maneira científica, mas sociológica.

Assim, os homens das letras que abordamos nesse trabalho se posicionaram política e intelectualmente ante o contato com o ideário evolutivo. De uma maneira diferente, as teorias evolucionistas contribuíram para a construção de pensamentos que vislumbraram a evolução do Brasil e do Ceará, “incentivando” os intelectuais a elaborarem e a defenderem projetos civilizatórios para a província e para a nação brasileira.

Notamos que os letrados liberais foram os que mais se utilizaram dos evolucionismos em suas leituras sociais. Promover a modernização significava defender a construção de uma nação civilizada, evoluída. Em seus discursos, o Brasil tinha tudo para progredir e estava no caminho certo.

Esperamos que este estudo possa despertar o interesse pelo tema e auxilie pesquisadores no âmbito acadêmico, e além dele, em vindouras investigações acerca do tema aqui explanado.

LISTA DE FONTES

IMPRESSOS

ABREU, J. Capistrano de. **Ensaio e estudos** (crítica e história). 1. Série. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. São Paulo: Livraria Briguiet, 1931. p. 61-123.

BEZERRA, Antônio; SERPA, Justiniano de; MARTINS, Antônio. **Três liras**: poesias. Fortaleza: Typographia Economica, 1883.

NABUCO, Joaquim. **Que é o abolicionismo?** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

ROCHA LIMA, Raimundo Antônio da. **Crítica e literatura** (1878). 3ª. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968. (Coleção Carnaúba, v. 5)

DARWIN, Charles. **A origem das espécies** (1859). São Paulo: Martin Claret, 2013. (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor)

SPENCER, Herbert. **O indivíduo e o estado** (1884). Bahia: Livraria Impresso Editora: n/d.

_____. **Do progresso**: sua lei e sua causa (1857). EBooksBrasil, 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/progresso.html>>.

RENAN, Ernest. Que é uma nação? (1882). *In*: **Revista Plural; Sociologia**, USP, São Paulo, 4, p. 154-175, 1. sem. 1997.

PERIÓDICOS

- Jornais do Ceará

A Constituição (1880-1891)

Echo do Povo (1879)

Gazeta do Norte (1880-1889)

Libertador (1881, 1884, 1887, 1888, 1891)

O Cearense (1880-1889)

Pedro II (1880-1889)

O Domingo: folha litteraria (1888) – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

- Revistas do Ceará

A Quinzena. Propriedade do Club Litterario. Edição fac-similar. Organização e supervisão de Cláudio Martins. Fortaleza: Academia Cearense de Letras; BNB, 1984. Ano: 1887-1888.

A Avenida. Semanário critico e litterario. (1889) – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

OUTRAS FONTES

- Relatório de Presidente de Província

DIAS, Satyro Oliveira. **Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias passou a administração da Província no dia 31 de maio de 1884.** Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u225/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA DO Ó, Alarcon. Michel de Certeau e a “operação historiográfica”. **Veredas Favip**, Caruaru, v. 1, n. 2, p. 46-58, jul./dez. 2004.

AGUIAR, Antônio Sérgio Pontes. **Juvenal Galeno**: romantismo e poesia popular em Lendas e Canções Populares (1865). 2013. 208p. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2013. p. 10-67.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. **Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo**: a cidade e o campo na literatura naturalista cearense. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 9-34; 127-215.

ANDRADE, Francisco Ari de. **A institucionalização da educação pública no Brasil**: a experiência da província do Ceará (1834-1844). Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2940/1/2010_art_FAAndrade.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2014.

ARAÚJO, Ariane Bastos Gonçalves de. **“O gladiador do pensamento e a palavra-ação”**: a acrópole ideal nos escritos de Raimundo Antônio da Rocha Lima (1874-1878). 166p. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. Da mecânica ao motor: a ideia de natureza no Brasil no final do século XIX. **Projeto História**, São Paulo, n. 23, p. 151-167, nov. 2001.

ARAÚJO, Maria do Carmo Ribeiro. O poder local no Ceará. *In*: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. 7. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p. 147-336.

AZEVEDO, Sânzio de. **A Academia Francesa do Ceará (1873-1875)**. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária, 1971.

_____. Grêmios literários do Ceará. *In*: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Os gêneros do discurso. *In: Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Ensino Superior).

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. p. 79-123.

BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. Fortaleza: Edições Instituto do Ceará, 1986.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Editora Convívio; EDUSP, 1986.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 13-43.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos, 1880-1905. **Estudos Avançados**, 23 (65), 2009, p. 207-229.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BORGES, Luiz Carlos; MEDINA, Manuela Brêtas de; MONTEIRO, Livia Nascimento. Ciência, imaginário e civilização em Couto Magalhães. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 250-266, jul./dez. 2012.

BOWLER, Peter J. **Evolution: the history of an idea**. Revised edition. Berkeley; Los Angeles, California: University of California Press, 1989. p.187-306.

BRITO, R. Farias. Homens do Ceará. **Revista da Academia Cearense**. Fortaleza: Typ. Studart, 1896. p. 129-145.

BRUIT, Héctor H.. **O imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Atual; Campinas-SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

CAMPOS, Eduardo. **Imprensa abolicionista, igreja, escravos e senhores (estudos)**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto; Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

CANDIDO, Antônio. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Atual, 1994.

CANGUILHEM, Georges. **Estudos de história e filosofia das ciências: concernentes aos vivos e à vida**. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 1-130.

CAPANEMA, Guilherme Schurch de; GABAGLIA, Giacomo Raja. **Estudos sobre seca**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006.

CAPONI, Gustavo. O neolamarckismo de Spencer. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 14, 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Minas Gerais: SNHCT/MG, 2014. p. 1-8.

CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. As ideias de herança de Darwin: suas explicações e sua importância. **Revista SBHC**, n. 11, p.63-73, 1994.

CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses**: literatura, imprensa e política (1873-1904). 266p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000. p. 2-132.

_____. “Cientificamente interpretadas e utilitariamente aproveitadas”: a Academia Cearense e a soberania do conhecimento e das leis científicas (1894-1904). **Intellectus** (UERJ), ano 6, v. 1, p. 41-60, 2007.

CARULA, Karoline. Darwinismo e raça em Feliciano Pinheiro de Bittencourt. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 8-20, jan./jun. 2013.

CARVALHO, José Mauricio de. Ecloração no Brasil das vertentes positivistas. **Educação e filosofia**, v. 13, n. 26, p. 77-87, jul./dez. 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é imperialismo?** 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

CAVALCANTE, Berenice. **A revolução francesa e a modernidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Repensando a História Geral)

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História**: novos problemas. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.

COLLICHIO, Terezinha Alves Ferreira. **Miranda Azevedo e o darwinismo no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores).

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. O postulado da superioridade branca e da inferioridade negra. *In*: FERRO, Marc (Org.). **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 3. ed. Vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1986.

CRUZ COSTA, J. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 97-312.

DECCA, Edgar de. O colonialismo como a glória do império. REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). *In*: **O século XX: o tempo das certezas: da formação do capitalismo a Primeira Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Vol. 1.

DENIPOTI, Cláudio. Apontamentos sobre a história da leitura. **História & Ensino**, Londrina, v. 2, p. 81-91, 1996.

DENIS, Ferdinand. Considerações sobre o caráter que a poesia deve assumir no novo mundo. *In*: **Resumo da história literária do Brasil**. Porto Alegre: Lima, 1968.

DESMOND, Adrian; MOORE, James. **A causa sagrada de Darwin: raça, escravidão e a busca pelas origens da humanidade**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 27-104.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977. (Estudos Brasileiros; v. 15).

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição***. 2004. 206p. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, p. 271-288, 2007.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **“Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá”**: o Ceará no tráfico interprovincial – 1850-1881. 2005. 172p. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002. p. 12-33; 59-71; 145-172.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos)

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Maracanaú; Fundação Casa de Cultura Capistrano de Abreu, 1988.

_____. **História econômica do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: UFC; Casa José de Alencar, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973. (Coleção Estudos Brasileiros)

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GRESPLAN, Jorge. **Revolução francesa e iluminismo**. 1. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

GUALTIERI, Regina Cândido Ellero. **Evolucionismo no Brasil: ciência e educação nos museus (1870-1915)**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008.

GUIMARÃES, Hugo Victor. **Deputados provinciais e estaduais do Ceará – Assembleias Legislativas (1835-1947)**. Fortaleza, CE: Editora Jurídica LTDA, 1947. p. 310-311.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, jul./dez. 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 7-46.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. *In*: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

HOBBSBAM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 87-124.

_____. **A era do capital: 1848-1875.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Pensamento Crítico, vol. 12). p. 29-46.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 11-61; 125-157.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUXLEY, Thomas Henry. **Escritos sobre ciência e religião.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. (Pequenos frascos).

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305-327.

KUHN, Thomas S. **A tensão essencial:** estudos selecionados sobre tradição e mudança científica. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 9-23; 127-144.

KURY, Lorelai B. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na *Viagem ao Brasil*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 157-172, 2001.

LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In:* BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das bibliotecas:** a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

LA VERGATA, Antonello. Darwinismo, evolução e guerra. *In:* DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol *et al.* (Orgs.). **Darwinismo, meio ambiente, sociedade.** São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2009.

LEITÃO, André Oliveira. **As Termópilas (480 a.C.),** entre o mito e a realidade: perspectivas. *A Guerra na Antiguidade III*, Lisboa, 2010, p. 207-256.

LENAY, Charles. **Darwin.** São Paulo: Estação Liberdade, 2004. (Figuras do Saber; 7).

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história.** Lisboa: Editorial Presença, 1952.

LIMA, Luciano Mendonça de. Sombras em movimento: os escravos e o quebra-quilos em Campina Grande. **Afro-Ásia**, 31, Salvador, 2004, p. 163-196.

LINHARES, Maria Yedda. **A luta contra a metrópole** (Ásia e África). 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História).

LINS, Ivan. **História no positivismo no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. (Coleção Brasileira, v. 322). p. 109-124.

LISBOA, Karen Macknow. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. *In:* MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta:** a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. (Formação: Histórias).

LUCAS, Maria Angélica Olivio Francisco. Evolucionismo spenceriano: concepções de progresso, estado e educação. Congresso Brasileiro de História da Educação, 1., 2000, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000. CD-ROM de resumos.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994. p. 143-173.

MAGALHÃES, Márcio. Por uma medicina científica e humanista: a atualidade da obra de Rudolf Virchow. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 537-538, abr./jun. 2010.

MAIA, Carlos Alvarez. **História das ciências**: uma história de historiadores ausentes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 11-51.

MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Livio (Orgs.). **Etnicidade na América Latina**: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. **História contemporânea através dos textos**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 27-47; 88-102. (Textos e Documentos: 5).

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. Herbert Spencer e o neolamarckismo: um estudo de caso. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). **Filosofia e história da ciência no cone sul**: 3º encontro. Campinas: AFHIC, 2004. p. 281-289.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira (1855-1877)**. vol. 3. São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

MENEZES, George Rocha. **Lutas políticas e crise social**: a elite política cearense na década de 1870. 225f. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

MIRANDA, Júlia. **O poder e a fé**: discurso e prática católicos. Fortaleza: Edições UFC, 1987. p. 17-40.

MONDAINI, Marco. Guerras Napoleônicas. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MONTEIRO, Nívia Marques. **Joaquim Catunda e a recepção do debate evolutivo na segunda metade do século XIX**. 173f. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980. p. 38-57.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O trono e o altar**: as vicissitudes do tradicionalismo no Ceará (1817-1978). Fortaleza: BNB, 1992. p. 61-98.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Estudos Avançados** 9 (24), p. 243-254, 1995.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil** (1870-1922). São Paulo: Alameda, 2009.

_____. A mestiçagem da alma: literatura crítica e ciência na construção do discurso racial no Brasil pós 1870. **Intinerários**, Araraquara, n. 23, p. 175-190, 2005.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza/CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. (Coleção Outros Diálogos;3). p. 9-62.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará-Arquivo Público do Ceará, 2006. p. 7-21; 111-144.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **Saber-poder – o pensamento social cearense no final do século XIX**. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

_____. **O Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará**: memória, representações e pensamento social (1887-1914). 2001. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001. p. 29-127.

_____. Viagens científicas e narrativas naturalistas: as problemáticas evolutivas no Ceará. *In*: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia *et al.* (Orgs.). **História da educação comparada**: missões, expedições e instituições e intercâmbios. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas. **Banquete literário**: as ideias “científicas” do século XIX nas produções literárias de Fortaleza (O Club Literário). 2000. 258p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

OLIVENOR, José. “Metrópole da fome”: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. *In*: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Fortaleza: história e cotidiano).

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PADOIN, Maria Medianeira; ROSSATO, Monica (Orgs.). **Gaspar Silveira Martins**: perfil biográfico, discursos e atuação na Assembleia Provincial. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013. (Série Perfis Parlamentares; n. 13).

PAIM, Antônio. **A filosofia da Escola do Recife**. 2. ed. São Paulo: Editora Convívio, 1981.

_____. **História das ideias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1967.

PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. **A imprensa dos trabalhadores no Ceará**: de 1862 aos anos 1920. 2001. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) *et al.*. **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. **Anais do Museu Paulista**, N. Ser, v. 2, p. 151-167, jan./dez. 1994.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque**: reformas urbanas e controle social (1860 - 1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

PRESTES, Maria Elise Brzezinski; OLIVEIRA, Patrícia; JENSEN, Gerda Maísa. As origens da classificação de plantas de Carl von Linné no ensino de biologia. **Filosofia e História da Biologia**, v. 4, p. 101-137, 2009.

REBELO, Fernanda. Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX. **Filosofia e História da Biologia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 159-177, 2007.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. 3. ed. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. História e revolução: a Revolução Francesa e uma nova ideia de história. **Revista USP**, São Paulo, p. 12-18, mar./maio 1989.

ROBERTS, Jon. Louis Agassiz: poligenismo, transmutação e metodologia científica – uma reavaliação. *In*: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol *et al.* (Orgs.). **Darwinismo, meio ambiente, sociedade**. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2009.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. Reflexão sobre a ideia de progresso: a produção do saber e o controle dos comportamentos sociais no século XIX. *In*: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 13, 2012, São Paulo, **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira** (Tomo I). 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1960.

ROSSI, Paolo. **Naufrações sem espectador**: a ideia de progresso. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada**: o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870-1889). São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

SANTOS, Milton. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. *In*: **A natureza do espaço**: espaço e tempo, razão e técnica. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. Por uma geografia das redes. *In*: **A natureza do espaço**: espaço e tempo, razão e técnica. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever**. Porto Alegre: L&PM, 2012. (Coleção L&PM POCKET).

SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a história**: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 53-72.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). 8. impressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. A natureza como paisagem: imagem e representação no segundo reinado. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 6-29, junho/agosto, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. 1. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 19-24; 78-108.

_____. Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 78-88, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./maio 2002.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará**: das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 9-214.

SOARES, Orlando. **O estado, as classes dominantes e os excluídos: darwinismo social como fundamento da escola de direito do evolucionismo**. Rio de Janeiro: Ed. Do Livro, 1999.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2013.

SOUSA FILHO, Alípio de. Michel de Certeau: fundamentos de uma sociologia do cotidiano. **Sociabilidades**. São Paulo, v. 2, p.129-134, 2002.

SOUZA, Fernando Gralha de. **A belle époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2008.

SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Intelectuais**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Fortaleza: história e cotidiano).

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul./dez. 2008.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Datas e factos para a história do Ceará**. Tomo II. Edição fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. P. 253-373. (Coleção Biblioteca Básica Cearense).

_____. **Dicionário bio-bibliográfico cearense**. 1, 2 e 3 v. Edição fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995. p. 13-20; 91-113.

THEÓPHILO, Rodolfo. **Secas do Ceará** (segunda metade do século XIX). Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

_____. **Scenas e typos**. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

TINHORÃO, José Ramos. **A província e o naturalismo**. Edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC-UFC, Museu do Ceará, Arquivo Público do Estado do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *In: Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Intervalo: a lógica histórica. *In: Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VEIGA, José Eli da. Darwinismo e humanidades. Seminários de genética e biologia evolutiva, 2014, São Paulo. **Palestras...** São Paulo: IB/USP, 2014. Disponível em: <<http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=22634>>.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. 1. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 9-32; 44-67.

VIEIRA, Tanísio. Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza – 1865-1879. *In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Fortaleza: história e cotidiano).

WAIZBORT, Ricardo. O doutor Benignus: a origem do homem na concepção de natureza de Augusto Emílio Zaluar. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 60-76, jan./jun. 2012.

WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu – a fase cientificista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, v. 311, abr./jun. 1976.

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. *In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri da (Org.). Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História: História e historiografia – contribuições ao debate**. São Paulo, v. 4, p.89-102, jan./dez. 1985.